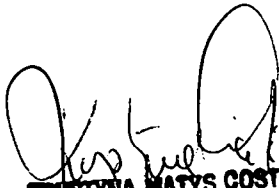


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

A PERCEPÇÃO QUE OS TRABALHADORES DA EMPRESA  
BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DR/SC TÊM  
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA E PRIVADA:  
“CONTRIBUIÇÃO NA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DE  
CIDADANIA.”

Aprovado Pelo DSS  
Em 14/7/95

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social  
da Universidade Federal de  
Santa Catarina para obtenção  
do título de Assistente Social  
pela acadêmica:

  
**KRYSTYNA MATYS COSTA**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE-UFSC

**ANA CLAUDIA DE MORAES**

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1995

## AGRADECIMENTOS

✓ A Deus, por ter me dado paciência e sabedoria suficientes para firmar meu pensamento em busca deste ideal. Muitas foram as horas que fraquejei... mas, creio que exatamente nestas mesmas horas, o Senhor estava comigo permitindo meu crescimento espiritual.

✓ Aos meus pais, Élcio e Valmira, por serem prudentes e corajosos o necessário para educem os filhos com dois sentimentos tão sublimes: humildade e amor. Obrigada pela compreensão, paciência, incentivo e dedicação nas horas difíceis... e pela participação eufórica nas etapas conquistadas. Vocês são exatamente responsáveis por esta vitória que não é minha e sim nossa.

✓ Ao meu irmão, Élcio Filho (Dedé), embora, muitas vezes ausente, mas que decisivamente teve uma parcela de contribuição para realização e conclusão deste trabalho.

✓ A você, vó Ména, uma figura linda, que sempre apostou na minha vitória, buscando junto a Deus a proteção divina para podermos hoje nos abraçarmos com alegria.

✓ A você, tia Dete, pelo carinho e dedicação admirável de tia-mãe que tanto me faz feliz.

✓ A você, tia Cida, pela pessoa sensível e apaixonante que és, ensinando-me sempre que a vida pode ser bem melhor.

✓ A vocês com destaque: Tia Izolina, Adenilson, Denise, Renato e suas respectivas famílias, por acreditarem no meu trabalho com carinho.

✓ A minha orientadora, Beatriz Augusto Paiva, pelo exemplo de profissionalismo que apresentou na construção deste trabalho. Este TCC reflete sua competência e comprometimento ético enquanto integrante do corpo docente do

Departamento de Serviço Social da UFSC, no instante em que me impulsionou com muita determinação, a traçar o caminho necessário para efetivação deste trabalho. Obrigada minha mestra!

✓ À minha inesquecível turma 91/2, pelos momentos de alegria e angústias que passamos e, principalmente por se tornarem extensão de minha família. Valeu!

✓ A você Tayana e família, por estarem presentes nas minhas alegrias e tristezas e, principalmente por acreditarem em meu esforço.

✓ À minha amiga Luciana, sempre solidária e meiga, sustentou minhas dificuldades com sua frase curta mas, porém marcante: “Aninha, você é capaz!”

✓ Aos pais da Luciana, tio Valter e tia Ione, pela simpatia e alegria que sempre me acolhem em sua casa.

✓ Aos meus amigos Henrique, Saulinho, Belinho, Gláucia, Crespa e Rosália, pelos encontros que se faziam necessários para que eu pudesse vivenciar a que pretendo sempre manter: nossa amizade!

✓ À supervisora do Campo de Estágio, Vera Lúcia, pela troca de experiência profissional.

✓ Às primeiras companheiras de Estágio, Patricia, Silvana e Daniela pela oportunidade de convivência.

✓ Aos funcionários da ECT/DR/SC, em especial a GEREC - Gerência de Recursos Humanos - pela compreensão e respeito que tiveram a minha pessoa enquanto estagiária do setor de Serviço Social e benefícios, bem como pela feliz oportunidade de construção de sólidas amizades que me ensinaram o caminho de se tornar uma profissional.

✓ Aos meus irmãos afetivos: Ricardo, Adriana, Fabiana, Cintia e Nara, pelo carinho e dedicação que sempre me acolheram em “nossa casa”, sendo em parte responsáveis pelo meu crescimento profissional e pessoal.

✓ À grande amiga e conselheira Dulcéia e família, pelas horas dispendidas nos momentos em que busquei palavras de otimismo que nunca foram negadas por esta gente.

✓ À amiga Adriana Zanqueta, pelo exemplo de ver a vida a partir do “recomeçar”, mostrando que o horizonte nasce aos olhos de quem simplesmente o deseja ... você é grande!

✓ Ao grupo da Magic Arts que, com paciência, se ocuparam da digitação e revisão desta monografia.

✓ A você Elieser, por todo apoio moral dedicado a minha pessoa.

✓ À banca examinadora, Professora Lígia, orientadora Beatriz e Assistente Social Vitória, pela sinceridade, reconhecimento e incentivo com que desenvolveram o exame no momento da defesa do TCC.

✓ A você Pará, exemplo vivo de minha história de vida... uma pessoa extremamente sensível que com sua companhia colaborou consideravelmente para que a disciplina e a harmonia fizessem parte deste cenário.

## MENSAGEM

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.

E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria.

E ainda que distribuisse toda minha fortuna para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso me aproveitaria.

O amor é sofredor é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece.

Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita. não suspeita mal;

Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;

Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

O amor nunca falha; mas havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá;

Porque, em parte, conhecemos, e em parte profetizamos;

Mas, quando vier o que é perfeito, então o que é em parte será aniquilado.

Quando eu era menino falava como menino, sentia como menino, discorria como menino, mas, logo que cheguei a ser homem, acabei com as coisas de menino.

Porque agora vemos por espelho em enigma, mas estão veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido.

Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor.

**Carta de São Paulo Apóstolo aos Coríntios**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>1 - COMPROMISSO LITERÁRIO</b> .....	<b>9</b>
1.1. - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO CAPITALISTA .....	9
1.2. - PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONQUISTA E ENTRAVES AO LONGO DA HISTÓRIA .....	19
1.3. - PERSPECTIVA DA REFORMA CONSTITUCIONAL .....	54
<b>2 - TRILHA NO CAMPO DE ESTÁGIO</b> .....	<b>62</b>
2.1 - IDENTIFICANDO O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO ...	62
2.2 - EMPRESA CAPITALISTA E REQUISICÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL .....	72
2.3 - UM BREVE RELATO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ECT .....	82
2.3.1 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ECT: .....	85
<b>3 - A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ACERCA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>111</b>
3.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA .....	111
3.2 - ANÁLISE DOS DADOS .....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>134</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>137</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>140</b>
ANEXO 01 .....	141
ANEXO 02 .....	143
ANEXO 03 .....	146

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso faz parte do requisito obrigatório do Departamento do Curso de Serviço Social da UFSC, para obtenção do título de Assistente Social.

O teor desta monografia centra-se na tentativa de compreender e analisar os limites e possibilidades de operacionalização do **Programa de Preparação para a Aposentadoria**, desenvolvido pelo Serviço Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional de Santa Catarina, tornando-se objeto de estudo da prática de estágio curricular.

O interesse pelo tema em evidência surgiu a partir da hipótese sobre a “desinformação generalizada” dos trabalhadores da ECT quanto aos direitos e procedimentos previstos em lei pelo POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos e pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social. Tal hipótese passou a se tornar um tema de pesquisa diante da constatação de que a “educação previdenciária era e é um dos objetivos específicos do P.P.A., conforme a sua normatização no módulo 17, que trata sobre as atribuições e projeto de trabalho do Setor de Serviço Social da ECT. Sendo assim, aquela desinformação presumida em conversas e até nos plantões passou a merecer uma investigação mais profunda, que viesse contribuir na avaliação e análise da proposta como um todo.

Trabalhar a temática da Previdência Social Pública e Privada, dentro de qualquer âmbito institucional, requer a apreensão de um estudo do movimento histórico das correlações de força que se fizeram e se refazem no cerne desta questão.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos de natureza não tão distinta. Cada capítulo torna-se, em determinados momentos, complemento de outro.

Privilegiou-se, assim, no primeiro capítulo considerações teóricas acerca das políticas sociais e as configurações históricas do Estado, paralelo a atuação dos atores sociais que integram a sociedade, apresentando os processos políticos mais abrangentes que se constituem nos princípios do Capitalismo Monopolista.

Aqui, monta-se modestamente a trajetória de construção das políticas sociais do Brasil na dinâmica da contradição do capital x trabalho, resgatando algumas considerações sobre cidadania bem como o recorte histórico da previdência social brasileira e suas implicações.

A construção global do primeiro capítulo oportuniza um significativo alicerce teórico para compreender-se no capítulo posterior: o ideário profissional do serviço social.

O segundo capítulo caracteriza a profissão de Serviço Social na divisão social do trabalho, buscando delinear aspectos específicos da sua atuação, compreendendo privilegiadamente espaço de discussão da requisição do profissional em uma empresa capitalista e em especial a estruturação do Serviço Social da ECT / DR / SC.

O terceiro capítulo contempla a análise da pesquisa aplicada junto aos 121 entrevistados do quadro técnico - administrativo e operacional da ECT.

A pesquisa propôs-se a identificar a percepção que os trabalhadores desta empresa possuem quanto aos direitos e procedimentos do POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - e INSS, articulada com o comprometimento ético, político e profissional da prática de Serviço Social quando na elaboração e execução do Programa de Preparação para a Aposentadoria dos Correios Catarinense, uma vez que a



socialização da informação e o trabalho pedagógico de acesso aos direitos trabalhistas e sociais constituem-se em fundamental área de atuação do profissional.

Finalmente, o trabalho concentra-se em privilegiar categorias teóricas e práticas atinentes às políticas sociais e ao Serviço Social, na intenção de se delinear um retrato do aprendizado obtido também com a prática de estágio.

Espero que esse aprendizado, refletido em parte neste Trabalho de Conclusão de Curso possa contribuir para a reflexão e legitimação da profissão de Serviço Social no seu cotidiano institucional.

# 1 - COMPROMISSO LITERÁRIO

## 1.1 - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO CAPITALISTA

O conteúdo desta monografia centra-se na problemática da Previdência Social, Pública e Privada, buscando compreendê-la, em primeira instância, através de uma aproximação teórica ao contexto histórico no qual deu-se a inserção legal das diversas categorias profissionais, bem como a abrangência dos benefícios e serviços.

Para tanto, é necessário que se realize um estudo da correlação de forças sociais que serviram de base à um conjunto de políticas situadas no contexto sócio-econômico em que foram surgindo.

Proponho-me neste primeiro capítulo a tentativa de desencadear uma discussão conceitual acerca das principais determinações econômicas e políticas que constituíram as políticas sociais na relação entre Estado e sociedade civil, sob o prisma das contradições entre capital e trabalho típicos do sistema capitalista monopolista.

Para tanto utilizarei as análises produzidas pela pesquisa “Assistência com Política Social - uma contribuição ao estudo da LOAS” ( Lei Orgânica Previdência Social), realizada por Beatriz Paiva, na sua dissertação de mestrado.

Assim e como afirma a autora:

*“Desta forma, pensar as políticas sociais (e, no horizonte, também as políticas de assistência social) do ângulo da totalidade social implica privilegiar o estudo dos processos políticos mais abrangentes, que certamente partem da análise do sistema econômico, mas que passam também pela configurações que o Estado assume historicamente, bem como pelo exame dos atores sociais que interagem no nível da sociedade civil”. (Paiva, 1993 : 07)*

A adoção de uma perspectiva histórica e dialética é essencial para efetuar-se uma análise concreta das políticas sociais. No interior do pensamento marxista contemporâneo há alguns autores que se destacam quanto a utilização deste princípio teórico metodológico acima citado, sendo que no Brasil por exemplo, Sônia Fleury Teixeira

e Vicente de Paula Faleiros, contribuem com uma literatura significativa para a realização de um estudo sobre a temática das políticas sociais.

O eixo central da linha de pensamento dos autores, de maneira geral, fixa-se no fato de todos trabalharem o Estado no contexto do Capitalismo monopolista. Este eixo, bifurca-se em dois principais aspectos que condicionam a política social, a saber:

1º - Regulação e intervenção do Estado no processo de acumulação do capital.

2º - Legitimação da ação do Estado pela obtenção do consenso das classes subalternas.

Há de se ressaltar que as políticas sociais, *“são originárias não só das transformações do capital (em trânsito do concorrencial ao monopolista - século XIX para o XX), mas também pela dinâmica das lutas sociais que se expressam no processo de ampliação dos direitos de cidadania.”* (Paiva, 1993 : 08)

Como se sabe, a formação dos grandes monopólios estão condicionados à crise econômica do primeiro pós-guerra, a qual criou-se em movimento conflituoso e contraditório, colocando em xeque a hegemonia do capital em seu conjunto. Todo este processo teve como decorrência a ampliação da intervenção do Estado nos processos de reprodução do capital. São nas formas que o Estado assume face às contradições monopolistas e em torno do conteúdo das políticas que passam a desenvolver, que concentra-se o debate teórico acerca das políticas sociais, principalmente quando em estreita articulação com políticas estatais de intervenção econômica, caracterizando uma nova função assumida pelo Estado, na era monopolista.

Considero significativa uma passagem na dissertação de mestrado de Beatriz Paiva, quando resgata um estudo pioneiro nessa direção, das novas funções adquiridas pelo Estado no âmbito das contradições entre o capital e trabalho, centrada em um breve resumo das teses de Baran e Sweezy, referente a questão do aproveitamento lucrativo pelo sistema do excedente de capital produzindo no capitalismo monopolista. Este estudo, dos referidos autores, tem como pressuposto a idéia de que existe uma “incapacidade crônica” do sistema para absorver o excedente que efetivamente produz.

Face à esta situação, o capital aplica uma estratégia, criando um mercado potencial, onde o excedente possa ser realizado.

Segundo Baran e Sweezy, o excedente é escoado prioritariamente via canais públicos, sendo um acréscimo ao governo, através das três formas mistas de aproveitamento deste, sendo elas: Campanha Publicitária; Gastos Militares e Administração Civil, não se tornando uma subtração do excedente privado.

A dinâmica do capital monopolista cria dificuldades decorrentes de sua submissão a uma constante tensão como diz Ernest Mandel, conhecido economista político:

*“...a de compatibilizar a valorização crescente da totalidade do capital acumulando com a tendência decrescente da taxa média do lucro, exigindo do Estado, freqüentes mecanismo corretores no interior dos relações econômicas”.*  
(apud Paiva, 1993 : 13)

O eixo que unifica essas medidas de intervenção do Estado é o fato de que *“servem conjuntamente para criar contra tendências à lei da queda da taxa de lucro, garantindo também a realização dos super lucros dos monopólios”.* ( Paiva, 1993 : 14).

A contribuição da visão da corrente neogramsciana, adquire, junto a problemática das políticas sociais, outras dimensões. Para esta corrente, as políticas sociais, sem perderem o estreito vínculo com sua raiz econômica (possibilidade de realização do excedente), por outro lado, resultam também da luta dos trabalhadores por direitos sociais, articulando ao projeto de ampliação dos direitos de cidadania. Neste sentido, é que se expressa nas políticas sociais determinações econômicas (excedente) e políticas (luta pelos direitos), analisados por Marx em uma de suas afirmações:

*“A lei da jornada de dez horas (a restrição legal da jornada de trabalho) não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbiu ante a economia política da classe operária”.* (apud Paiva, 1993 : 16)

No âmbito das relações entre Estado e sociedade civil, enraizado no cerne da esfera de interesses políticos econômicos das classes que compõe o contexto atual, é que irá configurar-se o modelo de política social implementado pelo Estado.

*“Esta ação do Estado está condicionada não só pelo que o Marx definiu como “mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção”, mas também pelo desenvolvimento das lutas de classe, pelo movimento social organizado, pela batalha dos partidos e, principalmente, pela consolidação das regras do jogo através dos quais se estrutura o regime político democrático ou não de um país”. (Paiva, 1993 : 19).*

O princípio de ordenamento do Estado se articula em função da necessidade de garantir a integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado, sendo que todo este processo está conectado à sofisticada estrutura de denominação econômica e política burguesa.

Ocorre que as instituições e aparelhos de hegemonia preservam e controlam a força de trabalho, através da conjugação de inúmeras estratégias, distribuídas ao longo da rede de dominação política ideológica burguesa.

Uma outra reflexão sobre “políticas sociais” é apontada por Claus Offe, quando admite que a relação do Estado com a sociedade é perpassada por mecanismos condicionados pela lógica do capitalismo monopolista, sendo as políticas sociais um momento desta relação.

A política social então é definida por Claus Offe em colaboração com Gero Lenhardt, a partir do princípio de que esta teria por objetivo, *“transformar o trabalho não assalariado em assalariado, através da passagem do processo de proletarização passiva para o da proletarização ativa”*. (Paiva, 1993 : 23)

Quanto à proletarização “passiva”, Offe discorre que é considerada como estrutural ao sistema, que mantém constantemente parcelas da população trabalhadora excluída do mercado formal de trabalho. Nesta situação configurara-se o chamado “exército

de reserva de mão-de-obra”, bem como a classe de aposentados e pensionista, afastados por acidente de trabalho e/ ou licença médica, etc...

Significativamente, esta proletarização passiva constitui um importante aspecto social e estrutural do processo de industrialização, sendo sinônimos de destruição das formas de trabalho e de subsistência até então habituais.

São, portanto, nas contradições da dinâmica social, onde instauram-se uma inter-relação entre economia, Estado e sociedade civil, sob a denominação do capitalismo monopolista, que se processam as políticas sociais.

Cabe ainda nas palavras de Offe e Lenhart, *“que a política social estatal não fixa de forma alguma situações concretas (níveis de abastecimento, prestações de serviços, medidas concretas de assistência em casos existências problemáticas, etc...), mas demarca os termos de conflito e pré-define, através do maior ou menor poder conferido aos grupos em presença , a medida em que as instituições de política podem ser efetivamente aproveitados”*. (Paiva, 1993 : 25)

Desta sorte, o controle das relações sociais de produção torna-se aspecto essencial da lógica capitalista, quando revelada na articulação entre as políticas sociais públicas e o processo de regulamentação da força de trabalho, mesmo no nível da dominação econômica em si.

De toda esta discussão é imprescindível apreendermos a dinâmica que perpassa o desenvolvimento dos mecanismos de controle e legitimação ora mobilizados pelo recurso às políticas sociais, conjuntamente com a interação das classes representativas. É interessante neste momento resgatar a linha de pensamento de Offe e Lenhardt quando questionam a “naturalidade” da transição da passagem da “proletarização passiva” para a “ativa”.

Os autores partem do pressuposto de que existem outras modalidades de sobrevivência que não o recurso ao mercado de trabalho, visando o assalariamento. Estas alternativas apontadas possuem um cunho histórico, podendo ser constatadas na realidade brasileira, apesar de serem totalmente inadequadas ou insatisfatórias às condições de sobrevivência dignas para a população atingida.

Convém arrolar, dentre tantas destas modalidades, algumas que configuram nossa realidade segundo os autores:

- “- emigrar com o objetivo de restabelecer, em outros lugares, uma existência autônoma;*
- assegurar a subsistência por meio de formas mais ou menos organizadas de roubo;*
- escapar para formar alternativas de vida e de economia, muitas vezes sustentados por opções religiosas;*
- baixar o nível de subsistência, recorrendo, por exemplo, à mendicância, à assistência social privada, etc...*
- Ampliar o período anterior à entrada no mercado de trabalho, ou estendendo-se a fase da adolescência, ou mediante a retenção dos adolescentes no sistema familiar, ou ainda, o que é mais comum, dilatando o período de passagem pelas instituições do sistema educacional formal;*
- Enfim, lutar contra as causas da proletarização passiva através, por exemplo, da destruição de máquinas, do clamor político pela proteção alfandegária ou de movimentos políticos visando a liquidar a forma mercadoria da força de trabalho (movimentos de massa de origem socialista)” (Paiva, 1993 : 27)*

Frente a este raciocínio de Offe e Lenhardt, Beatriz Paiva comenta que a ilação feita pelos autores quanto à contraditoriedade e complexidade da regulação do processo de compra e venda da força de trabalho pelo capitalista não trata-se de um movimento natural, automático e harmônico.

Muito pelo contrário, é uma dinâmica altamente conflituosa. Daí a necessidade do poder econômico em se articular com estratégias concretas, criando políticas sociais não fixas para atrair e exercer controle sobre a força de trabalho, devido decerto da dinâmica da própria sociedade

Embasados nesta tese, os autores empreenderam uma análise de três problemas parciais inerentes à dinâmica de regulação e construção de compra e venda da força de trabalho, coerentes com os padrões requisitados pela industrialização e acumulação capitalista, a saber:

- 1) Criação de condições mínimas aceitáveis pelos proprietários da força de trabalho, de forma que a exploração e alienação se dêem de forma suportável;

- 2) A sociedade precisa de condições sócio-estruturais para que o trabalho assalariado funcione como tal. Daí neste sentido, são necessárias, motivações culturais desenvolvidas dentro de um projeto ético-ideológico hegemônico por valores liberais e burgueses, onde os aparelhos de Estado desempenham junto com os aparelhos privados de hegemonia, decisivo papel na busca do consenso político-social.

- 3) Por fim, uma terceira função correlata das políticas sociais seria o apoio aos que são os “proletarizados passivos”, estando este apoio centrado nas medidas institucionais especiais, preenchendo certas funções elementares à reprodução dessa lógica social.



*“Para exame de uma política social específica, todavia, é necessário considerar os limites e possibilidades de intervenção dentro do cenário político concreto, o que implica aprofundar não apenas a forma como aparece institucionalmente, mas ainda, a essência determinantes das políticas sociais, enquanto estratégia de intervenção e de regulação das condições de reprodução social”. (Paiva, 1993 : 31)*

A autora Sônia Fleury Teixeira elucida uma visão abrangente das políticas sociais, tendo com pressuposto a dupla dimensão que a constitui, ou seja, econômica e político - ideológica nas seguintes termos.

*“A análise dos determinantes da intervenção do Estado através das políticas sociais leva em consideração, inicialmente, duas ordens de fatores: primeiro, que a política social é a resultante possível e necessária das relações que historicamente se estabeleceram no desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, e, ao mesmo tempo, é fator determinante no curso superior da relação entre as forças sociais fundamentais; segundo, que para o campo das políticas sociais confluem interesses de natureza diversa e mesmo contraditórios advindos da presença dos atores na cena política, de sorte que a problemática da emergência da intervenção estatal sobre as questões sociais encontra-se quase sempre multideterminada”. (apud Paiva, 1993 : 30)*

Até agora as políticas sociais estão sendo analisados sob determinações do fundamento econômico e do jogo de forças entre as classes sociais. Podemos, então, dizer que, além destes aspectos político-econômico-ideológico, torna-se interessante adentrarmos na temática da dinâmica entre produção e distribuição de valores no Capitalismo, sem

perder de vista que *“ao tratarmos de políticas sociais, estamos lidando com políticas públicas, e portanto, com ações governamentais”*. (apud Paiva, 1993 : 34)

As políticas sociais públicas, de certa forma, contribuem para a alteração na estrutura de dominação sócio-econômica, admitindo-se seus limites e possibilidades que são desenvolvidos nos canais de negociação abertos pelo Estado, que se constitui na instância de luta política.

A contradição entre produção e consumo, através das políticas públicas sob controle e manutenção da ação política ideológica do Estado, está analisada por Sônia Fleury Teixeira nas seguintes linhas:

*“Assim, o Estado vem a ter um papel fundamental na regulação e controle dos antagonismos de classe, tendo como instrumento de manutenção da dominação a possibilidade de incorporar demandas sociais através das políticas que subsidiem o consumo de certos serviços sociais. Entretanto, na medida em que os antagonismos têm origem no processo de produção e não no consumo, que é determinado pela inserção do indivíduo na produção, é óbvio que a atenuação propugnada não representa a solução dos conflitos pretendida, mas sim a possibilidade de um deslocamento progressivo das reivindicações e formas de luta da esfera produtiva, caracterizada pelo movimento operário e a luta sindical, em direção a organizações policlassistas que visam aumentar o consumo dos bens coletivos (...)”*. (Apud Paiva, 1993 : 34)

A execução das políticas sociais, neste sentido, está condicionada a uma crescente aquisição estatal de bens produzidos em ramos industriais, vinculados as demandas do capitalismo monopolista possibilitando que a intervenção estatal contribua

significativamente na ampliação do consumo de mercadorias. Outra questão importante a ser abordada é a da mercantilização dos próprios serviços sociais, que configuram-se como outro mecanismo utilizado nesta ampliação do consumo, fazendo parte do ciclo de expansão e circulação do capital.

O consumo assume em sua generalidade de maneira implícita os valores de troca e os valores do uso. Neste sentido, os bens produzidos nos ramos industriais, necessários para a comercialização das políticas sociais não são valores de troca, devido estes serem geridos pelos organismos e instituições da rede pública de Seguridade Social, não assumindo desta forma as normas do livre mercado, e daí o objetivo da mera lucratividade, assim são produzidos e oferecidos como mercadorias.

## **1.2 - PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONQUISTA E ENTRAVES AO LONGO DA HISTÓRIA**

Esta situação nos remete a refletir que as políticas sociais, e desta forma também da Previdência, são expressão do processo estatal de alocação e distribuição de valores, sob a dinâmica da contradição política, propiciada pela existência de grupos e classes sociais distintos, ambos divergindo em favor do que elegem como aplicação apropriada dos recursos oriundos da tributação. Cabe-nos, neste momento, problematizar alguns aspectos deste processo na dinâmica sócio-política brasileira.

Na visão de Vicente de Paula Faleiros, o consumismo em massa dos dependentes assalariados, “escravos” do sistema capitalista monopolista, está condicionado ao impulso do desenvolvimento de industrialização e de proletarização. Então, o salário é resultante da correlação de forças entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de produção, inseridos nas relações sociais de produção e da inserção do trabalhador no processo produtivo. Esbarra-se na questão de que a capacidade de trabalho é a garantia do salário, destinando à classe trabalhadora à necessidade pungente de sobreviver face às façanhas do capitalismo monopolista excludente.

Vicente de Paula Faleiros considera, então, que este salário direto, proveniente da inserção do trabalhador no processo produtivo, corresponde ao mínimo de subsistência para o trabalhador repor sua força e reproduzir-se no processo de trabalho. Aqui lembro, nas linhas anteriores, a discussão desencadeada no pensamento de Offe e Lenhardt quando estes partem do pressuposto de que existem outras modalidades de sobrevivência que não o recurso ao mercado de trabalho formal vindo a caracterizar o chamado mercado informal de trabalho, atingindo grande parcela da população brasileira, como nos casos por exemplo dos “bóias frias” e “peões” de canteiro de obra da construção civil.

A campanha desencadeada pela Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, intitulada:

**“Carteira de trabalho: Direito do trabalhador”** vem elucidar que empregadores e empregados urbanos e rurais têm os seus direitos garantidos há mais de 60 anos pela carteira de trabalho, solicitando, junto ao empregador, que este assuma os encargos sociais pertinentes à contratação, evitando, desta forma, questões trabalhistas que visem prejuízos e aborrecimentos futuros e sobretudo a sonegação do pagamento das contribuições sociais.

A carteira de trabalho, torna-se o certificado de garantia dos direitos trabalhistas e sociais, pautada pelas lutas históricas emergidas da organização e mobilização dos trabalhadores inicialmente (sob uma perspectiva revolucionária ou não), embuídos de valores e orientações anarquista e anarco sindicalistas, decorrente da repressão dos patrões e por sua vez, do Estado, durante o período Vargasista.

Voltando ao início deste capítulo, quando faço uma ressalva quanto as origens da emergência das políticas sociais, reforço a compreensão da determinação que explicita a dinâmica das lutas sociais, que se expressam no processo de ampliação dos direitos de cidadania, para desencadear modestamente, nas próximas páginas, sobre o contexto de emergência da Previdência social no Brasil, analisada por Jaime A. Oliveira e Sônia Fleury Teixeira.

Antes de desenvolver uma discussão histórica acerca da emergência da Previdência Social no Brasil, resgato algumas considerações sobre cidadania, visando permitir uma melhor compreensão das determinações que permeiam o processo de construção das políticas sociais e conseqüentemente da ampliação dos direitos de cidadania.

Há, assim, um empenho em compreender-se as principais determinações econômicas inerentes às políticas sociais, bem como a tentativa em buscar-se arrolar algumas reflexões a cerca da questão da cidadania, já que seu debate em torno dela tem-se destacado contemporaneamente. Neste sentido, torna-se viável o exame das novas tarefas e configurações que o Estado assume frente às demandas do capitalismo monopolista.

*“O conceito de cidadania, embora tenha recebido um tratamento exaustivo no pensamento liberal, transcende esta corrente ideológica.(...)Também em Marx, o tema recebe uma atenção específica: em A Questão Judaica, Marx tenta mostrar os limites de uma concepção que se atém apenas aos níveis civis e mesmo político da cidadania (com o que ele critica tanto na concepção liberal quanto Rosseau), apontando para a necessidade de atribuir à cidadania conteúdo social”. (Paiva, 1993 : 49)*

É com base na conquista e implementação dos direitos sociais que T.H. Marshal, procura explicitar a emergência das políticas sociais públicas, condicionado à construção da ampliação da cidadania desdobrando-se em três elementos inter-relacionados: 1) Direitos civis, 2) Direitos políticos, 3) Direitos sociais.

Essa teorização marshalliana dos direitos do cidadão, conforme analisa Paiva, é referência obrigatória, uma vez que estabelece a relação entre os direitos sociais e a cidadania no marco da sociedade capitalista. Num mesmo instante, torna-se passível de críticas por desencadear um certo evolucionismo na linha de raciocínio, abrindo implicitamente uma certa suposição de desenvolvimento linear dos diferente níveis de cidadania.

Sua análise chama a atenção para dois aspectos na caracterização e apreciação dos desdobramentos históricos - concretos dos processos singulares de expansão da cidadania:

1º - Refere-se à mobilização e à ação dos trabalhadores como fator preponderante na trajetória histórica de consolidação e ampliação dos direitos de cidadania;

Foi lutando contra o liberalismo burguês, contra suas teorias e prática, que os trabalhadores transformaram em direitos positivos da “cidadania moderna”, os direitos políticos e sociais.

2º - Refere-se à contradição entre cidadania plena e capitalismo, já sugerida por Marshall, que, de certa forma, revela uma outra contradição entre cidadania e classe social.

A dinâmica do processo produtivo na fase do capital concorrencial (final do século XIX) foi marcada pela exploração do trabalhador, por meio da mais valia absoluta, ou seja, a pauperização absoluta dos trabalhadores na visão de Marx.

Não havia, nesta etapa histórica, uma instância mediadora e amortecedora dos conflitos, corporificada depois pelo Estado, visando o consenso. Devido a esta situação, as lutas de classes adquiriam um conteúdo violento de “guerra civil latente”. Daí o Estado apenas como monopólio da coerção e “comitê executivo da burguesia”. O desenvolvimento das lutas de classes propiciaram a passagem da mais valia absoluta para a mais-valia relativa, obrigando a burguesia em reelaborar novas formas de exploração da força de trabalho, mais condizente com a estratégia negociada e visivelmente mais política de enfrentamento dos conflitos de classe. Esta nova dinâmica do processo produtivo viabilizou economicamente as chamadas concessões, ou melhor, segundo Marshall, tornar a exigência por uma “equidade mínima” em termos de acesso aos bens sociais uma possibilidade real.

As alternativas de solução para a crise econômica, não tem privilegiado a manutenção dessas conquistas sociais. A mola mestra desta dinâmica, atualmente experimentada pela sociedade civil e Estado, suprimi-se no antagonismo básico perpassado pela contradição entre a lógica de dominação capitalista e os anseios igualitários e libertários das classes trabalhadoras, na luta pelos direitos de cidadania.

Em nosso país, desde o final do século XVIII são feitas tentativas de instituições de natureza previdenciária, tendo como exemplo o ano de 1795 com o “Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha; 1827 - “Merosoldo (Montepio)””; 1835 - Montepio Geral da Economia.

Nos primeiros anos de República são adotadas mais algumas disposições no mesmo sentido, sendo promulgado decreto dispendo sobre a “concessão de aposentadorias aos empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil”, estendida depois a todos os empregados das estradas de Ferro Gerais da República.

A desqualificação dos sistemas das caixas de aposentadorias e pensões (CAPS) dos anos 20 e das tentativas acima expostas deu-se no pós 30, difundida pela mitologia estadonovista de Vargas, com a criação dos IAPS - Instituto de Aposentadorias e Pensões - efetivando a Previdência Social no Brasil. Em 1927, haviam 138 CAPS, sendo considerável o número criado no período que antecede 1930.

Jaime Oliveira e Sônia Fleury Teixeira assumem a opção pelo corte inaugural da Previdência Social no Brasil, a partir de 1923, com a lei Eloy Chaves, no sistema da CAPS nos anos 20, quando trata-se de um estudo de natureza histórica. Assim, o surgimento efetivo da Previdência no Brasil em 1923 é um fato que se insere num contexto político e social mais amplo que buscarei explicar nas próximas linhas.



O primeiro período da história da Previdência Brasileira -1923/1930- vigorou de forma mais ou menos homogênea, com um certo padrão de estrutura Previdenciária, modificada no pós 30. Dois decretos estabeleceram as bases deste mecanismo: o primeiro em 1923 (a Lei Eloy Chaves) e o segundo, de 1926(decreto n 5.109, de 20 de dezembro) - estendendo o “regime” anterior a outras categorias além dos ferroviários - portuários e marítimos - introduzindo algumas especificações e ampliações sobre o disposto em 1923. Ambos caracterizaram a Previdência dos anos 20, como um modelo “abrangente e pródigo”.

A crítica do pós 30 recaiu sobre os dois decretos acima citados, que definiam, como atribuição obrigatória dos Institutos Previdenciários, um plano de benefícios pecuniários e serviços como sendo excessivamente amplo.

A atenção dos autores, assenta-se no fato de os serviços médicos e farmacêuticos, estarem dispostos em 1º lugar no art. 9º da lei de 1923, antes mesmo dos benefícios pecuniários (aposentadorias e pensões). A amplitude chegou à concessão dos benefícios, segurando a todos que habitassem sob o mesmo teto e economia.

No decreto de 1926, as características de abrangência do decreto anterior foram ampliados desde novos benefícios até a clientela abrangida pela assistência médica das caixas.

Nesta dimensão da Previdência dos anos 20, *“os teóricos da questão previdenciária no pós 30 procurarão defender a idéia de que “Previdência” não deve incluir “assistência”, de que ela deve se constituir como sistema de concessão de “benefícios pecuniários” exclusivamente, e não de “serviços”*. (Oliveira e Teixeira, 1985, : 27)

A prodigalidade do modelo repercutiu no período 23-30 com a ampliação anual dos gastos nominais com assistência médica, conseguindo acompanhar o crescimento da população segurada, mantendo o mesmo padrão real de gastos por segurado. No período seguinte ao contrário, tal coisa não mais aconteceria.

No estudo das conjunturas sociais referente as questões previdenciárias, elaborado por Vicente de Paula Faleiros, são expressas estatisticamente os gastos com a Previdência no período pós 30:

*“No Brasil esses gastos com a Previdência representavam 4,7% do PIB em 1964 e 6,2% em 1972, sendo um dos mais elevados da América Latina.*

*As despesas do INPS representaram, em 1969, 6,1% do consumo, sendo que no Canadá os gastos com seguros sociais tem uma porcentagem de 16% do consumo. Em 1971, o INPS despendeu 151,30 cruzeiros por habitante contra 13,90 em 1964.” (Faleiros, 1991 : 160).*

O autor chama a atenção para o fato de que em ambos os decretos estavam claramente explicitados os critérios para determinação do valor dos benefícios pecuniários. Já no pós 30, ocorrerá o deslocamento do âmbito da legislação para os gabinetes dos tecnocratas da Previdência, o poder de decisão sobre o valor destes benefícios. Daí, há de se ressaltar que agora, a decisão sairá da esfera da lei, do parlamento e, portanto, da esfera de decisão explicitamente política, para o campo apenas aparentemente “neutro” das pretensas decisões “técnicas”.

O ponto de partida para compreender a emergência da Previdência Social Brasileira, concentra-se como já mencionei nos anos 20, no âmbito da problemática trabalhista e Social.

O marco de 1919, ao longo da velha república remonta um cenário biforme, ou seja, de um lado a postura definitivamente liberal do Estado e, por outro, um movimento operário sindical que apesar das oscilações lutava contra tal postura.

Então, a república velha, constituía-se até início dos anos 20, como um regime atrelado e fiel aos princípios do liberalismo econômico, tendo como consequência uma postura não intervencionista na área hoje reconhecida como política trabalhista social.

Fausto (1977) aponta na mesma direção:

*“Por toda parte impera o reino da liberdade; a legislação fabril, esta primeira reação consciente e sistemática da sociedade contra a marcha elementar do processo produtivo, é muito restrita e ineficaz. Sobre o trabalhador recai não só a forma absoluta de extração do excedente como ainda a contínua insegurança. Em regra, nada impede a despedida imediata após longos anos de serviço, os freqüentes acidentes não são indenizados, inexistente a Previdência Social; no horizonte não se desenha a expectativa da aposentadoria, por magra que seja.”*

(Oliveira e Teixeira, 1985 : 36)

O argumento utilizado pela república quando na impossibilidade de atender as reivindicações operárias, baseava-se no fato de que isso corresponderia à ferir a independência e autonomia da livre empresa.

O contexto de emergência da Previdência Social no Brasil, pode-se dizer, de forma mais ampla, que também divide espaço conjuntamente com a emergência da legislação trabalhista.

Ambos são marcados por um aspecto básico para esta discussão: ruptura com o liberalismo por parte de um Estado que ainda é aquele dominado pela oligarquia agrária.

Na conjuntura que atende aos anos 20 pode-se observar a quase inexistência de uma legislação que regulamentasse as questões ditas trabalhistas e sociais, inviabilizando a concreticidade das medidas nesta área, devido a postura liberal do Estado.

A partir da década de 10, começaram a surgir no Congresso alguns parlamentares mais sensíveis à questão social. Procurando com grande esforço sensibilizar a enorme maioria liberal para estas questões, os parlamentares desenvolveram uma enorme atividade legislativa, centrada nos vários aspectos das questões trabalhista e sociais, tais como:

*“- Regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores;*

*- Indenização por acidente de trabalho;*

*- Organização sindical;*

*- Contrato de trabalho;*

*- Duração da jornada de trabalho;*

*- Férias;*

*- Descanso semanal;*

*- Criação de juntas de conciliação e arbitragem;*

*- Instalação de creches;*

*- Estabilidade no emprego, etc...” (Oliveira e Teixeira, 1985 : 38)*

*“(...) os projetos nem sempre se convertiam em lei e, quando convertidos, não se executavam, de maneira que fora como se não existissem”. (Rodrigues, 1968 : 39)*

Cabe ressaltar que no âmbito da Previdência Social, a situação era a mesma. Se, de um lado, tem-se uma postura liberal do Estado, com grandes reflexos sobre o tema aqui abordado, por outro lado, temos o setor social obviamente mais interessando nesta postura - a classe trabalhadora urbana - lutando intensivamente contra os descasos das questões trabalhistas e sociais.

Considero relevante neste momento, este comentário sobre o surgimento e crescimento desta classe, a fim de compreender sua ação política e reivindicatória. Na análise de Sônia Fleury Teixeira e Jaime Oliveira:

*“O boom da economia cafeeira, a partir de meados do século passado, e o início de sua prolongada crise, já em fins do século, criaram, como se sabe, as condições para o deslocamento do pólo dinâmico da economia nacional para a região centro-sul do país (Rio e São Paulo), e para o crescimento urbano-industrial nesta área. As exigências do comércio crescente do café impuseram e possibilitaram a expansão e modernização da infra-estrutura de transportes (ferroviários e marítimos) e dos portos de exportação (Rio e Santos). Por outro lado, os excedentes gerados na cultura e no comércio do café começaram a ser deslocada, em parte, para empreendimentos industriais, à medida que se criava um mercado atraente e que avançava o processo crônico de desvalorização daquele produto nos mercados internacionais. Em contraposição ao padrão até então vigente no país, de pequenas empresas industriais (em geral semi-artesaniais ou manufatureiras) dispersas por todo o território, começava a surgir um pólo mais significativo de concentração industrial naquela região.” (Oliveira e Teixeira, 1985 : 40)*

No bojo de todo este processo de modernização industrial, propiciado pela existência da relação capital x trabalho, logo com um cenário composto pelos atores sociais - proprietários da força de trabalho - nasce um setor moderno da economia, com expansão do setor secundário e terciário, concomitantemente com a emergência de uma “classe operária” no país.

A sociedade brasileira estrutura-se então, com o surgimento de um novo contingente, formado por trabalhadores assalariados sendo estes ligados ao setor de transportes e na indústria, bem como nas empresas mais tradicionais de base artesanal ou manufatureira, sendo ambos condicionados ao progressivo crescimento urbano.

A composição desta massa trabalhadora urbana foi adensada em grande medida pela mão-de-obra estrangeira, principalmente imigrantes do sul da Europa (Itália, Portugal, Espanha, França), atraídos por programas implementados pelo Estado. Com a irradiação da crise cafeeira, estes trabalhadores começaram a deslocar-se para as cidades vizinhas, formando-se o nascente proletariado fabril.

Os primeiros 20 anos do século foram marcados pela presença da movimentação operário - sindical, aliado à experiência política do trabalhador imigrante, oriundo de outro contexto social, sendo este aspecto elemento significativo para que de forma tão precoce emergisse uma massa trabalhadora urbana no Brasil, com uma expressão tão íngreme na cena política.

Encontramos então neste período um contexto político social marcado, de um lado, pela ação estatal repressiva do momento, e por outro lado, de um impressionante número de diferentes instâncias reivindicatórias, que chegaram a ser gerais como em SP em 1917 e 1919.

Especificamente, o cenário político social voltava-se para a ação reivindicatória dos movimentos, sob o prisma de cobrança ao Estado, de forma que este propiciasse se uma ruptura com sua postura liberal frente à problemática trabalhista e social, objetivando a promulgação de uma legislação que fosse efetivamente posta em prática. Um fato significativo de se relatar sobre os primórdios da movimentação operária brasileira, é que esta estava fortemente dominada pela orientação anarquista ou anarco sindicalista. Sabe-se que as doutrinas anarquistas no movimento operário predominavam na região sul da Europa, sendo comum a quase todos os países latino americanos.

Cabe ressaltar que, *“em sua formulação original, a estratégia política do anarquismo tem por base a ênfase na chamada “ação direta” ou seja, esta corrente despreza o plano da política, a questão do Estado como campo de luta, deslocando todo seu esforço para o nível estritamente economicista do enfrentamento direto dos trabalhadores e empresários no espaço do próprio mercado, da fábrica. Daí se pretende passar num salto, para a insurreição “redentora” final, que aboliria o Estado”*. (Oliveira e Teixeira, 1985 : 42)

No entanto, o Brasil recebeu influências deste gênero, via emigração dos trabalhadores oriundo da região sul da Europa, a qual constituiu-se juntamente com os brasileiros na nossa classe trabalhadora, como já vimos anteriormente.

Há uma discussão entre os autores na obra (IM) Previdência Social 60 anos de história da Previdência no Brasil, por Jaime A. de Araújo Oliveira e Sônia M. Fleury Teixeira quanto à relativização do predomínio da orientação anarquista sobre o movimento operário brasileiro do início do século.

Em primeira instância considera-se a presença conjunta de outras orientações e, em segunda instância, o fato dos anarquistas brasileiros não terem pautado-se tão

rigorosamente pelos postulados mais ortodoxos da corrente a que se filiavam. Neste sentido, parece ter-se efetivado, no interior do movimento operário brasileiro, a tomada do Estado como interlocutor.

*“Em síntese: fosse porque o anarquismo brasileiro era “mais de fachada do que de conteúdo” (Vianna , 1976 ), ou pela influência de outras orientações sobre o movimento operário, como o “trabalhismo” avant la lettre, o que importa ressaltar é que concretamente, este movimento, de maneira crescente , foi tomando o Estado como interlocutor, dispondo a jogar o jogo da política , a questionar o caráter monopolista do Estado. E, neste processo , formulou todo um conjunto de reivindicações concretas , e que se constituiu como um programa para o Estado , um programa de pontos concretos onde se exigia a ruptura com o liberalismo dominante”.*  
(Oliveira e Teixeira, 1985 : 44)

A exacerbação da ação popular a partir de 1917 estava condicionada não só as motivações mais antigas , como a postura liberal do Estado, e da organização crescente dos trabalhadores, mas também pela :

*“Elevação dos preços internos, em função da guerra;  
Intensificação da super exploração da forças de trabalho ,  
dando a interrupção na importação de maquinaria;  
Emulação representada pelo contexto revolucionário em toda Europa”.* (Oliveira e Teixeira, 1985 : 45)

É notável que a intensificação das pressões operárias marcaram o começo do fim do liberalismo no que tange à problemática trabalhista e social nas áreas urbanas.



Ao longo dos anos 20 é aprimorada a legislação repressiva, dando ao Estado muitas condições de exercer com coerção nesta direção, ou seja, na exacerbação das medidas repressivas sobre a movimentação das classes trabalhadoras. } Neste período sucedem-se as prisões e a deportação das lideranças de origem estrangeiras. }

Toda esta intensificação das diferentes forças e pressões do movimento operário brasileiro , até então , admitia o Estado como interlocutor , desviando-se dos postulados mais ortodoxos da corrente que se filiavam - o anarquismo. Quanto ao Estado liberal, que centrava-se nas medidas repressivas sobre a movimentação das classes trabalhadoras , surgiu por parte das elites , e dos governantes , a percepção de que mera repressão se tornara insuficiente para enfrentar as reivindicações das classes trabalhadoras urbanas no cenário político .

✂ A partir daí, surge a conclusão de que era necessário criar nova estratégia política, paralelo ao processo reivindicatório e repressivo da época , tendo ainda a coerção como elemento incondicional para aliar-se à busca da ampliação das margens de consenso, ou seja, era necessário responder às demandas aceitáveis da movimentação operária, de sorte que não colocassem em cheque a própria dominação da oligarquia agrária . }

/ Dá-se início ao processo de ruptura do pacto informal que, até então, esta fração mantivera com a burguesia industrial nascente, acerca da questão da intervenção estatal no âmbito das relações e condições de trabalho urbano. }

No âmbito de todas estas novas condições experimentadas entre Estado e movimentação operária , surge um novo prisma quanto à “questão social”: **a temática operária e suas reivindicações.**

Os novos contestadores passam a ver na questão operária um elemento a ser considerado: na medida em que aspiram o poder, precisam buscar alianças comprometidas com um projeto para a sociedade mais amplo do que seus estritos interesses corporativos. Toda esta nova preocupação quanto a “questão social” ganha espaço nos debates da sociedade, principalmente nas campanhas presidenciais.

Há de se considerar que ainda nesta década (anos 20) no âmbito internacional tendo relações claras com estes acontecimentos, todo mundo capitalista, pela primeira vez em bloco, assumia o compromisso de abandonar a postura liberal quanto ao problema trabalhista e social.

*“Surgia assim, como um outro elemento em jogo no complexo causal dos acontecimentos dos anos 20, a pressão dos países capitalistas centrais sobre os periféricos no sentido de que todos enfrentassem mais ativamente a problemática social e trabalhista nos marcos do capitalismo. Ou seja, rompendo com a postura liberal frente a estas questões, onde, como era o caso do Brasil, ela ainda imperava. É claro que o determinante básico desta orientação era a emergência, no plano internacional, de uma experiência socialista concreta, à qual era necessário responder no plano ideológico e no plano das realizações “sociais”. (Oliveira e Teixeira, 1985 : 49)*

O marco de 1919, caracteriza o momento tendencioso da ruptura com o liberalismo de forma efetiva. Agora, o próprio executivo passa a pleitear leis sobre as questões trabalhistas e sociais, somando-se aquela minoria e isolada bancada parlamentar antiliberal, como ocorrera nos últimos 10 ou 15 anos.

O novo contexto cria condições para a mudança de posições do próprio executivo, oportunizando que a legislação sobre a temática em questão comece a tramitar

pelo Congresso, sucedendo, desta forma; a promulgação e regulamentação de diversas leis sobre questões trabalhista.

A partir de 1919, é aprovada uma Lei sobre indenizações por acidente de trabalho, e em 1923 é promulgada a já conhecida “Lei Eloy Chaves”, que propiciou a efetiva criação de várias instituições a que ela se referia. Estas instituições eram as CAPS - Caixa de Aposentadoria e Pensão, primeiramente voltada aos ferroviários. Em 1926, foi estendida aos portuários, sendo posteriormente aos telegrafistas, e radiotelegrafistas, e chegando em 1927 a um n° de 138 CAPS.

/ Ao lado desta lei, foi prevista a estabilidade após 10 anos nos serviços efetivos, a não ser por falta grave constatada em inquérito administrativo. Mais tarde, em 1943, a estabilidade foi incorporada nas leis trabalhistas através da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Ainda em 23, o decreto n° 16027, de 30 de abril, criava o Conselho Nacional do Trabalho. Já em 1925, o regime de férias foi estabelecido, sendo estendido aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, pelo decreto legislativo n° 4982, de 24 de dezembro. Em 1927, outro decreto dispõe sobre a regulamentação do trabalho dos menores.

/ No bojo deste aspecto e associado ao poder da classe dominante, instaura-se o Estado Novo - populista, paternalista e corporativo. No mesmo momento que controlava o movimento social, o Estado respondia às demandas dos assalariados.

/ No período do Estado Novo Getúlio (1930) ao início de 1964, a questão social foi tratada através de regulamentos administrativos e periódicos, e deixou de ser um “caso de polícia” para ser conhecida legitimamente. Houve uma crescente intervenção dos poderes públicos nas questões trabalhistas visando à desmobilização/espoliação da classe operária.

Em 1931, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os sindicatos passam a ser tutelados por este órgão, ou seja, eram submetidos ao reconhecimento e controle do Estado. Ainda nesta sucessão de leis/projetos/decretos, seguia-se a criação da Justiça do Trabalho, separada da Justiça ordinária, e a legislação social, que, introduzia direitos por categoria profissional, não abrangendo a totalidade da classe operária.

Em 1933, inicia-se a criação dos Institutos de aposentadoria e Pensões (IAPS) vindo a ser organizados por categoria profissional, ao contrário das CAPS que eram organizados por empresas. Percebe-se que a Previdência Social procurou inicialmente atingir os empregados de infra-estrutura, e depois os de bancos e indústrias.

Assim, a finalidade dos IAPS era principalmente a de conceder benefícios ordinários (aposentadorias e pensões) e de forma secundária prestar assistência médica. Outra característica dos IAPS era a questão da pluralidade em razão das diversas categorias, diversificando os benefícios e serviços prestados. Em todos prevaleciam os benefícios ordinários, aposentadorias e pensões, mas a prestação dos serviços, médico odontológico e hospitalar entre outros (funeral, pecúlio, maternidade) era diferenciado entre os Institutos.

Em virtude dessa pluralidade Getúlio assinou em 7/05/1945 o Decreto Lei nº 7526 (Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil), tornando-se a primeira tentativa de unificar todos os IAPS no Instituto de serviços sociais no Brasil - ISSB. Os IAPS mais bem organizados (bancário, ferroviários e funcionários públicos), representantes sindicais e lideranças políticas, resistiram quanto a inviabilidade desta unificação, garantindo a sua não implantação. Neste período -1945- a política previdenciária toma vulto na burocracia estatal.

Segundo os princípios admitidos pelos ideólogos da “Seguridade Social”, é incumbência do Estado, a viabilidade de garantia de renda mínima, quando caracterizou-se a perda de capacidade de ganhá-la, bem como o acesso aos serviços sociais.

Na visão de Jaime de Oliveira e Sônia Fleury Teixeira,<sup>1</sup> o ideário da Seguridade Social é gestado no interior de uma articulação política dos países capitalistas aliados, após a segunda grande guerra, cujo objetivo consistia na elaboração de novas estratégias de reconstrução de hegemonia.<sup>2</sup>

*“Esse movimento corresponde, na verdade, a parte de um amplo processo de enfrentamento, no plano ideológico, simultaneamente aos projetos fascista e socialista de organização da sociedade, o primeiro dos quais, apesar de derrotado militarmente, demonstrara ter encontrado significativa aceitação em amplos setores de diversos países, enquanto o segundo estava em plena ascensão ao final do conflito (...). A democracia liberal procurava demonstrar, em síntese que, como seus interlocutores, também tinha uma proposta avançada para a satisfação das “necessidades sociais”. (Oliveira e Teixeira, 1985 : 176)*

(Na década de 50, vislumbraram tendência que expressava a defesa de um modelo de proteção social com características de universalidade e equidade social que jamais se realizou concretamente através das políticas sociais, no Brasil.<sup>3</sup> É notável a configuração histórica antidemocrática das políticas sociais no Brasil, quando esta caracteriza-se pela marcante predominância de um perfil discriminatório e restritivo em termos de Direitos Sociais.

Neste sentido, o desenvolvimento da ordem econômica capitalista pressupõe a organização, controle e reprodução de um mercado de força de trabalho, capaz de prover

tanto a mão-de-obra assalariada, quanto as condições político-ideológicas e culturais para sua utilização.

A ampla legislação social e trabalhista implementada por Getúlio Vargas, concentrada no controle direto dos trabalhadores, via regulamentação da organização sindical (que passou a ser atrelada ao Ministério do Trabalho), caracterizou a verdadeira legitimação e acumulação da relação capital x trabalho, mergulhados num consenso entre Estado e classe trabalhadora sustentado pelo predomínio ideológico vigente.

Instaurou-se nesta dinâmica coercitiva o abandono do ideário de “luta de classe”, limitando os trabalhadores a se organizarem sob o prisma de uma representação corporativa no seio do próprio Estado. A organização sindical nesta época de Vargas, é cercada por uma seqüência de decretos, vindo a estabelecer o sindicato único (unidade sindical), sob a vigilância do Ministério do Trabalho com autoridade para destituição de direção sindical eleita, que não convergisse aos interesses do governo. Face a esta situação de cunho político - ideológico, diz Faleiros:

*“Como os sindicatos se transformaram em ordens de colaboração com o Estado, as reivindicações dos trabalhadores são canalizadas pelos novos aparelhos semi oficiais. A função principal das organizações sindicais não é mais a reivindicação e a pressão, mas a assistência médica, jurídica e cultural de seus membros. Despolitiza-se a ação sindical e, ao mesmo tempo, retira-se dela o seu potencial de mobilização reivindicativa e política”. (Faleiros, 1992 : 100)*

Em 1960, surge uma nova tentativa de racionalização da Previdência, com a LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social que por hora, objetivava uniformizar as contribuições dos diversos Institutos e conceder igual importância aos benefícios e serviços

Uma questão importante a ser destacada é o fato da efetiva exclusão do sistema previdenciário quanto aos trabalhadores domésticos, rurais e autônomos, sem representatividade na política nacional.

/Ainda no marco de 1960, o movimento de camponeses sensibilizou o governo de Goulart, que promulgou lei estendendo a Previdência ao meio rural, mas não providenciou recursos. Foi aprovado então, o Estatuto do Trabalhador Rural e a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), com limites à assistência médica e social. /

/A intensificação dos movimentos sociais, que buscavam melhores salários, liberdades públicas e reformas, foram percebidos pela classe dominante como ameaças, tornando-se um pretexto para o golpe de 64, fruto de uma aliança entre multinacionais, burguesia nacional e classe média. / A política econômica pós-64 foi favorecida pelos atos institucionais e pela supremacia do poder executivo sobre o legislativo culminando com a exacerbção da “linha dura” e repressão política.

Especificamente na área da política social previdenciária foram tomadas medidas, quer para atenuar conflitos, que como forma política de controle social.

Finalmente em 1967, criou-se o INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, através do Decreto Lei nº 72 de 21/11/1966, com funcionamento em 10/01/1967. Seu objetivo centrava-se na racionalização econômica-administrativa e centralização do regime previdenciário, tendo, como consequência, a exclusão de participação representativa no interior institucional de empregados/ empregadores, com expansão do setor privado na área de saúde (fenômeno da terceirização).

A criação do INPS possibilitou, entre outras mudanças, a expansão capitalista no setor de saúde. A política previdenciária foi acionada como poupança interna governamental, sendo que entre fins de 1967/1972, suas reservas brutas aumentaram quase oito vezes em termos reais. Desde sua fundação, o INPS manteve-se como a segunda maior receita da união.

No fim dos anos 60, o INPS descaracteriza-se na forma de poupança compulsória interna mobilizadora, transferindo esta função ao FGTS criado com o fim da estabilidade no emprego a partir de 1967 e ao Programa de Integração Social - PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, a partir de 1970.

Em contrapartida, a política previdenciária assume a condição, por parte do Estado, como controle social e incorporação de direitos sociais para a distensão dos conflitos e como parte do jogo de correlação de forças.

Segundo Ana Maria Baima Cartaxo:

*“A política social é subordinada à economia. Configura-se um modelo de política econômica concretizado no crescimento da base produtiva por meio de uma estrutura tributária regressiva - política salarial negativa para as classes subalternas a ausência de um maior financiamento para o setor social.” (Cartaxo, 1992 : 69)*

Se na década de 60 a política previdenciária ainda excluía os trabalhadores domésticos, rurais e autônomos, por não possuírem representatividade política, em 1972, são incluídos os empregados domésticos e regulamentado os autônomos na Previdência Social. Quanto aos trabalhadores rurais já foi aqui comentado conquistas oriundas do



movimento de camponeses na década de 60, que durante a ditadura militar foram reduzidas.

(Só em 88 a equivalência com os direitos dos trabalhadores urbanos se iniciou)

*causas?*  
A crise econômica, experimentada nos anos 80, atingiu a Previdência, quando esta chegou a um déficit de 40 bilhões de cruzeiros sendo grande parte causado pela sonegação. A concorrência para a queda real dos salários e desemprego, por via de uma política recessiva, determinou a diminuição da massa de contribuição de autônomos e assalariados levando a Previdência a este número de 40 bilhões de cruzeiros em déficit.  
 “De outro lado, esta crise veio repercutir com a própria sonegação de parte dos empregados, e a união quando reduziu sua participação de 10% entre 1970 - 1973 para 3/4% em 1980”. (Cartaxo, 1992 : 76)

(Nas palavras de Maria da Glória Gohn;

*“Ao final dos anos 80 grandes alterações começam a ocorrer. A crise econômica se acelera com índices explosivos de inflação. Planos e planos são elaborados retardando o problema. A questão da dívida não se equaciona. O Estado começa a dar a grande guinada para o neoliberalismo: retirar-se da economia, enquanto execução direta, sem retirar-se do planejamento e do controle dessa mesma economia. O desmonte dos aparelhos estatais atingem os setores sociais de forma fulminante: a educação e a saúde pública atingem formas de calamidade. O problema das moradias exacerba-se de forma incontrolável: não há salários para os índices de aluguel, não há poupança para a auto-construção, não há mais espaços para novos barracos nas favelas”. (Gohn, 1991 : 16)*

Convém lembrar que a década de 90 tem sido perpassada também pela crise dos movimentos sociais. Vivemos um momento de perda de referências teóricas e políticas e,

aqui particularmente, impulsionada pela derrocada do Leste Europeu, levando estes movimentos a uma revisão de seus objetivos.

Para Maria da Glória Gohn, apesar de os movimentos populares estarem em crise, existem grandes perspectivas de suas atuações no cenário nacional, discorre a autora que, diz em primeira instância, que as políticas sociais estão sendo desativadas e o Estado se retira cada vez mais da atuação junto ao Social. Em segunda instância, há uma descrença generalizada em tudo que o Estado propõe, como sinônimo de ineficiente e burocratizado. E, finalmente, em terceira instância, há também grande descrença em relação aos partidos políticos, aos modelos socialistas etc.

São nestas condições, que a já conhecida ação voluntária de grupos, velho esquema do ideário liberal, volta a ser acionada como a saída possível. Daí nasce a tendência de se transferir os escassos recursos públicos para organizações não governamentais, destinando-as à administrarem e equacionarem os “problemas sociais” longe da ação estatal, mas porém, sob seu controle político-ideológico de forma “indireta”.

Esta estratégia do Estado capitalista monopolista livra-se, de um lado, das responsabilidades quanto às questões trabalhistas e sociais, pesando, por outro lado, na intensificação do reforço das estruturas organizatórias internas das ONGS.

Estas ONGS, por sua vez, correm o risco da burocratização, devido o compromisso de se mostrarem eficientes, lutando pelo escasso recurso público que somando-se ao da iniciativa privada, vão gerindo suas dificuldades financeiras para manutenção de seus propósitos.

Esta seqüência de leis, projetos e decretos, demarca a incoação de definição de um corpo de legislação trabalhista no país a partir do corte inaugural da previdência brasileira na década de 20.

É notável no decorrer da história previdenciária brasileira, a presença do jogo de correlação de força no plano jurídico-político do país.

As facetas assumidas pelo Estado, frente a eloquência política da classe trabalhadora, concentra-se num contexto complexo de pressões das várias classes sociais e nos limites estruturais da economia.

As políticas sociais, nesta direção, assumem formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos, constituindo-se em estratégias de reprodução da força de trabalho. A dinâmica conflitiva e contraditória da produção cobra dos capitalistas uma nova postura quanto suas técnicas para gerenciamento da economia (garantia de mão-de-obra e aumento da produtividade), propiciando, de um lado, a luta entre capitalistas e trabalhadores e, por outro lado, a luta entre os próprios capitalistas nacionais e internacionais.

Esta luta intercapitalista acarreta também, a concentração das empresas, a centralização de decisões e formação de conglomerados cartéis. Toda estas complexidade política visa a superação da queda tendencial da taxa de lucro, objetivando o máximo da combinação entre trabalhador instrumento de trabalho.

Nas palavras de Vicente de Paula Faleiros:

*“As políticas Sociais asseguram a manutenção do trabalho como forma de vida normal, isto é, não devem contribuir para desestimular os trabalhadores a viver da venda*

*da força de trabalho e preferir “encostar-se” em benefícios”.*

(Faleiros, 1991 : 39)

Os anos 90 surgem com mais modificações na Previdência Social. Em março de 1990, foi extinto o Ministério do Trabalho e Previdência Social, criando o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - através do decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990.

O INSS acoplou sob sua jurisdição o antigo INPS - Instituto Nacional de Previdência Social e o IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência Social, tendo como finalidade hoje:

I - Promover a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições sociais incidentes sobre as folhas de salários e demais receitas a eles vinculados, na forma da legislação em vigor;

II - Gerir os recursos do fundo da Previdência e Assistência Social - FPAS;

III - Conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários.

O plano jurídico da Previdência Social Brasileira assume nestes últimos 15 anos uma fase de transformação interessante quando da apreensão de seu movimento político-jurídico e histórico.

Com a promulgação da LOPS em 1960, depois de uma longa tramitação de cerca de 13 anos no Congresso Nacional, esta lei veio dar, ao tempo, um novo sentido à Previdência Social Brasileira, concretizando as diversas tendências que arrolaram desde a década de 20 com os primeiros decretos até hoje, rumo a “Seguridade Social”. É na Constituição de 1988 que a Seguridade Social ratifica-se como um dever do Estado.

O conceito integral de Seguridade Social ainda é internacionalmente controvertido e varia de acordo com os países, conforme necessidades de cada um. Para Maria do Carmo Falcão, *“a Seguridade Social enquanto conjunto de políticas e ações de reprodução social dos indivíduos humanos se introduz na agenda de compromissos da humanidade com o advento do capitalismo”*. (Sposati, 1989 : 111)

A visibilidade da pobreza ganha destaque na modernidade capitalista não mais podendo ser justificada como fragilidade ou limites individuais, ou ainda como fenômeno conjuntural. É no sistema capitalista excludente que a pobreza adquire o cunho das desigualdades sociais e de injustiça social, não podendo deixar de ser pensada como fenômeno estrutural.

É no período pós- guerra, particularmente no contexto mundial pós-29, que as nações capitalistas desenvolvidas assumem a Seguridade Social em seu sentido, mais pleno: a reprodução social de todos os cidadãos, em patamares mais equitativos e justos, e como um dever do Estado, vindo a ser consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, documento ratificado pela III Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, Paris.

As crises eclodidas no processo de acumulação capitalista entre burguesia e proletariado, bem como a força e expansão das nações socialistas impulsiona a classe dominante capitalista à uma revisão profunda dos processos de acumulação e dominação, por ela até então conduzida. Neste momento, o conceito de Gramsci sobre revolução passiva, elucida esta guinada dos detentores do poder vigente.

*“A classe dominante, para continuar a dirigir e dominar, torna-se revolucionária.*

*Ela revoluciona suas próprias bases materiais e políticas, oferecendo às outras classes uma nova proposta”.* (Sposati, 1989 : 112)

São nestas circunstâncias que a Seguridade Social, em seu sentido amplo, aparece como peça fundamental e estratégica, estabelecida nos pactos entre classe dominante e diversos segmentos da sociedade, especialmente a classe trabalhadora.

No intróito destes pactos, propiciado pela divergência de interesses no cerne do processo de reprodução e exploração do capital, conseqüência de pressões e conflitos indispensáveis para a eclosão de políticas sociais básicas, que se estabelece o acesso universalizante aos serviços de Seguridade Social e a compatibilização entre capitalismo e prática política democrata.

A Seguridade Social, enquanto política pública, admite perfis diferenciados de acordo com as realidades experimentadas por cada Estado-nação.

Nos países de 1º mundo estas políticas identificavam-se em Estado do Bem Estar Social ou Estado Providência. Já nos países de 3º mundo, as políticas públicas de Seguridade Social constituíram o que denominados Estado Assistencial ou Estado de Mal-Estar-Social, como bem definiu Francisco de Oliveira.

O perfil do Estado Assistencial está condicionado, na maioria dos casos, em enorme “selvageria” econômica, redundando em altas taxas de desigualdade e injustiça social, autoritarismo político, evidência gritante de endividamento externo; a custo da pauperização das classes trabalhadoras e demais segmentos da sociedade.

Considero relevante elucidar modestamente estes perfis, uma vez que ambos convergem na mesma direção e que se situam no capitalismo transnacional contemporâneo.

O Estado Providência tem como paradigma os direitos sociais assumidos de forma rígida centrado no caminho da justiça social. A administração pública, nos países que adotam esta postura, internalizou o dever da oferta dos serviços sociais enquanto direito dos cidadãos, resultando em melhores condições materiais de vida da classe trabalhadora.

Já o Estado Assistencial tem como paradigma o trato compensatório da pobreza. A fragilidade por parte do Estado em manter o compromisso no enfrentamento da pobreza, vai desde a falta de recursos até a secundarização e banalização da mesma. Segundo Maria do Carmo Falcão:

*“Fruto dessa banalização, a própria qualificação e extensão da pobreza é pouco conhecida. Ela é introjetada em nosso imaginário coletivo como algo natural, já que Estado e sociedade civil se sentem impotentes para resolvê-la.”* (apud Sposati, 1989 : 116).

A atual conjuntura brasileira nos apresenta um quadro bastante remoto quanto ao compromisso rígido em se cumprir com os princípios da Seguridade Social. *“O Estado Assistencial não se assenta em pactos e sim em alianças conjunturais”*, ( Sposati, 1989 : 117) mesmo considerando-se a nova constituição, que consagra largamente o propósito de erradicação da pobreza e a universalização do acesso a serviços de Seguridade Social para todos os cidadãos.

Coutinho desencadeia uma discussão acerca do neoliberalismo-ideologia hoje predominante ao nível mundial - quando esta corrente primordialmente propõe o fim dos direitos sociais, ou seja, o desmonte do Welfare State. Este objetivo assumiu formas

extremas nos governos norte americanos na figura de Ronald Reagan e da Sra. Thacher, estando igualmente presente, de maneira mais branda, na maioria esmagadora dos governos capitalistas contemporâneos, inclusive no Brasil de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso.

*“Isto significa que os líderes burgueses buscam pôr fim, ao estado de Bem-Estar, ao conjunto dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, devolvendo ao mercado, a regulação de questões como educação, saúde, habitação, Previdência, transporte, etc...” (Paiva, 1993 : 56)*

Este retorno de controle das questões sociais e trabalhistas ao mercado, sob o prisma do neoliberalismo, ganha forma no corpo político-jurídico que regulamentam as políticas sociais, no campo legal.

É na constituição de 1988 em seu artigo 194, que estabelece-se a regulamentação do tripé da Seguridade Social: saúde, Previdência e assistência social.

Este preceito constitucional de 88 classificava a viabilidade de engendramento de um sistema público de Seguridade Social - saúde, Previdência e assistência - de maneira que toda a população esteja legalmente incluída, embasada no objetivo de universalidade, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Este objetivo se diluiu no instante em que o próprio preceito constitucional admite paralelamente critérios de elegibilidade com traços rigorosos e conseqüentemente discriminatórios.

Historicamente, a ideologia constitutiva de Seguridade Social ganha espaço no mundo capitalista, concorrendo ao princípio da formação concreta dos chamados Estados de Bem Estar Social.



A uniformidade de seguridade foi sistematizada a partir do reconhecimento da obrigatoriedade do Estado, em refutar às demandas sociais, através da expansão dos gastos públicos.

No veio histórico da profissão de Serviço Social, que comentaremos a seguir, encontramos um cenário conjuntural, onde a prestação serviços sociais está erradicada junto às classes subalternas na forma de lhes assegurarem a sobrevivência - quando consomem bens e serviços - bem como o acesso à este consumo ligado à um projeto de exercício de cidadania.

Cada vez mais a questão social torna-se para os setores dominantes uma instância de controle social. Portanto, a assistência de controle social reveste-se de um perfil estrutural imprimido pelos aparelhos de Estado, Igrejas e empresariado, na direção de legitimação do poder vigente, criando uma mitologia da profissão quando no enfrentamento da questão social.

O pacto que sustenta a assistência enquanto prática social, configura-se pelo Estado - empresariado - trabalhadores. Isto nos permite observar que o perfil da assistência centra-se no *“modo de acesso das classes trabalhadoras à riqueza social e a uma determinada neologia que procura reduzir oposições entre classes em colaboracionismo de classes”*. (Mota, 1989 : 128)

Os programas assistenciais das empresas e diversas instituições do Estado compõem o elenco dos chamados “salários indiretos”, que, quando consumidos pelo trabalhador de forma de bens e serviços , solidifica-se em uma modalidade de recompensa”.

/ Sabe-se da insuficiência do piso nacional de salário em suprir as reais necessidades básicas dos trabalhadores. Hoje o salário mínimo limita-se apenas a

alimentação básica, deixando de suprir os gastos com moradia, transporte, vestuário, assistência médica, educação e lazer.

Então, este “consumo coletivo e básico para a reprodução do trabalhador e da sua família” passam a ser supridos em parte com bastante insuficiência, pelos programas assistências implantados estrategicamente nas empresas e instituições do Estado.

Os estudiosos falam de alterações profundos nos tradicionais padrões de reprodução da força de trabalho e do próprio capital, quando da emergência do fenômeno da desmercantilização dos bens e serviços promovidas pela ação pública.

Este fato, nos remete a pensar que: *“as políticas sociais organizam as formas e o acesso social dos trabalhadores aos serviços e equipamentos de uso coletivo a partir do papel conjuntural que o Estado desempenha na gestão da força de trabalho.”* (Sposati, 1988:11)”

Há de se verificar que a ação governamental sobre a manutenção e reprodução da força de trabalho - fonte geradora de valores para o capital - tem se inclinado tendenciosamente ao disciplinamento *“do uso produtivo do trabalho pelo capital (jornada, condições de trabalho, salário, etc...) do que propriamente pela oferta de políticas sociais”*. (Mota, 1989 : 131)

Por trás de toda esta estratégia está o empresariado como patrocinador de salários indiretos ao trabalhador, vinculado a um suposto “projeto colaboracionista” com o poder vigente. Na realidade, encontra-se aí uma das estratégias de mercado, objetivando obter vantagens financeiras do setor público juntamente com o incremento à produtividade no salário indiretos.

A assistência torna-se neste instante nas mãos do empresariado um elemento compensatório na forma de salário indireto, assegurando a *“manutenção do trabalhador, nível de produtividade, de uma pseudo autonomia dos fundos públicos”*. (Mota, 1989 : 131).

)} O que permite a operacionalização do colaboracionismo entre empresa e Estado é a ação indireta e “oculta” deste último, dando, a viação à prática do capital privado. A autora Ana Elizabete da Mota chama a atenção para a questão da renúncia fiscal do Estado, reconhecida por este como “incentivos fiscais”.

( Esta realidade se apresenta, no Brasil, de forma mais explícita, ao observarmos um crescente processo de privatização das Estatais, oportunizando a quebra do monopólios paralela ao desmonte do patrimônio nacional/

Desta sorte, a “justiça social” é “repassada” indiretamente ao empresariado, devido a desapropriação do Estado em gerenciar parte do excedente “via taxaço de lucros e da riqueza patrimonial”, vindo a abdicar de tal receita à iniciativa privada. Diz a autora:

*“Acrescentamos, ainda, o fato de a legislação fiscal permitir, também, a retenção de parte do excedente a ser transferido, quando considera como não tributáveis as chamadas despesas operacionais das empresas, aí incluídos os custos dos programas sociais”*. (Mota, 1989 : 133)

O pano de fundo destas *“despesas operacionais revela a dupla receita advinda do bolso do contribuinte, ou seja, as despesas contabilizadas como operacionais são certamente repassadas aos preços dos produtos, sendo, então, duplamente pagas pelo cidadão - consumidor. Uma, quando ele não é sujeito da socialização dos lucros pela via fiscal e a outra quando adquire as mercadorias”*. (Mota, 1989 : 133)

Os programas de assistência incentivados pelo Estado e “patrocinados” pelas empresas estão legalmente dispostos na Constituição Federal de 1988, que juridicamente regulamenta sua operacionalização.

Entre a rede de benefícios legais que se apresentam ao trabalhador, através da existência do contrato de trabalho considero relevante destacar os mais expressivos:

*“ Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)*

*Implementado em março de 1977, instituído pelas Leis 6.321 de 14-04-76 e 6.542 de 28-06-78 e pelo decreto 78.676 de 08-11-76, tem como objetivo o fornecimento de alimentação do trabalhador através de cozinha própria, da contratação de serviços de terceiros ou ainda fornecimento de vales-refeição.*

*As despesa efetuadas com o programa poderão ser computada na determinação do lucro real e ainda deduzidas em até 5 ou 10% do Imposto de renda devido.*

*Os custos de programa para o trabalhador não podem ultrapassar 20% do valor do seu salário.*

*Vale-transporte*

*Instituído pela lei 418 de 16-12-85, o programa visa reduzir as despesas de transporte do trabalhador do percurso residência-trabalho-residência.*

*As despesas efetuadas com o programa podem ser abatidas em até 10% do imposto de renda devido, além de serem consideradas despesas operacionais.*

*Os custos para o trabalhador não podem ultrapassar 6% do seu salário.*

*Programa de formação profissional (PFP)*

*Instituído pelo Decreto-lei nº 6.297/75 que visa firmar treinar e aperfeiçoar o trabalhador, através de atividades realizadas pelas empresas.*

*As despesas com o programa poderão ser computadas na determinação do lucro real e deduzidas em até 8% do Imposto de Renda devido.*

#### *Previdência Privada*

*Consiste na formação de uma entidade de previdência privada, com custos cobertos por contribuições de empresa (mínimo de 30%) e dos empregados para complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial, tais como; aposentadoria, invalidez, auxílio, doença, funeral, natalidade, pensões e pecúlios.*

*Os gastos com as contribuições poderão ser considerados como despesas operacionais". (Mota, 1989 : 136)*

Estes benefícios estão acordados em cláusulas dos acordos coletivos de trabalho, constituindo-se na concretização do ideário empresarial de um lado, e da capacidade mobilizada/organizativa/reivindicativa das categorias profissionais de outro lado.

Isto nos remete a pensarmos na consolidação da via insitucional de acesso aos direitos, promovida pela luta dos trabalhadores que estão assegurados pelo direito contratual, lhes preservando do arbítrio empresarial.

Através do decreto lei nº 4010 de 1995 o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso opera uma redução em gastos públicos. Estes cortes recaem nas políticas sociais nas áreas médica/odontológica e assistencial, ferindo o acordo coletivo - quando

passa a não ser cumprido, tendo o trabalhador que se utiliza do direito de greve, obtendo como pauta o cumprimento do acordo coletivo.

A natureza da tradição do corporativismo sindicalista brasileiro se faz presente neste cenário político-social. Mesmo assim, o trabalhador aposta no exercício da “cidadania de fábrica”, lutando pela ampliação de oferta de serviços e diminuição de sua participação onerosa nos programas.

Infelizmente o aumento de ofertas de serviços não passa de um mero custo operacional, inserido no lucro das empresas.

A via de acesso institucional aos serviços sociais, são necessários à manutenção precária da família mas, porém, insuficientes para gerar mudanças no modo de distribuir a riqueza produzida. O custo operacional discrimina o caráter social dos serviços. Para tornar direitos sociais em salário indireto é imprescindível a *“fixação de uma ação distributiva que lançasse os serviços para além de uma ação compensatória do déficit salarial”*. (Mota, 1989 : 136)

Enfim, o consórcio entre o público e o privado permite ao capital o uso produtivo dos serviços sociais, assegurado não só na manutenção da força de trabalho, mas também pela ação compensatória socializada pelo Estado.

Tendo, assim, tais considerações históricas e teóricas sobre o que é política social, e como esta vem se constituindo concretamente no país é que passaremos a analisar como o Serviço Social atua neste processo e quais as alternativas profissionais de trabalho no âmbito específico de uma empresa capitalista sobretudo, considerando as demandas para o Programa de Preparação a Aposentadoria.

### 1.3 PERSPECTIVA DA REFORMA CONSTITUCIONAL

Torna-se imprescindível, para finalizar este capítulo, uma passagem evidenciando a reforma da Previdência Social proposta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, por significar a construção de uma nova estrutura previdenciária para os trabalhadores brasileiros.

É necessário situar esta passagem sob o prisma do ideário do neoliberalismo relativizando sua postura política-ideológica em contraponto à equidade mínima proposta pela previdência social pública.

Para exame desta questão da reforma constitucional, tomarei como respaldo teórico, as considerações do autor Vicente de Paula Faleiros sobre o assunto.

Segundo este autor, a promoção desta reforma constitucional da Previdência Social traduz as exigências veiculados pelo Fundo monetário Internacional e pelo chamado “Consenso de Washington”, não estando isolada do processo político contemporâneo de mudanças da relação do Estado com a Sociedade.

Tanto o FMI quanto o “consenso de Washington” argumentam que *“a crise latino-americana se deve ao excessivo crescimento do Estado e ao populismo, este por sua incapacidade de controlar o déficit público”*. (Faleiros 1995 : 01)

O verdadeiro “desmonte da área social”, está condicionado à estagnação da assistência social, esta por sua vez vinculada à corrupção, traço cultural, no país.

Atualmente o discurso oficial voltado para previdência caracteriza-a como sorvedura do dinheiro público, admitindo o estado de “falência da União”, devido ao déficit público, sem que sejam apresentados os reais causas comprometedoras do déficit.

O verdadeiro “desmonte da área social” está condicionado à estigmatização da própria assistência social vinculada à corrupção bem como aos gastos sociais inadequados e gastos com o funcionalismo.

Convém ressaltar que a extinção do ministério do Bem Estar Social, no primeiro dia de governo de FHC, já se fez parte deste projeto de reformas, tendo futuramente a intenção de também extinguir o PIS / PASEP - “*tendo seu patrimônio em mãos do BNDES para financiar empresas*”. (Faleiros, 1995: 01)

Toda esta articulação governamental, tem como alvo a legitimação do Plano Real, quando por exemplo, o governo cria o decreto nº 1.410 de 07/03/95, decretando que:

*“Art. 1º As empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, deverão efetuar, no exercício de 1995, redução efetiva, mínima, de dez por cento nos dispêndios correntes comparativamente ao total realizado no exercício de 1994.”*

A estratégia do governo concentra-se em diminuir a receita de despesas, ou seja, cortar gastos que considera desnecessários. Neste sentido, o governo “*chega a propor que a seguridade social venha a financiar o tesouro, conforme a medida Provisória 935 - que autoriza o uso de receitas da seguridade para pagar servidores aposentados e funcionários dos setores incluídos na seguridade.*” (Faleiros, 1995: 2)

Historicamente, pode-se constatar a sonegação dos 8% cabíveis à previdência anterior a reforma de 1966, bem como a utilização dos vastos recursos da previdência, destinados à construção de Brasília e da Hidroelétrica do São Francisco.



Parece-me que esta MP - 935 veio, nada mais nada menos, regulamentar a inversão de responsabilidade do tesouro em assumir determinados gastos da seguridade social.

Frente a esta situação, *“O Relatório Brito e a lei de Custeio exigem que a dívida da União para com a Previdência seja auditada oficialmente. Ao mesmo tempo, Há dívidas de empresários, municípios, estados e estatais chegam a cifras da ordem de 38 bilhões de dólares. Há 394.000 processos que correm a justiça contra a sonegação implicando 11 bilhões de reais dos quais 4,8 em São Paulo, conforme dados divulgados pelo Correio Braziliense de 29/04/95.”* (Faleiros, 1995 : 03)

Estes números revelam o descompromisso dos sonegadores, quando estimulados pela “Cultura da anistia das dívidas para com a Previdência”, isto é, para que pagar em dia se o governo mais cedo ou mais tarde dará a anistia ou parcelará as dívidas?

Este pensamento “Burguês” sustenta-se na obrigatoriedade do pequeno contribuinte em estar sempre em dia com os descontos previdenciários, garantindo-lhes uma receita suficiente para inversão de responsabilidades já aqui comentados.

Se de um lado, temos um déficit de caixa à sonegação e desobrigação da União, de outro lado, encontramos, o fenômeno da terceirização, - concentrador de quase a metade da mão-de-obra do mercado informal de trabalho, logo, não contribuintes da previdência social.

Destá sorte, o déficit crônico que a previdência encontra-se tem suas origens também nas crises econômicas, no arrocho salarial e desemprego. /

Faleiros aponta algumas mudanças na seguinte direção:

*“a) Abertura total das contas da Seguridade Social para a população*

*b) Vinculação da reforma da Previdência à reforma fiscal*

*c) Negociação com os interessados através de suas organizações representativas como as Centrais Sindicais e Associações de aposentados, rejeitando-se a forma autoritária e enganosa de se encaminhar o problema. O discurso de que a previdência é injusta e de que a reforma trará justiça camufla a questão de quem pagará os custos de reforma.*

*d) Discussão do atual regime de repartição simples como forma de previdência e sua relação com as previdências aberta e fechada e o papel dos regimes de capitalização*

*e) Discussão das principais distorções na equidade como as aposentadorias dos órgãos legislativos e judiciários*

*f) Referendo popular sobre as reformas da Previdência”*  
(Faleiros, 1995 : 02)

A realidade brasileira apresenta dois tipos de instituições previdenciárias: as chamadas “fechadas”, principalmente vinculados às estatais, com alto volume de dinheiro para investimentos, como por exemplo o POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - que possui hoje um patrimônio aproximado de 150 bilhões de dólares. São as entidade de previdência aberta que serão fortalecidas pela reforma pretendida.

Hoje, o orçamento da previdência social brasileira representa 6,2% do PIB, sendo que, se o teto ficar abaixo de 10 salários mínimos, como pretende o presidente FHC, “a percentagem de recursos dirigidos ao mercado será maior através da chamada previdência complementar”. (Faleiros, 1995 : 04)

Um dos pontos polêmicos desta reforma está na fixação em lei do teto de salários mínimos, lembrando que hoje o máximo pago é de 8,3 salários mínimos em cima do cálculo de 10 salários mínimos.

A dissimulação do caráter social da seguridade em si, nesta perspectiva de capitalização, está totalmente mergulhada nas orientações neoliberais de “entregar ao mercado a gestão dos seguros sociais”.

Quanto ao âmbito da assistência social *“A proposta é de que o auxílio seja desvinculado do salário mínimo, o que traria uma redução no valor dos benefícios traria uma redução do salário mínimo, o que traria uma redução no valor do benefícios e uma garantia a menos para os mais pobre, sujeitos da política de assistência”*. (Faleiros, 1995: 05)

Na revista VEJA, de 22 de fevereiro de 1995, privilegiou-se em manchete a reforma da previdência apontando os resultados de uma pesquisa exclusiva sobre tal assunto.

O quadro a seguir faz parte desta matéria acima citada sendo relevante na compreensão das supostas mudanças que se apresentam:

<p style="text-align: center;"><b>COMO É</b></p> <p style="text-align: center;">O estado atual da Previdência</p>	<p style="text-align: center;"><b>COMO PODE FICAR</b></p> <p style="text-align: center;">Os planos de governo para mudá-la</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A aposentadoria por tempo ocorre após 35 anos de trabalho. Por idade, homens se aposentam aos 65 anos e mulheres, aos 60</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acaba a aposentadoria por tempo de serviço. Homens e mulheres se aposentam aos 65 anos. Antes disso, mas nunca antes dos 58 anos, só tendo contribuído para a Previdência por 38 ou 40 anos. O governo vai definir</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professores, jornalistas, juizes e outras profissões têm direito a trabalhar de 5 a 15 anos menos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposentadoria especial só para quem trabalha em local insalubre, como os mineiros de carvão, por exemplo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Previdência paga de um a dez salários mínimos para os aposentados. Funcionários públicos e militares ganham um provento 20% maior que o último salário da ativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O governo ainda não definiu o teto das aposentadorias. Pode ser três, cinco ou os dez salários mínimos de hoje. Servidores e militares terão a aposentadoria calculada pela média dos salários da ativa, sem os 20%</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode-se acumular aposentadorias. Uma pela iniciativa privada, outra como funcionário público e uma terceira como professor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem tiver mais de um emprego terá de optar por um só aposentadoria</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• As aposentadorias ocorrem, em média, aos 52 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O governo calcula que a média de idade chegue aos 62 anos</li> </ul>

Fonte: VEJA, fev. 1995: 33

Por outro lado, segundo a Central Única dos Trabalhadores - CUT - é necessário que se mantenha a aposentadoria por tempo de serviço. Faleiros comenta desta polêmica quando privilegia a margem de expectativa de vida da população com a desigualdade e diferenciação de renda.

Quanto à polêmica específica da aposentadoria, Faleiros expressa nas linhas a seguir um retrato crítico acerca das supostas mudanças:

*“A aposentadoria proporcional por tempo de serviço fica extinta, assim como a aposentadoria especial de professor. Estas propostas são polêmicas. A primeira permite dar mais equidade já que 80% das aposentadorias por velhice (urbanas) situam-se na faixa de até 2 salários mínimos, enquanto que apenas 17% das aposentadorias por tempo de serviço estão nesta faixa. As aposentadorias por velhice compreendem 7,67% do valor dos benefícios, por tempo de serviço 10,38%, especiais 2,5%, por invalidez 14,36%, pensões 22,53%, auxílios (doença e acidente) 7,50%, e a aposentadoria por velhice rural 17,64%. A aposentadoria mais antecipada para o professor beneficia uma grande categoria de trabalhadores tornando-a muito mais vantajosa em relação à maioria dos trabalhadores. Uma idade mínima de aposentadoria (com diferentes idades para diferentes rendas ) e aplicável a toda a sociedade, inclusive para os militares, legislativo e judiciário, poderá ser mais equitativa, ressaltando-se as aposentadorias especiais por risco à saúde. É preciso, no entanto, que esta questão seja negociada com os interessados em vista de um regime adequado de transição. (Faleiros, 1995: 06).*

Os direitos adquiridos ficam comprometidos, quando as propostas de emenda constitucional eliminam a invocação desses direitos junto aos tribunais, no que se refere ao reajuste e aos valores, vindo à ferir a própria Constituição na garantia dos direitos individuais.

Então, desta forma, a desconstitucionalização da Previdência proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso traz como consequência:

*(...) “A desarticulação da seguridade social como um todo, que hoje assegura o direito à previdência, à saúde e à assistência social, de forma integrada e, em segundo lugar, a maior facilidade em se implementar mudanças, sem as formalidades de emenda constitucional e possibilitando a costura de maiorias ocasionais sujeita aos diferentes lobbies.”*

(Faleiros, 1995 : 07)

Finalizando, todo este movimento neoliberal desenvolvido e/ou proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso não foram à princípio, discutido no Conselho de Seguridade Social que é paritário, ou seja, há representantes do governo e da sociedade, bem como não se privilegia esta última como objeto de referendo popular.

É de suma importância que o governo privilegie a viabilização de canais de negociação de todas as mudanças como os reais interessados, explicitando a lei complementar de transição de um regime para outro, no mínimo.

Este novo cenário institucional que se anuncia certamente, produzirá mudanças na normatização do “Programa de Preparação da Aposentadoria”, embora as perspectivas como vimos, não sejam das melhorias ou avanços na estrutura de direitos conquistados até então.

Lidar com a insatisfação dos trabalhadores, em função desse retrocesso, trata-se, portanto, de mais um desafio para o Serviço Social.

## **2 - TRILHANDO NO CAMPO DE ESTÁGIO**

### **2.1 - IDENTIFICANDO O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO**

O desvendamento da profissão de serviço social torna-se possível quando esta adquire significado sócio histórico no curso de sua prática profissional inserida na e a partir da divisão sócio-técnica do trabalho.

O advento da divisão do trabalho oportunizou a esta profissão afirmar-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, constituindo-se em expressão de necessidades sociais oriundas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

Um traço historicamente constitutivo da profissão de serviço social é a observância das características do processo do modo de produção capitalista e da eclosão do processo de industrialização, ambos ladeados pela expressão política da classe trabalhadora, via movimentos operários, trazendo a reflexão do impacto destas expressões de classes divergentes na dinâmica da sociedade, logo com greve de pressões diferenciados, vindo a desencadear numa conjuntura, onde a mediação entre a sociedade civil e o Estado torna-se necessária para ferir os interesses de classe.

Para a compreensão do serviço social enquanto profissão, me utilizarei das ponderações das autoras - Marilda Villela Iamamoto, Ana Elizabete da Mota e Ursula Karsch por considerar suas produções de relevante contribuição na refutação acerca do discurso da prática profissional.

Ao profissional de Serviço Social se apresenta, de imediato diversas implicações políticas, técnicas e metodológicas que passam a constituir para a sua prática profissional,

pelo fato desta ser polarizada por interesses de classe, mergulhada no jogo de correlação de forças propiciado pela dinâmica das relações sociais.

Portanto não podemos pensar o Serviço Social fora da admissão do movimento histórico da sociedade e muito menos, de sua íntima relação com o capitalismo monopolista.

A institucionalização do Serviço Social foi marcado pela exigência da sociedade capitalista, quando esta não mais podia resistir à expressão política da classe trabalhadora apenas com repressão. Tendo que conceder, na forma da lei, conquistas de cunho trabalhista e social, comentados no primeiro capítulo, o Estado e as classes dominantes passam a assumir e encaminhar reivindicações na forma de serviços sociais, cuja implementação para a ser objeto privilegiado da atuação profissional.

A compreensão do Serviço Social supõe, neste sentido, a inserção de sua prática interventiva no processo social em sua dupla dimensão: da direção objetiva que assume na realidade do mercado de trabalho e da consciência subjetiva da situação, representada no ideário profissional.

Considerando-se o marco de 1936 - criação da escola de Serviço Social em São Paulo - primeira instituída o Brasil, temos a clareza de que a profissão é muito nova, tendo apenas 59 anos, lutando por sua legitimidade, atravessando crises, que vão desde os paradigmas que a cercam, até seu reconhecimento no campo de trabalho. Passa-se por uma crise ideológica do capital acirrando o espaço profissional, que sofre coerções inclusive políticas - partidárias quando vinculada aos órgãos públicos, tendo o profissional que se fortalecer profissionalmente, resistindo contra a tendência de ser requisitado para legitimação dominante, não deixando-se “engolir”, hoje, pelo ideário e proposições neoliberais em moda.



As articulações e mediações pertinentes à prática profissional tornam-se estratégias de sobrevivência da profissão, quando desenvolvidos pelo compromisso ético de se transformar a realidade na dinâmica do processo de reconstrução do real.

O fenômeno social imediato apresenta-se de maneira empiricamente peculiar, cabendo ao profissional o comprometimento em negar a realidade imediata, através de um movimento de ir e vir, desvendando o real, apresentado via mediações articuladas ao contexto socio-econômico-histórico e cultural.

A síntese das múltiplas determinações advindas deste movimento do real, no plano do pensamento, objetivando reconstruir o real, levará o profissional a construir a concreticidade da realidade, podendo, desta forma, intervir com seus instrumentos técnicos para transformar o fenômeno apresentado.

Esta passagem metodológica aponta a diferença entre um “voluntário social” e um “profissional social”.

As críticas quanto à profissão passam pelo traço histórico paternalista, assumido em seus primórdios, bem como pela forte influência da ação católica, no qual deu-se sua origem nas semanas sociais que proporcionaram encontros entre os participantes dos vários movimentos católicos existente, sendo comuns na Europa. No Brasil, a primeira semana social ocorreu no Rio de Janeiro na década de 30.

Desta sorte, o surgimento do Serviço Social brasileiro está imbricado no amplo movimento social, onde a Igreja, buscando findar seus propósitos, avança de uma postura contemplativa para o resgate de áreas de influência ameaçada pela secularização e pelo redimensionamento do Estado. Há neste sentido, um “projeto de recristinização da ordem burguesa centrado em valores comunitários, objetivando ganhar a classe operária na disputa

com as influências comunistas e liberais, enfrentando a “questão social” sob o prisma da moral.

Acredito que estas influências deixaram um legado histórico controvertido, ou seja, criou-se uma herança conservadora no meio profissional, que admite a assistência aos despossuídos como favor do Estado e dever de cristão, tendo uma leitura da realidade ainda centrada nos valores positivistas de adequação ao meio. Daí nasce o “voluntário social”, que diverge do “profissional social”, quando este último admite em sua prática o delinear de uma análise conjuntural, que o faz articular a singularidade do fenômeno apresentado, a sua repercussão na universalidade.

Neste sentido podemos constatar a seguinte ponderação nas palavras de Marilda Yamamoto Villella :

*“Trata-se, portanto, de um esforço de compreender a prática profissional na sua dimensão histórica, como uma prática em processo, em constante renovação, fato este derivado, fundamentalmente, das modificações verificadas nas formas de expressão e no aprofundamento das contradições que peculiarizam o desenvolvimento de nossas sociedades. À medida que novas situações históricas se apresentam, a prática profissional- enquanto componente destas - é obrigada a se redefinir. As constantes redefinições conformam mais uma “passagem de prática” do que uma prática cristalizada, o que muitas vezes é vivido pela categoria como “crise profissional”. Esta “crise” não é mais do que expressão, na consciência de seus agentes, da temporalidade dessas práticas, da necessidade de redefinições.” (Yamamoto, 1992 : 89)*

Convém ressaltar o fato da categoria profissional não ser homogênea, refletindo, em si mesma, as polarizações existentes na sociedade.

Diante destas necessárias redefinições do Serviço Social, alguns segmentos as vêem na perspectiva de atualização da profissão, face as demandas postas pelo poder institucional. Busca-se, em primeira instância, uma renovação permanente das bases de legitimidade do Serviço Social na classe capitalista e no Estado burguês.

Nesta perspectiva o profissional que vivência a chamada “crise profissional” admite uma postura a crítica das bases políticas de legitimação de seu fazer, buscando superar tal “crise” via aprimoramento técnico - profissional, em função das exigências do processo de acumulação e de modernização do Estado.

Por outro lado, temos outros segmentos, com menor expressividade no conjunto de categoria, que centra-se na busca de reorientar o potencial prático, na perspectiva das classes sociais subalternas, comprometido com seus reais interesses sociais.

Nesta perspectiva, o profissional é levado a repensar a sua prática de forma diferente à definição oficial. Instaura-se assim um dilema de cunho ético-político. Sendo a classe capitalista, a detentora dominância política na correlação de forças sociais e, conseqüentemente, o capital, como elemento incondicional para produção, reprodução e legitimação dos diversos serviços prestados pelas diversas categorias profissionais, ambos condicionados a estrutura capitalista, recai-se na reflexão sobre a luta pela identidade profissional, que ora dilui-se nos propósitos de acumulação do capital.

Daí entrar em cena um desafio para a categoria: Como construir um novo projeto profissional, que rompa com o traço tradicional teórico prático, desvinculando-se da

tutela e manipulação das classes subalternas, segundo interesses que não vão ao seu encontro?

As bases tradicionais postas pela mera demanda institucional patronal, já não mais satisfaz a categoria, embora seja talvez ainda uma minoria em seu conjunto (já comentado anteriormente) àquela perspectiva que privilegia, na dimensão profissional, o elemento político enquanto essencial para refletir as redefinições da profissão na dinâmica da sociedade.

As considerações feitas acerca das posturas assumidas pelos profissionais remetem à uma outra reflexão, onde se explicita que a reprodução das relações sociais - espaço contraditório da nossa ação profissional - resume na reprodução da força viva de trabalho ou dos meios materiais de produção.

Portanto, torna-se imprescindível realizar-se uma leitura conjuntural do processo produtivo, desmistificando o sentido unilateral mais amplo: produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias, remetendo "*à reprodução das forças produtivas e da relação de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução espiritual: isto é, das formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artísticas, religiosas. Mas é também a reprodução das lutas sociais, das relações de poder e dos antagonismos de classe*". (Iamamoto, 1992:99)

O exercício profissional, desta forma, é necessariamente polarizado pelos interesses classistas condicionado à ser cooptado pela posição dominante. A atuação profissional pode dar-se tanto ao nível da dominação e exploração, desencadeado pelo sistema vigente, ao mesmo tempo, em que responde às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, contribuindo, para o reforço das contradições que constituem o motor básico da história.

A contribuição do serviço social, como profissão, situando-se no processo de reprodução das relações sociais, como afirma a autora:

*“Fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora, isto é: na criação de bases políticas para o exercício do poder de classe. intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho”.*  
(Iamamoto, 1992:100)

O serviço social admite como característica um perfil peculiar de prática profissional, vindo a dedicar-se ao planejamento, operacionalização e viabilização dos “serviços sociais” à população por ele selecionada.

A triagem, “visita domiciliar” e seleção sócio-econômica são expressões do poder atribuído à categoria em discriminar, entre os elegíveis, os mais desprovidos, por serem as instituições incapazes de atender todo o público, atribuindo ao assistente social a função de “administrador de pobreza”.

As atividades técnicas seguem a uma suposta “cultura administrativa”, onde há um cumprimento de um ritual burocrático. Especificamente, quando trata-se de “serviços”, observa-se a supremacia do técnico sobre a clientela, através de uma dominação sutil de propósitos específicos, caracterizando o conjunto de saberes e normas profissionais.

Quanto a este respeito diz Ursula Karsh:

*“O discurso tecnoburocrático, tanto dos documentos como das cerimônias dos ritos de passagem, gera a interiorização das definições ideológicas que não só justificam o projeto social em questão mas validam os objetivos e a*

*ordenação, sobretudo da hierarquia e das funções essenciais”.*

(Karsch, 1989: 35)

É notório o fato de cada organização de serviço desenvolver uma burocracia específica como forma de “proteção” às supostas ameaças a sua hegemonia, oportunizando estrategicamente a interdependência dos trabalhadores objetivando eliminar os limites impostos pela divisão do trabalho.

Os departamentos de serviços têm por finalidade fornecer suporte para as forças produtivas. As múltiplas formas de cooperação na grande empresa admitem os mais diversos tipos de organização do trabalho, condicionados atentamente as curvas da economia nacional e internacional.

O Serviço Social contracena nesta dinâmica do trabalho coletivo, no instante em que acompanha as variações internas e políticas que se passam fora e dentro do âmbito empresarial.

É a partir das diretrizes administrativas da grande empresa, que o departamento de Serviço Social, ganhará seu lugar na estrutura de poder:

*“Cumpre o papel de suporte, fornecedor de dados, emissor de políticas e executor de medidas de adaptação e integração às condições de adaptação e integração às condições de trabalho; seu objeto porém, fica à mercê dos movimentos do capital”.* (Karsch, 1989:51).

Os Assistentes Sociais passam a ser os “olhos do patrão”, no momento em que detêm determinados conhecimentos nas áreas por eles trabalhadas. Tais conhecimentos passam pelo fornecimento de informações sobre tudo o que se refere aos mínimos pormenores do trabalho, sendo utilizados para aperfeiçoar a administração.

Face a cooptação dos anseios profissionais dos assistentes sociais pela lógica do capital ou da empresa, é notória sua “ação orientadora” ao operário, dentro de um clima cruel e alienante que escamoteia ou tangência os principais problemas por eles vividos no dia-a-dia do processo de trabalho.

Esta “ação orientadora” baseia-se no uso dos princípios de “relacionamento com os clientes, tão enfatizado na formação profissional, facultando ao técnico, *“o conhecimento de detalhes da individualidade do sujeito em causa e, portanto, da possibilidade de lhe ditar as normas institucionais”*. (Karsch, 1989: 70)

A legitimação da prática institucional perpassa a condição do profissional ser detentor de informações particulares, que se revela como elemento significativo para convencer o usuário a buscar resolver suas necessidades dentro dos limites impostos pelos objetivos institucionais.

Esta condicionante realidade da prática institucional, onde os “muros” lembram a todo instante seus limites de atuação, remetem ao Assistente Social a reflexão de que os conteúdos teóricos clássicos (paradigmas) dos Serviço Social não concretizam-se no plano de ação, por assumirem lógicas contraditórias à realidade vivenciada nas instituições.

Neste dilema, os profissionais experimentam a angústia decorrente *“da incompreensão das articulações sociais mais amplas e da sensação permanente da inespecificidade da profissão”*. (Karsch, 1989: 07)

No pensamento sartreano, “a existência precede a essência”, ou seja, o homem primeiro existe para depois edificar-se através de suas atividades laborais que lhe darão a condição de permanecer no artificio humano. Na vida os homens sempre escolhem. Mesmo quando não escolhem, a escolha se faz pelo ato de não querer escolher. Então, não escolher

é uma escolha, uma condição. A angústia precede a escolha no instante em que esta última implica em responsabilidade. Os Assistentes Sociais, diante do desconhecimento teórico sobre a profissão e a realidade, optam por “escolher”, sem consciência disso, a burocracia e os objetivos da instituição, ao invés de se qualificarem para uma intervenção que supere esses limites institucionais.

Este pensamento, oferece elementos para refletir-se acerca das diversas profissões que se apresentam na divisão do trabalho, na direção do cumprimento ético pertinente a cada responsabilidade atribuída aos técnicos.

Especificamente, a profissão de Serviço Social depara-se com a responsabilidade de ser “linha de frente”, administrando problemas sociais que envolvem-se no discurso institucional, tirando deste diálogo, que muitas vezes se perdem em monólogos palavreados, a escolha de supostas soluções para seus problemas, por admitirem que o Assistente Social é o profissional que indica o melhor caminho a seguir.

Daí expressasse a responsabilidade da vigília que o Assistente Social deverá ter em sua atuação, “policiando-se” e no momento de interação profissional/usuário para que seu discurso não induza-o para escolher a posição supostamente “imposta” pelo profissional.

*“Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e as crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste código”.*  
(CFESS, 1993: 15 art. 5º - alínea “b”)



Frente a este impasse, espera-se uma opção da categoria de fato em atuar mais e tecnicamente nas suas atividades política profissionais, embuídos de princípios éticos que norteiam a profissão, firmando-se no enfrentamento de contribuir para um projeto social mais justo e soberano.

## **2.2 - EMPRESA CAPITALISTA E REQUISIÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Após análise das principais características e determinações do Serviço Social como profissão, desenvolverei algumas considerações sobre a requisição do Serviço Social pela empresa capitalista, de forma a que possamos analisar com mais propriedade o desenvolvimento das atividades do Serviço Social dos Correios.

O Estado como uma relação de poder não se restringe ao caráter de “governo” (e setor público e privado), mas identifica-se também, no processo de correlação de forças existentes, ao unir-se ao capital em detrimento ao trabalhador, mediante pactos de natureza política econômica e ideológica, que se expressam nas políticas econômicas e sociais.

Quanto às “motivações capitalistas”, o discurso empresarial é claro quando basicamente centra-se na reprodução da força do trabalho e na acumulação e reprodução do capital. A qualidade de vida é uma imposição da reprodução da força do trabalho.

Desta forma, de uma vez só, são obtidos dois resultados com o mesmo investimento, ou seja, a requisição do trabalho do Assistente Social, o primeiro limita-se à garantia de condições para a reprodução da força do trabalho; o segundo, centra-se na transformação de uma prerrogativa da produção em uma ação humanitária.

Dentro desta postura, é possível observar que a empresa presta serviços sociais sem ter uma “vocação”, tal como é assumida pelas instituições tradicionais. Na verdade, a empresa necessita de providenciar recursos de assistência social, na medida em que estabelece uma relação contratual desigual de compra da força de trabalho, em troca do pagamento de um salário, mantendo e institucionalizando as condições de exploração do trabalhador. Assim:

*“A situação objetiva do trabalhador, evidenciada no desequilíbrio entre o salário recebido e a precária capacidade de consumo dos bens necessários à sua manutenção e reprodução como força de trabalho, demonstra claramente que o livre mercado de compra e venda da força de trabalho nada tem de livre, pois o trabalhador, por possuir apenas uma mercadoria, isto é, sua força de trabalho, é, de fato, obrigado a vendê-la ao preço médio instituído pelo capitalista, sob pena de não poder sobreviver. Tanto é assim que, para manter tal relação desigual, sem conflitos, a empresa recorre tanto à assistência social privada como, no âmbito do Estado, às leis e à políticas sociais e econômicas que, em última instância, são produzidas e determinadas pela relação da exploração que o capital exerce sobre o trabalho”.* (Mota, 1992: 47)

As políticas sociais das empresas não são desenvolvidas de forma aleatória numa relação direta entre carência - solução. A pobreza é aceita por si mesma, como produto de um processo “natural”, apesar de ser caracterizada, quase sempre, como um fenômeno da “patologia social”. O homem parece ser produto de circunstâncias sem, no entanto, fazer parte de suas construção, ou seja, as circunstâncias imediatas determinam o homem, mas são os homens que as criam nas suas relações sociais.

A partir disso, a empresa submete os fatos e sua organização social, às suas idéias e propósitos requisitando o saber científico e profissional para “manipular” a realidade de acordo com seus interesses, sempre colocando-se acima ou fora do jogo dos conflitos sociais.

As ações médico-odontológica e assistencial oferecidas pela empresa, são desenvolvidas dentro dos requisitos da reprodução da força do trabalho pelo lado empregador, incorporada pelo empregado como gratidão pelo serviço que lhe foi prestado.

A empresa lucra ao fazer uso da assistência médica privada, no instante em que o funcionário não dispende tempo de trabalho para ir ao médico ou acompanhar sua família, além do controle sobre o trabalhador exercido através das clínicas privadas.

Analisando em outro aspecto, vemos que a educação vem sendo amplamente referida no discurso empresarial sob conotações distintas. Ora significa baixo nível de escolaridade, ora educação profissional, ora educação de “base” - os hábitos de higiene, o controle do orçamento doméstico, sexualidade, controle de natalidade, etc...

O padrão de educação, dos valores sociais, existenciais e de saúde, não é construído pelo trabalhador individualmente ou como classe social, mas lhe é imposto pela classe dominante para servir aos interesses da acumulação e reprodução do capital.

Neste sentido, (...). *“os problemas no trabalho possuem um tratamento distinto dos chamados “problemas sociais”. Aqueles são abordados de forma “técnica”, sendo objeto de “políticas de administração de pessoal”. Possuem, no seu manejo, um componente de repressão quando são caracterizados como comportamentos indisciplinados, passíveis de sanções. São também objeto de formulação de critérios de julgamento ao absorver um componente “moral” nas avaliações de desempenho, a saber,*

o "bom empregado", "o péssimo", o "irresponsável". É mesmo comum, enquanto estratégia de intervenção, a empresa se utilizar de técnicas de envolvimento como gerência participativa, grupos de controle de qualidade, treinamento de lideranças etc. Ou, ainda, de estratégias para acirrar a competição, como prêmios de produtividade, promoções etc". (Mota, 1992: 55).

Por exemplo, a empresa atua com duas "armas" face às faltas, conflitos e inadequação: de um lado impõe o rigor das técnicas e critérios de admissão do empregado. De outro lado, envolve o empregado num discurso de dependência mútua, tentando difundir a idéia de "condições de igualdade" na comercialização do trabalho.

O trabalhador, ao submeter sua força de trabalho ao capital, subordina também seu próprio destino individual e coletivo ao ter convertidos como suas as necessidades e aspirações da empresa. Este dado é bastante visível na fala e representações dos trabalhadores dos Correios, principalmente nas abordagens realizadas nos plantões descentralizados das áreas operacionais. Sentenças do tipo: "Sinto-me orgulhoso de ser carteiro dos Correios, apesar de ganhar pouco. Trabalho há mais de vinte anos na empresa, já fui até mensageiro e hoje fico orgulhoso de ver a logomarca dos Correios no capacete do Rubinho Barichello". Nesse sentido, afirma Mota:

*"Com efeito, o discurso do empresariado evidencia, sem dúvida, como justificativa unívoca para a ação do assistente social na empresa a mediação de interesses do empregador e do empregado, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais no processo produtivo, embora as razões apresentadas para contratação de assistentes sociais sejam revestidas de várias formas". (Mota: 57)*

Como vimos, historicamente a ação profissional tem-se construído a partir da constatação de problemas sociais, face à atuação de políticas sociais do Estado e/ou de instituições particulares.

Na empresa a prática não escapa a essa generalização, sendo entendida como situações de carências do trabalhador que interferem na produtividade da força de trabalho. Cria-se uma identidade de intenções profissionais e empresariais, apontando para existência de um projeto social, dentro do qual se inscreve a inserção do profissional.

O Serviço Social se articula e constrói estratégias de ação para atender as "carências", considerando as especificidade do requisitante. Assim, os objetivos do Serviço Social se dilui nos objetivos da Instituição.

Nesta ótica, pode-se então inferir que a ação do Serviço Social nas empresas é polarizada entre convivência objetiva com as condições de vida e trabalho do empregado e as prerrogativas da entidade. Como ficará evidenciado pelo relato do documento normatizador do Serviço Social da ECT.

Para falar da empresa, os Assistentes Sociais concentram suas observações em duas ordens principais: - Qualificam a empresa pela sua função técnica frisando a necessidade da manutenção da força do trabalho; - Privilegiam os objetivos sociais da empresa.

Contudo, na nossa história o Assistente Social custa a aceitar que o mitológico fim beneficente das instituições, onde tradicionalmente se trabalha, fosse substituído por fins lucrativos. O lucro raramente foi foco da discussão dos Assistentes Sociais.

Nota-se até hoje a preferência em se divulgar a apatia do que os resquícios da repressão ou a possibilidade de pensar numa apatia imposta, forçada por condições

objetivas, inclusive nas discussões em salas de aulas sobre as experiências dos campos de estágio. Sobre esta questão afirma a autora:

*"Isso nos leva a crer que o assistente social faz uma leitura da realidade cujo parâmetro é a explicação da realidade "pelo que falta". A falta é notada a partir de um modelo mítico, transmitido pelos manuais acadêmicos, fornecedores de indicadores e não de elementos que permitam perceber a realidade como uma totalidade em movimento. Por isso, o papel da repressão do Estado e das próprias empresas é posto de lado, dando lugar ao exame da "apatia política - geralmente uma condição cuidadosamente induzida e mantida em proveito da ordem dominante ". (Mota, 1992: 72)*

Tudo é trabalhado na esfera dos problemas sociais, quando dizem que a empresa reconhece a "problemática" da carência, mas que ela não tem, obrigação de supri-las. Daí entra a questão da sensibilidade e do compromisso ético para com o trabalhador e suas reais necessidades.

Os pactos de dominação entre empresa Estado sobre a classe trabalhadora são visto pelos Assistentes Sociais quase que exclusivamente como condição para viabilizar o bem-estar social.

Em suma, a inserção do Assistente Social na empresa parece justificar, em linhas gerais, a existência dos chamados "problemas sociais" e pela necessidade de desenvolver estratégias empresariais para controlá-las.

Na ponderação de Ana Elizabeth da Mota, encontramos o seguinte raciocínio:

*"Neste sentido, o assistente social admite os objetivos da empresa e propões a melhoria da condição de vida do*

*trabalhador. Colocando-se numa postura que poderíamos chamar de "liberal", sua proposta é dirigida para a elevação do nível de vida do trabalhador, independentemente de sua condição de explorado. A ação do Serviço Social seria, dessa forma, voltada para o homem, apesar de exercida dentro das finalidades lucrativas da empresa. Neste caso, parece que, numa possível contradição, o assistente social coloca a inserção da profissão na empresa a partir da obrigatoriedade que tem esta de suprir carências, mesmo que reconheça, como acima, o direito do trabalhador a um "mínimo de dignidade, não porque ele é um empregado, mas porque é indivíduo". (Mota, 1992: 84)*

No pensamento de Marilda Villella Iamamoto, o exercício profissional é necessariamente polarizado pelo interesse das classe sociais fundamentais, que por sua vez coexistem reciprocamente pela via das mediações, sendo a atuação do Assistente Social tendenciosamente cooptada pela classe dominante como expôs Ana Elizabeth da Mota. As respostas às demandas institucionais devem privilegiar tanto à exigência do capital, quanto as demandas do trabalho, nesta perspectiva.

Desta forma a atuação do profissional de Serviço Social peculiariza-se pela seguinte contradição:

*"Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem e tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto; participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as*

*contradições que constituem o motor básico da história".*

(Iamamoto, 1992: 99)

Um dos lados desta participação simultânea, revela a capacidade e a disponibilidade de relativa autonomia que o Assistente Social dispõe no exercício de suas funções institucionais, expressa nessa "relação singular", quando na oportunidade de contato direto com o usuário, embora aproveitemos pouco essa possibilidade de autonomia.

É exatamente neste instante, que o controle social institucional não é total, oportunizando ao profissional a redefinição de novos rumos da sua práxis, centrado na leitura que este possui da realidade apresentada e conseqüentemente, no encaminhamento da reais reivindicações dos trabalhadores.

*"A ultrapassagem da mera demanda institucional dá-se no momento em que o profissional privilegia o contato direto com o usuário, procurando desmistificar a percepção apática que o trabalhador possui do Serviço Social, que muitas vezes foi construída pela nossa própria forma de atuação; viabilizando a oportunidade de posicionar-se "no horizonte das classes trabalhadores, a serviço de um projeto de classe alternativo aquele que é chamado a intervir". (Iamamoto, 1992: 100)*

Neste instante lembro a discussão do primeiro capítulo quando evidencia que historicamente as políticas sociais se constituíram a partir de determinantes econômicos e, substancialmente impulsionada pela intervenção do movimento operário.

A realidade apresentada hoje quanto às reformas institucionais propostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, revela um cenário político onde se torna necessário privilegiar um momento de reflexão acerca das políticas sociais junto à classe



trabalhadora, na intenção de garantir o não retrocesso constitucional, estimulando e organizando a participação popular como forma de expressão política deste segmento social e, sobretudo, como resistência as mudanças propugnadas.

O comprometimento político do profissional de Serviço Social em colaborar para a construção deste espaço de natureza reivindicatória e contestatória o remete à ultrapassagem da mera demanda institucional.

Ao analisarmos o Programa de Preparação para a Aposentadoria da ECT constatamos a necessidade de ampliação da participação dos trabalhadores na formulação e implementação dos projetos de Serviço Social.

Segundo Iamamoto, é na "participação popular" que as classes subalternas revelam o seu modo de viver e de pensar a vida e a religiosidade; comemorações festivas e esportivas; movimento de mulheres; de negro; de sem teto e sem terra; associações de bairro, etc...). No conjunto dessas expressões culturais que encerram os valores constitutivos do cotidiano dos sujeitos de uma classe social, encontra-se a negação simbólica e utópica à alienação do trabalho e da vida. Apresenta-se no âmago destes movimentos um esforço em transcender ao espaço social repressivo, através da arte destes segmentos sociais em resgatar e reconstruir sua história para subsidiar sua crítica à sociedade.

A participação do trabalhador na construção da prática da profissão, dá-se quando o mesmo exerce pressão sobre a empresa, no sentido de que suas necessidades sejam atendidas como uma imposição para reproduzir sua força de trabalho, haja visto sua margem salarial.

É possível concluir que as políticas sócio-assistênciais geridas pelas empresas não excluem a participação do trabalhador de forma organizada ou não, na sua formulação, inclusive com estratégia de atendimento à interesses tanto do capital como do trabalho.

É na práxis histórica do indivíduo que ele toma consciência dessa contradição entre capital x trabalho, e não apenas consciência de dominação, mas da condição da dominação. Como diz Mota:

*"Aqui, teríamos de esclarecer que as idéias do trabalhador não se constituíram numa simples ratificação da ideologia dominante. antes, são formas de manifestação, que por resultarem de uma relação dialética, podem permitir o surgimento, dentro de um projeto político de classe, de uma outra ideologia, de natureza contestadora". (Mota, 1992:95)*

É no discurso do trabalhador que revela-se a expressão do nível de consciência real da sua participação nas políticas sociais das empresas, enquanto suprimento de suas necessidades e enquanto empregado de uma empresa capitalista, com todas as conseqüências que essa situação impuser.

O retrato das carências passa a ser vista como elemento concreto do processo de formação de uma consciência de classe; vale dizer, no processo de construção histórica de uma ideologia que possui um potencial contestador do sistema dominante. Contribuir neste processo é o que se espera do Serviço Social como profissão.

Até no momento, procurei arrolar algumas considerações acerca da profissão de Serviço Social, no sentido de situa-la na divisão do trabalho, apontando ambigüidades e contradições que assume na linha de sua afirmação no mercado de trabalho, assim como das características do nosso trabalho em empresas. Desta forma, torna-se oportuno o relato do

espaço institucional onde realizei meu estágio. Pretendo neste relato destacar as linhas gerais da operacionalização do Serviço Social da ECT, de maneira a possibilitar uma melhor análise do Programa de Preparação para Aposentadoria.

### **2.3 - UM BREVE RELATO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ECT**

A partir de 1960, o desenvolvimento econômico acelerou-se e em decorrência a amplitude dos negócios criados gerou uma crescente necessidade em comunicação, que suplantaram, gradativamente, a capacidade operacional do sistema existente destinado a atender - os CORREIOS E TELÉGRAFOS. Limitado pela ausência de uma política tarifária, com instalações e equipamentos dimensionados para o princípio do século, e com o pessoal cada vez mais desprofissionalizado, o serviço viu reduzidos rapidamente, seus padrões de qualidade, gerando com isso o descrédito público.

Contudo, a 25 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 200, foi constituído o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, desencadeando um processo que iria dar estrutura moderna e flexível ao setor. Graças a ele, foram criados a ECT, o sistema TELEBRÁS e a RADIOBRÁS e, por via de consequência os meios de comunicação do país lograram reconhecida expansão.

Na verdade, como passo importante no esforço na recuperação do serviço postal, em 20 de março de 1969, pelo decreto-lei nº 509, o Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado em empresa pública, a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, vinculada ao MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES.

Imediatas providências foram tomadas:

Dar maior autonomia às Diretorias Regionais; Consolidar a infra-estrutura de apoio; Gerar órgão de planejamento; Processamento de dados; Recursos Humanos; Comercialização; Novos produtos e serviços.

O Correio, ao longo da década de 70, se fazia presente de forma ou de outra em todos os municípios brasileiros. De fato, neste período, sua administração central transferiu-se do Rio de Janeiro para Brasília. (1955 - 1961 - Criação Brasília/ JK)

Paralelamente, buscava-se também reduzir e anular o hiato deficitário, e, em contrapartida, obter resultados operacionais crescentes.

Feito o aprimoramento dos serviços básicos e a implantação e expansão de novos sistemas ampliou-se o faturamento. Pelo aumento da produtividade e por um controle rígido, reduziu-se a despesa. Com um ajuste paulatino das tarifas, conseguiu-se equilibrar de tal modo a receita e despesa, que finalmente em 1977, a ECT alcançou pela primeira vez em sua história o superávit financeiro.

Assim, o Brasil se colocava entre as poucas nações que obtém resultados positivos na exploração dos serviços postais.

Em relação à política de pessoal, a ECT empreendeu uma política de "valorização do homem", buscando formar e manter uma força de trabalho adequada e produtiva. Para isso, tornou-se necessário garantir a remuneração dos funcionários aos níveis de mercado, bem como a permanente perspectiva de evolução, proporcionando igualmente segurança para todos os servidores e seus dependentes. Assim sendo, adotou-se um regime de apoio social aos funcionários, através de convênios médicos-odontológicos e,

em 1981, foi criado o INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS - POSTALIS, dando prosseguimento a uma tendência, já analisada anteriormente, de privatização dos serviços sociais, coerente com o modelo econômico-social do Regime Militar.

Sua finalidade era de completar a aposentadoria assegurada pelo INPS e "promover o bem-estar social dos empregados", através de concessão de benefícios.

A partir de 1986 presenciou-se a atuação da ECT no campo social. A empresa passou a participar da execução das metas do programa de prioridades sociais do governo federal - José Sarney - voltada para a distribuição tanto de livros didáticos adequados ao ensino fundamental, quanto de leite para crianças carentes.

Também, com o intuito de facilitar o acesso a outros serviços postais, foram realizados convênios com o Ministério do Trabalho para o encaminhamento de carnes de recebimento do seguro-desemprego.

Já com o Ministério da Previdência e Assistência Social, os convênios visaram a marcação de consultas médicas através das agências dos Correios.

Paralelamente, a administração postal brasileira, com o objetivo de promover o intercâmbio com outros países, ampliou a concessão de bolsas de estudo para os cursos de administração postal.

No campo de RECURSOS HUMANOS, foi ainda em 1988 que celebrou-se o primeiro acordo coletivo de trabalho entre ECT e as entidades sindicais. Desde outubro os empregados da empresa passaram a dispor de sindicatos representativos da categoria para a defesa de seus interesses nas relações de trabalho, o que revela uma significativa mudança

na concepção de gerenciamento, já que viveu-se um período de democratização das relações de trabalho nos Correios.

Desenvolvendo uma política restauradora e de modernização operacional e administrativa, revitalizou sua infra-estrutura, passando a oferecer, em todo território brasileiro, serviços postais e telegráficos de alto nível.

Os "serviços públicos", em geral, se fazem presente na divisão social do trabalho, podendo se conceituado modestamente como mecanismo produtivo do capital monopolista, conforme análise do Capítulo I.

Os serviços de controle (educação, saúde, segurança, habitação, recreação, instrumentos do poder legislativo, do judiciário e executivo e outros...), são elementos constitutivos do aparato estatal. Há também as tarefas da administração civil que o Estado assume perante, e, como vimos, o serviço de correios não foge à essa lógica.

### **2.3.1 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ECT:**

A ECT está organizada administrativamente em duas esferas:

- **Administração Central** - Sediada em Brasília - DF. É composta pelo presidente da ECT, vice-presidente e quatro diretores responsáveis pelas diversas áreas de atuação da empresa.

- **Administração Regional** - É constituída por 23 Diretorias Regionais, que se incumbem de desempenhar, em âmbito regional, as atribuições a cargo da empresa, através de várias unidades de trabalhos específicos.

A autoridade máxima de uma Diretoria Regional é o Diretor Regional, tendo como auxiliar o Adjunto Executivo. Além do Adjunto Executivo o Diretor dispõe de uma equipe de auxílio, constituída por assessores e gerentes, responsáveis por uma área de trabalho, podendo ser uma área com atividades- fim ou de apoio.

Cabe destacar as gerências que expressam atividades-fim:

- GECOM - Gerência de Comercialização
- GEOPE - Gerência de Operações
- GETRA - Gerência de Transporte

Atividades de apoio:

- GEREC - Gerência de Recursos Humanos;
- GEREN - Gerência de Engenharia;
- GESIT - Gerência de Sistemas e Telemáticas;
- GAUDI - Gerência de Auditoria;
- GEFIN - Gerência Financeira;
- GESUP - Gerência de Suprimentos;
- APEGE - Gerência de Planejamento e Gestão;
- ASJUR - Assessoria Jurídica;
- GABINETE: ASCOM - Assessoria de Comunicação Social;
- ARSIM - Assessoria de Relações Sindicais.

A ECT é uma Empresa Pública Federal, com 100% de seu patrimônio da União, sendo vinculada ao Ministério das Comunicações.

Tem por finalidade: *“prestar serviços de correios convencionais e avançados, transporte de encomendas e atendimentos especiais, de forma empresarial, com competitividade e lucratividade, de acordo com a qualidade exigida pelos diversos segmentos de mercado, bem como atrair, desenvolver e motivar pessoas para garantir a excelência desses serviços”*.

A autora Ana Elizabete da Mota, em sua obra: “O feitiço ajuda - As determinações do serviço social na empresa - 1985” - desenvolveu um trabalho com o propósito de desencadear uma discussão da prática do Serviço Social na empresa capitalista.

Esta obra vem elucidar aos senhores leitores a tentativa de compreender-se a requisição do assistente social na empresa capitalista.

Na ponderação desta autora, *“... a presença do Assistente Social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais, isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o Assistente Social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família”*. (Mota 1991: 16).

Nesta orientação, fica claro que a presença do profissional não é uma aspiração do trabalhador e sim uma inovação do capital. A empresa legitima a ação profissional no limite de seus interesses, atendendo suas necessidade.

É através do gerenciamento do capital que a empresa assegura sua valorização, sendo conceituada como uma instituição cujo objetivo é gerenciar capital e trabalho na produção de bens e serviços que se transformam em mercadorias.



Como instituição, a empresa está imersa na dinâmica global social e, ainda que tenha características e objetivos próprios, é condicionada ao movimento histórico da sociedade.

*"Assim, o processo de requisição da prática do Serviço Social pela empresa passa por tal consideração, deixando-nos perceber que, embora esta requisição se concretize na delimitação de fenômenos, objeto da ação profissional na empresa, ela se inclui numa relação social mais ampla: a produção e reprodução das relações de produção no todo da sociedade". (Mota, 1991: 40)*

Neste sentido, o Serviço Social é criado na ECT como parte integrante da Gerência de Recursos Humanos, segundo o módulo 17 do MANPES - (Manual de Pessoal) - Serviço Social: *"Deverá desenvolver programas/ projetos sistematizados visando uma atuação global e abrangente, não devendo ser chamado a realizar tarefas rotineiras, envolvendo a operacionalização e execução de tarefas administrativas, ligadas aos benefícios internos; atividades de lazer (festas); atividades burocráticas e administrativas pertinentes à área da saúde, etc..."*

Tal documento é procedente da Divisão de Serviço Social e Benefícios, sediado em Brasília, sendo subordinado ao Departamento de Relações do Trabalho - DERET - que por sua vez encaminha documentos pertinentes à área da Seção de Relações do Trabalho - SRET - que é a nível regional, sendo repassado ao Serviço Social regional, para conhecimento e aplicação.

O módulo solicita ao Diretor Regional o dever de dar suporte necessário à área social, na concretização dos objetivos propostos.

Desta sorte, a contribuição da empresa no processo de legitimação do exercício profissional do Serviço Social, resume-se no requerimento empresarial em obter a ação profissional, em função da representatividade social que esta possui, passando à constituir-se como uma das várias estratégias do capital, em enfrentar os supostos problemas sociais dos seus empregados, que afetam a produtividade da força de trabalho.

A autora Ana Elizabete da Mota defende, no delinear de sua obra, a necessidade de se identificar a relação existente entre os objetivos da empresa e a apropriação de determinadas necessidades, qualificadas de problemas sociais do trabalhador, que passam a ser definidas como objeto de intervenção do Serviço Social.

Assim sendo, a proposta do Serviço Social constitui-se em documento básico normatizador e unificador dos procedimentos técnicos e específicos da área, sendo elaborado em maio de 1992.

O desenvolvimento das atividades do Serviço Social da ECT, dá-se através da utilização equilibrada dos níveis da macro e micro-atuação.

A macro-atuação vem de encontro à contribuir com a política social e de Recursos Humanos da ECT.

Nesta macro-atuação, estão contidos os programas básicos desenvolvidos a nível regional:

- a) Programa de Prevenção e Tratamento de Alcoolismo e outras Drogas;
- b) Programa de Preparação para a Aposentadoria;
- c) Reabilitação Profissional;
- d) Programa de Prevenção e Acompanhamento da AIDS e DST;

e) Pesquisa/ Projeto Social Regional.

Em Santa Catarina desenvolve-se os seguintes projetos.

- Projeto Família;
- Programa para Adolescentes;
- Grupo de Gestantes;
- Saúde do Trabalhador;
- Campanhas Educativas;
- Textos informativos, publicados no suplemento (semanal).

f) Pesquisa Social - Aqui entram os projetos específicos do estágio curricular, bem como o controle de qualidade da Cesta Básica.

g) Plantões nas Áreas Operacionais.

A micro-atuação, está inserida neste contexto, cabendo ao Serviço Social, adotar os seguintes procedimentos:

- Abordagens grupais;
- Atendimentos grupais;
- Atendimentos individuais;
- Assessoria técnica;
- Administração de benefícios;
- Atividades integradas;
- Supervisão de estágio.

Estes programas básicos e regionais, são trabalhados pelo Serviço Social, através de instrumentos e técnicas como: palestras, vídeo, seminários, formação de grupos, elaboração de: folders, cartazes, publicação de textos informativos no suplemento, distribuição de material educativo resgatado de órgãos como: Secretaria da Saúde, INSS, GAPA, A.A., Alanon, etc...

A Diretoria Regional de Santa Catarina, conta hoje com um contingente de 2107 empregados. O Serviço Social da Diretoria Regional de Santa Catarina (DR/SC), conta com duas Assistentes Sociais, que desempenham suas atribuições do cargo, juntamente com duas estagiárias localizadas no Edifício Sede em Florianópolis. Há um assistente administrativo que responde pela parte de benefícios sendo estes: Auxílio creche; Salário educação; Vale refeição e Vale transporte.

O Serviço Social da DR/SC, segue os procedimentos técnicos específicos da área, previsto pelo módulo anteriormente citado.

Convém ressaltar que, a supervisão geral do Serviço Social, sediado em Brasília - DF, através da Divisão de Serviço Social e Benefícios, se dá a partir da apreciação de relatório trimestral das atividades do Serviço Social elaborados pelas regionais, sendo enviados a tal divisão.

A cada trimestre é apresentado em forma de gráfico de barras, a colocação ordinária de cada regional, lembrando que estas somam em 23 Diretorias Regionais.

O gráfico em questão carece de críticas, no momento em que expões eticamente à nível nacional (no âmbito da ECT) os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais regionais, criando um clima de competitividade tão peculiar do sistema capitalista que se encontram mergulhados.

Na verdade, a supervisão poderia avaliar melhor a questão da competência técnica/ teórica e política dentro da realidade dada a cada Diretoria Regional, acompanhando seus resultados, de maneira mais pessoal, através de seminários anuais entre as Diretorias Regionais ou visitas, e não de forma impessoal, confiando em relatórios trimestrais e anuais como sendo fontes verdadeiras para avaliar o processo de evolução profissional.

Ainda dentro da estrutura organizacional da Empresa a nível regional, encontram-se as regiões operacionais - REOPE:

- REOPE 01 - Florianópolis - FLN
- REOPE 02 - Tubarão - TRO
- REOPE 03 - Blumenau - BNU
- REOPE 04 - Joinville - JVE
- REOPE 05 - Lages - LGS
- REOPE 06 - Joaçaba - JÇA
- REOPE 07 - Chapecó - CCO

A área operacional concentra-se, hoje, aproximadamente, cerca de 85% do contingente da Empresa, sendo que os 15% restantes fazem parte da área administrativa.

O Serviço Social, estende-se a todos os empregados da DR/SC e seus dependentes, caracterizando seus usuários.

A maior demanda do Serviço Social, vem da área operacional por se constituir o maior contingente de trabalhadores, composta por carteiros, despachantes operacionais, motoristas, auxiliar administrativo, entre outros cargos específicos da área.

Na área operacional, o mínimo de escolaridade exigida para contratação, agora somente por concurso público, é o 1º grau completo - tempos atrás era exigida somente a 6ª série do 1º grau. Desta forma todos são alfabetizados. Os empregados possuem em média casa 10, 15 e 20 anos de serviços prestados à Empresa, tendo passado por diversos planos econômicos e pressões política nestes últimos anos. Atualmente, no último concurso realizado, foram admitidos para a área operacional, empregados com nível superior completo e incompleto, gerando certa incompatibilidade profissional.

Tal incompatibilidade, são detectadas nos plantões de Serviço Social realizados na áreas operacionais, onde encontramos certa resistência quanto ao Serviço Social da Empresa.

Percebemos nos depoimento dos empregados, as seqüelas de repressão vividas por estes, na época da ditadura, onde fazia-se um Serviço Social ausente em questões emergentes, ou seja, um "Serviço Social dedo-duro" - como é mencionado pelos empregados, voltado para o empregador e não para o empregado.

As oportunidades oferecidas pelo Serviço Social nos plantões, palestras, reuniões, festas, abordagens, atendimentos e outros, são interpretados com um certo receio por parte dos usuários, que ainda pensam com uma mentalidade reprimida. Desta forma não adianta mudar a cabeça dos dirigentes por uma nova filosofia, se esta filosofia não descer a nível dos assalariados, que esperam compreender as mudanças. É preciso preparar as pessoas para as mudanças, visando a confiança no trabalho agora proposto.

Quanto aos salários pagos aos empregados, a ECT possui um regime salarial que se subdivide por níveis de atuação, cabendo destacar:

- nível baixo - B1 à B34 - os carteiros enquadram-se no B 34, valorizado hoje em R\$ 248,00 (Duzentos e quarenta e oito reais);
- nível médio - M 1 à M 10
- nível superior - S1 à S 10

Grande parte dos empregados da área operacional, moram no norte da ilha falando especificamente da Grande Florianópolis. O interior do Estado fica restrito ao conhecimento do estagiários, os trabalhadores possuem de 2 à 3 filhos, geralmente em idade escolar, freqüentado escola e creches da rede municipal, conforme observado nos cadastros do auxílio-creche e salário-educação. Os filhos dos empregados da área administrativa freqüentam escolas e creches da rede particular, sendo beneficiados por tais auxílios. É notável a ausência de incentivo à educação quanto ao ensino público, no instante em que se criam benefícios para os privilegiados, gerando uma grande contradição e inversão de valores.

A área operacional, caracteriza-se pela exigência de um serviço braçal constante e eficaz (triagem de cartas, locomoção de malotes, amarração de lotes, carga e descarga de caminhões baú, etc), que trás como consequência, incidência de problemas de saúde, apresentada diariamente por estes empregados.

Estes possuem uma carga horária de seis horas, com 15 minutos de lanche, que muitas vezes não se faz pela turbulência do trabalho.

Os mais antigos dominam todas as atividades desenvolvidas, ficando de volantes quando necessário. Geralmente há a chamada "dobra"- momento que um empregado ausenta-se por motivos particulares (freqüentemente motivos ligado à saúde) tendo o mais

antigo que assumir os dois encargos. A sobrecarga de trabalho é peculiar a esta área, desembocando certa revolta e descrédito por parte dos empregados.

As conseqüências desta sobrecarga desencadeia-se em sérios problemas de coluna, devido ao exagero de peso carregado nas bolsas; problemas respiratórios; devido ao monóxido de carbono produzido pelas viaturas que entram nos galpões de trabalho, onde não há divisórias ou isolamento; surdez progressiva devido ao ronco dos motores produzidos pelos ecos dos galpões; falta de visão progressiva - devido a má iluminação do local; ventilação precária; ausência de equipamentos adequados para a segurança do trabalho, etc.

Há um número considerável de casos de reabilitação profissional em acompanhamento médico - social decorrente da ausência de uma política de remanejamento interno, desencadeando conseqüências a nível de instabilidade de cargo, que por hora o empregado não possui condições de exercer sua real função, devido as limitações físicas e/ou psíquicas impostas pela enfermidade.

Estes casos de reabilitação tramitam na esfera pericial do INSS, juntamente com o médico do trabalho da ECT que visam "acordarem" o encaminhamento e futuro encerramento do reabilitando.

O Serviço Social acompanha estes casos junto ao INSS elaborando docês e pareceres técnicos para a apreciação da Gerência de Recursos Humanos em específicos à medicina do trabalho.

Os casos do interior do Estado são acompanhados através de contatos com os chefes das Regiões operacionais. Geralmente as chefias por via de expedientes (documento utilizado para comunicação interna - CI) encaminhados ao Serviço Social, descrevem a



situação juntamente com a solicitação do servidor, tendo retorno imediato quando se trata de questões burocráticas (inclusão de dependentes, benefícios transferências, etc...).

Ao contrário destas questões meramente burocráticas, ocorre os casos de saúde, onde o empregado é encaminhado à capital (FLN), com hospedagem paga pelo Correios, submetendo-se à exames e acompanhamentos médico-social. Neste caso o Serviço Social efetua visitas hospitalares e domiciliares elaborando relatórios psicossociais, bem como intervindo nesta realidade.

Quando ocorre os casos de afastamento por problemas de saúde ou seja, quando o empregado ausenta-se por mais de 15 (quinze) dias de atestado médico, no 16º dia automaticamente recai ao INSS. Neste instante todos os benefícios da empresa são cortados, com exceção da Cesta - Básica e vale - refeição. É notável a emergência da demanda de saúde na área operacional.

Hoje, a ECT conta com um ambulatório médico, localizado no Edifício Sede, composto por 6 (seis) dentistas, 1 (um) pediatra 2 (dois) clínicos gerais sendo que 1 (um) é o médico do trabalho.

O atendimento ambulatorial é realizado mediante marcação prévia de consulta ou em caso esporádico de emergência. Muitas são as reclamações nas filas de espera, principalmente no atendimento odontológico. Salientamos que o atendimento ambulatorial estende-se aos dependentes que somam-se ao quadro efetivo. Juntamente com o serviço ambulatorial, trabalha o setor de saúde-SAU, responsável pela administração da rede credenciada.

Esta rede é utilizada por empregados que necessitam de atendimento extra-ambulatorial, sendo descontado em folha, de acordo com o nível salarial, que varia de 10, 15 e 20% do valor da consulta ou intervenção médica.

Ainda há o ressarcimento de consultas e internações médicas que são utilizadas fora da rede credenciada em casos especiais.

O interior utiliza-se destas redes credenciadas por não haver atendimento ambulatorial em todas as regiões operacionais.

Ressaltamos que, tanto o ambulatório, como o Serviço Social e setor de saúde, fazem parte da gerência de Recursos Humanos, desenvolvendo um trabalho interligado. É claro que não chegamos a um nível de interdisciplinariedade, por ainda haver fortes resquícios de setorização na gerência, dificultando muitas vezes, o andamento dos processos burocráticos.

Já na área administrativa, a atuação do Serviço Social dá-se mais a nível de assessoria técnica por concentrar as assessorias e gerências da ECT. Os empregados desta área possuem em sua maioria nível de escolaridade de médio à superior, por exigências das atividades que desenvolvem. convém lembrar que um número significativo dos gerentes da área, são formados pela ESAP - Escola Superior de Administração Postal - Esta escola foi fundada pelos correios, com o intuito de formar profissionais adaptados a sua realidade administrativa. Este curso superior não é reconhecido fora do âmbito da ECT. Daí chega-se a conclusão da intenção da escola em função do plano de carreira profissional dos alunos que são formados pela ESAP. Servem fielmente ao princípios administrativos da empresa, visando um dia quem sabe, ser Diretor Regional, conforme ideologia incutida no período de graduação.

Recebem os níveis salariais mais altos oferecidos pela empresa, possuindo digna condição de moradia, transporte alimentação e lazer, ao contrário da área operacional, que ocupa seu tempo livre em biscates, como estratégia de sobrevivência. É importante salientar que alguns usuários da área administrativa procuram o Serviço Social para receberem orientações de cunho familiar e profissional. Observamos que a desinformação generalizada quanto ao verdadeiro usuário do Serviço Social, encontra-se nestes últimos usuários da área (administrativa), no instante em que apresentam-se constrangidos em buscar orientações no setor social, pensando ser um serviço prestado somente e restritamente aos usuários da área operacional.

Finalizando, o Serviço Social encontra-se enclausurado nesta realidade regional, apresentada, desenvolvendo seus programas básicos e regionais, bem como seus atendimentos descentralizados - quando viaja para o interior, atendimento e abordagem grupais e individuais dentro do equilíbrio proposto pelo módulo.

Especificamente, o Programa de Preparação para a Aposentadoria - P.P.A, é um dos programas básicos existentes na macro-atuação do serviço social da ECT/DR/SC, visando:

*“Preparar e esclarecer os empregados em fase de aposentadoria, sobre os aspectos sociais, psicológicos, previdenciários e de saúde que envolvam essa fase”.* (objetivo resgatado do módulo 17 do Serviço Social da ECT referente ao P.P.A datado em 02/04/90).

Desde o início de meu estágio, este programa me chamou atenção pela perspectiva de futuros trabalhos que poderão ser realizados, na medida em que se revelava como de grande interesse para os funcionários.

Após leitura do módulo a qual destaquei o objetivo deste programa, procurei documentação dos trabalhos realizados no P.P.A, até o momento, encontrando em arquivo relatórios de reunião de grupo específico de programa. Os relatórios descreviam a formação de um grupo aproximado de 25 pessoas em pré aposentadoria, sabendo-se da existência de 70 (setenta) empregados em período de preparação, sendo um número considerável para resgatar a importância da Aposentadoria. Os relatórios não discriminam os critérios e/ou instrumentos técnicos utilizados para a identificação destes empregados. Levantei a dúvida quanto ao critério que a equipe considerou para caracterizar o empregado em fase de pré-aposentadoria. Pressuponho que os empregados deveriam possuir mais de 15 (quinze) anos de empresa. Através de uma entrevista com a Assistente Social, proposta por mim, no início do estágio, procurei resgatar a dinamização do P.P.A. A profissão declarou que o cronograma de encontros é quinzenal, sendo que a participação dá-se através de convocações do Serviço Social para a realização de palestras ou de abordagens de assuntos pré-determinados pelo serviço social para a reflexão.

Fala-se que, atualmente, as reuniões não estão sendo realizadas, pela desmotivação e desarticulação do grupo. Relembro as palavras de nota sobre a idéia de apatia que atribuímos aos trabalhadores e que, as vezes, pela ausência de reflexão funciona como impecílio ao nosso trabalho. Neste momento a Assistente Social me propôs que trabalhasse este programa de Preparação para a Aposentadoria, como sendo objeto de estudo do meu estágio curricular. (Informo que entrei como estagiária na ECT, em 1993 - momento em que se deu esta conversa com a Assistente Social). Considerei relevante a proposta, procurando identificar um dos membros atuantes do grupo, que sempre aparece destacado nos relatórios descritos nas reuniões anteriores, bem como indicado pela Assistente Social.

Em contato com este senhor, que é formado pelo núcleo da 3ª idade da UFSC (NETI) e atualmente já aposentado, pude compreender e retomar a história do grupo. O senhor em referência compareceu ao Serviço Social solicitado por mim, objetivando estudarmos a dinamização do P.P.A. Esta conversa serviu de subsídios para refletir a questão, no instante em que este senhor expôs as dificuldades encontradas na operacionalização do trabalho. O empregado engajado no programa colocou sua preocupação quanto à qualidade do trabalho desenvolvido, bem como, frisou as condições em como são determinados os assuntos abordados. Deixou subentendido de que havia um certo descompromisso do Serviço Social quando este levava assuntos definidos pelo seu corpo técnico, sem preocupar-se se estava indo de encontro às necessidades do grupo do que parece ser um traço tradicional da profissão, conforme analisamos.

Comentou, evidentemente sobre os limites institucionais da ECT, no tocante as conseqüências dos mesmos na operacionalização do programa. Voltando aos relatórios das reuniões do grupo podemos observar que os assuntos trabalhados, giram em torno de questões idealistas como vida e morte; depressão relacionamento familiar; ser um voluntário pós aposentadoria, etc...

Não se despreza a validade das palestras e outras atividades neste sentido, mas resgata-se a necessidade do questionamento da política previdenciária, enquanto assunto decisivo na vida do aposentado e aposentando.

Assim, nesta concepção está presente a idéia de tutela dos empregados, onde a participação nada mais é do que *“um meio de se obter apoio para programas oficiais na área do desenvolvimento social, uma vez que, sem esta o programa não poderia se concretizar ou um meio de aproveitar melhor os próprios recursos da população”*.

(Stralem - mimeo)

Nesta ótica ocorre a cooptação dos empregados no sentido ideológico e político, procurando fazer com que a participação controlada e consentida, seja vista como real e definitiva, em consonância com os poderes locais regionais e nacionais, (de acordo com as políticas traçadas pelo Estado a nível nacional, regional e local).

No entanto, é preciso notar que as camadas populares têm desenvolvido formas de participação e de reivindicação que chegaram a influenciar na ação do Estado (lembro episódio recente dos aposentados de SC quando em suas manifestações, foram apedrejados e visados pela imprensa a nível nacional e mundial).

Hoje, podemos contar com associações de aposentados. Entre elas destaco os grandes trabalhos desenvolvidos pela: ASAPREVE - FLN Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social de Florianópolis, que são fóruns e entidades fundamentais para o debate democrático em torno das políticas sociais.

Dentro desta visão acima comentada, o empregado (na época ainda não havia pedido o seu desligamento da empresa) propôs realizar uma pequena pesquisa entre os colegas interessados no P.P.A, procurando identificar assuntos de interesse dos empregados em relação à aposentadoria.

Tal proposta concretizou-se em outubro de 1993, quando o Serviço Social enviou uma carta aos interessados, sugerindo, alguns assuntos para um ciclo de palestras a serem realizados abrindo espaço para sugestões (anexo 01) o retorno dos dados foram significativos, sendo tabulados. Dentre os 14 (quatorze) assuntos sugeridos, 06 (seis) obtiveram ênfase. Quanto às sugestões o grupo deixou a desejar, identificando-se com os assuntos indicados pelo Serviço Social em colaboração com um aposentado.

A partir destes seis (06) assuntos o Serviço Social começou a promover as palestras até então propostas.

A princípio a idéia era que se realizasse um seminário sobre as implicações da Aposentadoria, mas infelizmente, o excesso da burocracia pertinente à área Social da Empresa, cooptava os espaços de produção neste sentido, ratificando constantemente as limitações do estagiário.

Esta última tinha, em suas atividades tarefas, a rotina de articular desde o contato com os palestrantes até a divulgação do evento. Até aí as coisas caminhavam num rumo certo. O que, fugia da regra eram os serviços burocráticos (datilografia, distribuição dos informes nas áreas decoração de auditório confecção de convites e cartazes; elaboração de comunicações internas não pertinentes ao evento em pauta, etc...). Este desvio do ideário do Serviço Social impregnado pela burocracia, descaracterizava o objetivo da presença do estagiário enquanto aprendiz e afirmando-se enquanto colaborador informal para atividades típicas e rotineiras da ECT.

Esta exposição, apresenta um dos obstáculos existentes no Serviço Social da ECT, quando não prioriza o estagiário como um potencial novo para produção de novas idéias para a área interventiva sucateando o seu saber nos exaustivos serviços burocráticos.

Foi dentro deste clima de luta pelo espaço profissional, resgatado através de raras reuniões e muitas conversas informais com a equipe de trabalho, que se desenvolveu os eventos comprometidos na modesta pesquisa realizada.

Os temas trabalhados foram cinco, dos seis que elegeram prioritariamente cabendo destacar:

Aposentadoria e o INSS; Lei 8.529/92 que beneficiou aos EX - 1711; Aposentadoria e o Postalis; Orientação dos direitos junto ao INSS, ministrado pela - ASAPREV - FLN - (associação dos Aposentados da Previdência Social - núcleo de Florianópolis);NETI - Núcleo da 3ª idade da UFSC.

A rotina de convocação passava desde a elaboração de cartazes e comunicados internos, enviados às áreas operacionais e administrativas, até a publicação no suplemento catarinense - veículo de comunicação da Regional. A ampla divulgação dos eventos era um ponto crucial no conjunto dos trabalhos realizados pela equipe. Muitas vezes os contatos telefônicos se faziam necessários para reforçar o Marketing utilizado o programa começou a tomar novo rumo, quando as pessoas apresentavam-se respeitadas e estimuladas à participarem de palestras fruto de seu interesse comum e ao grupo como um todo. Convém ressaltar que a participação era mista, ou seja, em empregados da área operacional e administrativa, e com a presença de algumas chefias imediatas.

Encontramos dificuldades quanto à questão da liberação dos empregados a participarem dos encontros, até em função da natureza das relações de trabalho, típicas de uma empresa Capitalista de acordo com a análise do item anterior. Face a esta situação procuramos explicar junto a estas chefias, de maneira individualizada, o objetivo do programa e a importância da participação, resgatando o dever do Serviço Social em promover estas oportunidades de informação, bem como o direito do empregado de recebê-las.

A questão da inoperância do programa começava a esbarrar em determinados pontos passíveis de indagações. tais indagações giravam em torno de:

- Quem são as pessoas que se interessam pelo P.P.A?



- De que área fazem parte?
- Qual a função destas pessoas?
- Que nível salarial pertencem?
- A que gerência estão subordinadas?
- Qual o grau de escolaridade?
- Quanto tempo falta para a aposentadoria?
- Qual a percepção que o quadro técnico-administrativo e operacional possui deste programa?

Buscando realizar algumas correlações para sair deste imediatismo, indo de encontro à reconstrução desta inoperância apresentada de maneira aparente, começamos a observar, pela lista das reuniões anteriormente realizados, que as pessoas engajados do grupo possuem em média de 20 (vinte) anos de serviços prestados (conforme pesquisado nas fichas da seção de pessoal), pertencendo a maioria à área administrativa. Por possuírem um nível de escolaridade de médio a superior, exercem funções de cunho administrativo, com remuneração considerável. A maioria advém de gerências de apoio, sendo gritante a ausência da gerência-fim.

A ausência da área operacional era até o momento notável. Por pertencerem a Gerência de Operações, que desenvolve atividade- fim, procuram efetuar os serviços operacionais dentro do ritmo proposto pela chefias imediatas, que por sua vez recebem instruções da gerência de operações, a qual estão subordinados, de trabalharem com “eficácia e qualidade” (slogan dos 25 anos da ECT). Neste caso o ritmo de trabalho é muito intenso sendo cobrado um nível de produtividade desproporcional ao tipo de trabalho, que

é, em si, alienante e mecânico. A atividade de triagem das correspondências obedece à esta lógica descrita por Yamamoto:

*“Os homens passam a seguir os movimentos da máquina, que se sobrepõe a eles como um mecanismo morto o qual são incorporados com apêndices vivos, acessórios conscientes. A máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas priva-o do seu conteúdo. Este trabalho mecanizado e autorizado de mera vigilância, esgota ainda mais o trabalhador: afeta-lhe o sistema nervoso, despaupera sua atividade muscular confisca-lhe toda atividade física e intelectual”.* (Yamamoto, 1992: 68)

Desta forma, de acordo com o relato dos empregados das áreas operacionais em plantões realizados pelos estagiários de serviço social, sabemos que os cartazes e comunicados internos de convocação de eventos promovidos não chegam até eles. Nem mesmo possuem tempo para ler o suplemento semanal, por não encontrarem no mural (local onde deveriam permanecer cartazes, CIs e suplementos).

Pelo próprio trabalho que executam e pelo grau de alienação que se encontram, os empregados operacionais apresentam-se desinteressados pela participação de reuniões e/ou outros eventos, por não estarem habituados à ouvirem palestras; sentarem em cadeira de auditório; comparecerem à área administrativa, é um extemporâneo em relação ao seu dia-a-dia.

Enfim, a realidade de trabalho realizada por estes empregados operacionais, foge aos moldes disciplinares administrativos, uma vez que “exige” de certa forma outros comportamentos frente às chefias e demais gerências que fazem presentes nestes eventos. dizem os trabalhadores operacionais que não se sentem à vontade nestes eventos por ficarem na “mira” das chefias.

Este instante sugeriu uma reflexão: como o Serviço Social está contribuindo para o processo de participação e execução da política de Recursos Humanos da ECT? Aproveitando as reuniões de coordenação que acontecem a cada mês entre chefias e gerências das duas áreas, a Assistente Social levantou estes entraves até agora comentados, solicitando apoio destas chefias e gerências, quanto à aproximação com os empregados em oportunizarem a participação em sua unidade de trabalho. Com a introdução do GD - Gerenciamento de Desempenho que está centrado em uma “filosofia de participação comum” entre chefias e empregados, quando na elaboração de metas a serem atingidas, observamos a possibilidade de um processo de mudanças nas áreas, sobretudo quando recebemos o início de uma mais presença mista nos eventos promovidos pelo serviço social.

Desta sorte, a preocupação com este Programa de Preparação para a Aposentadoria centrou-se na observância de ausência de uma educação previdenciária, juntamente com reflexões acerca de determinações psico-socio-econômicos que permeiam a condição de aposentado (a).

O ciclo de palestra realizadas no decorrer do estágio vinculadas às atividades pertinentes ao PPA, permitiu semear algumas considerações ponderadas no espaço de debates oportunizados nestes eventos, gerando um clima de motivação entre os empregados.

Muitas das dúvidas quanto à efetivação do processo de aposentadoria foram esclarecidos pelos palestrantes. As palestras trouxeram elementos significativos quanto à aposentadoria e suas implicações, desenvolvendo nos empregados um estímulo para a iniciativa em buscar informações nos órgãos competentes comprometendo-se conjuntamente com estes para a “eficácia” na tramitação legal de seu desligamento da empresa.

Tendencialmente a desinformação generalizada observado pelo relato dos empregados, recai também nos procedimento do POSTALIS - “Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos” e de sua relação como INSS, cabendo caracterizá-lo para que no próximo capítulo se realize a análise da pesquisa acerca da representação dos trabalhadores da ECT quanto aos direitos previdenciários.

O POSTALIS é o Instituto de Seguridade Social dos Correios e telégrafos. Todos os participantes contribuem para o Instituto com percentuais que variam de 1,5% a 3% e em troca tem “direito” a alguns benefícios como está dito no Estatuto do POSTALIS:

***“PARTICIPANTE:***

*a) SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA: é o benefício pago ao participante que se aposenta com 30 anos de vinculação ao INSS 10 ao POSTALIS e 58 anos de idade. Consiste em uma renda mensal vitalícia.*

*b) SUPLEMENTAÇÃO DE AUXILIO-DOENÇA: é pago ao participante com pelo menos 01 (um) ano de vinculação ao POSTALIS e que se afasta por motivo de auxílio-doença por período superior a 15 dias. consiste em uma renda mensal que será paga enquanto durar o afastamento. documentação a ser enviada: Carteiras profissionais (a última e as anteriores, se houver), xerox do último contracheque, CREM ou documento do INSS que informe a data da próxima perícia.*

***DEPENDENTES:***

a) *PECULIO POR MORTE*: é o pagamento único de uma importância em dinheiro (equivale a 10 vezes o salário do participante falecido) e que é pago aos dependente inscritos na Ficha de Inscrição.

b) *PENSÃO*; Consiste em uma renda mensal que será paga aos dependentes do participante falecido. Será vitalícia para a esposa. Para os filhos será paga até completarem 21 anos (ou até 24 anos se estudarem em estabelecimento de ensino superior).

#### **DIVERSOS**

a) *AUXILIO-NUPCIAL*: é pago ao participante com mais de 01 (um) ano de *POSTALIS* por ocasião do casamento, no valor de 01 (um) salário mínimo (vigente no dia do casamento).  
documentação: xerox da certidão de Casamento, xerox do último contracheque.

b) *AUXILIO-NATALIDADE*: é pago ao participante com mais de 01 (um) ano de *POSTALIS* por ocasião ao nascimento de filho, no valor de ½ (meio) salário mínimo vigente no dia do nascimento. documentação: Certidão de Nascimento, xerox do último contracheque.

c) *AUXILIO-FUNERAL*: é pago ao participante, com mais d (01) um ano de *POSTALIS*, por ocasião do falecimento

*de dependente (cônjuge, companheira ou filhos), no valor de 01 (um) salário-mínimo vigente no dia do falecimento. Documentação: Atestado de Óbito, xerox do último contracheque.*

### **EMPRÉSTIMOS**

*a) EMPRÉSTIMO ESPECIAL; conhecido como VAPT-VUPT. É o empréstimo de até 30% do salário bruto do participante. O valor será pago de uma única vez por ocasião de crédito do salário. Documentação: formulário de empréstimo assinado, xerox do último contracheque.*

### **CONVÊNIOS**

*a) SEGURO DE VIDA: permite ao participante efetuar um dos melhores planos de Seguro de vida existentes no mercado. Segura a vida do participante, de seu filho e do cônjuge. O custo é baixíssimo (1,6% da faixa salarial do participante), não tem carência e é administrado pelas melhores Seguradoras do país.*

*b) SEGURO DE VEÍCULOS: nas melhores seguradoras do país, permite fazer o seguro total do veículo do participante, de seus parentes ou amigos. O seguro pode ser pago em até 12 vezes.*

c) *SEGURO DA RESIDÊNCIA: através da Vera Cruz Seguradora, permite efetuar o seguro da residência contra incêndio, roubo, responsabilidade civil, etc, por um custo super baixo.*

d) *MATERIAL ESCOLAR: o melhor em material escolar (kits e itens avulsos), com preços acessíveis e desconto em Folha de Pagamento.*

e) *CONVÊNIO SAÚDE UNIMED: Agora você pode ter assistência médica, laboratorial e hospitalar de primeiro mundo, em todo país, para você e seus dependentes. O plano que faltava para os participantes.” (POSTALIS, 1981)*

### **3 - A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ACERCA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS**

#### **3.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

O interesse pelo tema em tela surgiu a partir da hipótese sobre a “desinformação generalizada” dos trabalhadores da ECT quanto aos direitos e procedimentos previstos pelo POSTALIS e pelo INSS.

Dentre outras implicações, essa desinformação pode comprometer negativamente a viabilização e/ou ampliação dos referidos direitos.

Para o Serviço Social contribuir na superação desses entraves se constitui em uma questão fundamental, ou seja, significa dar conteúdo a toda uma proposta de trabalho e seus compromissos éticos estabelecidos no artigo 8º alínea C - pela categoria historicamente, como diz o Código de Ética Profissional do Assistente Social:

*“É dever do Assistente Social empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais” (CFESS, 1993 : 16)*

Sendo assim, movida por esse projeto profissional, procurei concentrar meus estudos sobre a questão das políticas sociais suas determinações gerais e processos singulares.

Tendo esta análise como cenário procurei então examinar algumas características da política previdenciária brasileira de forma a contextualizar a estrutura institucional em que se inscreve hoje os direitos dos trabalhadores da ECT.



Cabe ressaltar a oportunidade e a necessidade em pensar esse tema à luz de toda Reforma Constitucional da Previdência Pública desencadeada pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Desta forma, quanto aos outros itens selecionados como temas para análise, objetivei investigar enquanto projeto de pesquisa empírica (correspondente à exigência acadêmica do estágio curricular II.) o PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA - PPA, delimitando como objeto de estudo:

*“O estudo do Programa de Preparação para a Aposentadoria na Diretoria Regional de Santa Catarina, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, identificando seus limites e possibilidades, no plano técnico-administrativo e operacional.” ( Projeto de pesquisa, 1993)*

Este projeto, portanto, sofreu reformulações no percurso do estágio curricular, devido à necessidade de evidenciar novas questões que emergiram no cenário político - jurídico do país - Reforma Constitucional proposta por Fernando Henrique Cardoso.

Neste instante era primordial que se promovesse na Empresa, um espaço alternativo além dos momentos de palestras, para tratar, junto aos empregados, a questão das reformulações proposta pelo governo. Seria o momento da retomada do grupo de reflexão que existia anteriormente, por exemplo.

Levantei esta preocupação em articular alguma atividade que fosse ao encontro do trabalhador ecetista quanto as questões da proposta de uma nova política previdenciária.

Na realidade, o movimento de reforma do governo é muito recente, ganhando nos jornais e televisão, destaque necessário para gerar discussão na Sociedade.

Nos corredores da Empresa, porém, os empregados já comentavam sobre a manchetes e programas do governo sobre a reforma da previdência, demonstrando inquietação e revolta, no instante em que percebiam que estavam a beira de perder direitos constitucionais adquiridos.

Procurando fazer parte dessas conversas informais dos corredores, percebi que a legislação vigente tanto da Previdência Social quanto ao Postalis não era conhecida suficientemente pelos empregados, que sentiam dificuldade em distinguir o que se tem hoje como direito e o que se quer mudar.

Daí surgiu a idéia em se elaborar uma **“Cartilha do Aposentado”** - (anexo 03) - contendo informações básicas sobre as questões pertinentes à aposentadorias, Postalis e Serviço Social.

A cartilha não evidencia a reforma em processo, mas, privilegia os direitos constitucionais adquiridos servindo de subsídios para refletir sobre as intenções do governo sobre a previdência, oferecendo aos empregados a oportunidade de conhecer e/ou esclarecer seus direitos previdenciários.

As unidades operacionais e administrativas receberam tal cartilha, enviadas via malotes internos, juntamente com um comunicado interno - CI - esplanando o objetivo do documento.

Finalmente, foi em cima desta trajetória que surgiu a escolha em se elaborar um formulário de pesquisa que privilegiasse a coleta de dados acerca da percepção que os trabalhadores possuem da Previdência Social Pública e do Postalis em particular, para complementar as informações pertinentes ao objeto deste TCC, ou seja, análise do PPA.

Tal formulário (anexo 02) foi aplicado em um percentual de 10% do quadro técnico - operacional e administrativo, logo envolvendo gerências e subordinados, bem com os funcionários do Postalís e Sindicato da categoria, totalizando 121 formulários anônimos aplicados, reunidos aleatoriamente num universo bastante heterogêneo em termos de inserção profissional, idade, sexo e nível de conhecimento.

A opção em se produzir uma amostra desta natureza se deu pela necessidade metodológica em se acessar informações as mais abrangentes e diversificadas possíveis.

Desta forma, esta pesquisa pode reunir, em função da significância do seu universo, em fiel retrato sobre a percepção e expectativas dos funcionários dos Correios, constituindo-se em rico material de análise para o Serviço Social, na formulação e atendimento das demandas sociais e trabalhistas que compõe as atividades prioritárias do setor.

### 3.2 - ANÁLISE DOS DADOS

Conforme hipótese citada anteriormente, o número de servidores que não conhecem seus direitos previdenciários é de fato significativo. Dos 121 entrevistados 49 não conhecem seus direitos junto a Previdência Social, totalizando um percentual em torno de 40,5%, ou seja, quase a metade.

Quadro 01

<b>Você conhece seus direitos junto à previdência social?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	71	58.7
NÃO	49	40.5
NULO	01	0.8
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

Ao mesmo tempo, percebemos que a quantidade de entrevistados que se utilizaram dos benefícios / serviços se diferencia dos índices verificados acima, embora, uma parte ainda significativa não tenha usado nenhum benefício / serviço da Previdência Social Pública-- INSS.

Quadro 02

<b>Você já utilizou algum tipo de benefício / Serviço Prestado pela Previdência Social ? Qual(is)?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	81	66,94
NÃO	40	33,06
NULO	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

Assim, verificamos que cerca de 66,94% dos servidores da ECT já utilizaram algum serviço do INSS, porém, pelo resultado das respostas abertas que descrevia estes serviços / benefícios, constatamos que a desinformação permanece, pois vários itens que não são pertinentes à Previdência Social foram citados como por exemplo: atendimento médico diversos, odontológicos, laboratoriais etc. . .

Ademais foram evidenciados os seguintes serviços / benefícios mais utilizados pela ordem de citação: seguro por acidente de trabalho; auxílio - doença; aposentadoria; auxílio - natalidade; reabilitação profissional; perícia e seguro desemprego.

Constata-se, aqui, uma preocupação quanto à atuação do Serviço Social face à esta estatística que se revela permeada por contradições. A função de cunho pedagógico se faz presente no desenrolar das nossas atividades, no sentido de que é compromisso do profissional esclarecer junto a população (no caso da ECT, aos servidores), os direitos e serviços prestados pelas instituições, bem como dos mecanismos pertinentes à sua efetivação. Nesse sentido reafirmamos nossa preocupação diante da necessidade de estratégias mais eficazes que dêem conta dessa preocupação.

Outras informações também foram solicitados, de forma a que pudéssemos visualizar melhor a nível de satisfação que se tem atingido com a atual estrutura de serviços que a Previdência Social dispõe. Esta é uma temática bastante oportuna, uma vez que toda esta estrutura está na eminência de ser modificada e com reais perspectivas de retrocesso, como vimos. Daí a importância de um aprofundamento do debate sobre o que é Previdência Social hoje e o que podemos fazer dela.

Diante da questão “Os serviços prestados corresponderam às suas expectativas e necessidades?” - 60,33% dos entrevistados não estão satisfeitos com os serviços do INSS, o que indica que há um caldo cultural propício à mudanças, o que de fato tem possibilitado

uma relativa aceitação ou ambição de melhora com a reforma previdenciária, em torno das promessas veiculadas pela imprensa.

Quadro 03

<b>Os serviços prestados corresponderam às suas expectativas e necessidades? Por quê?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	33	27,27
NÃO	73	60,33
NULO	15	12,40
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

A partir disso, as principais críticas formuladas à Previdência Social Pública, referem-se por ordem de citação: atendimento precário; morosidade quanto ao recebimento do benefício; burocracia nas tramitações; sistema falho e restrito; valor baixo de benéfico; mas satisfaz as reais necessidades. Não transparência orçamentaria; ausência de profissionais especializados; carência de medicamentos (sic) e muita desinformação.

Conforme nos mostra o levantamento das críticas apontadas pelos servidores encontramos um elemento significativo - que é o da percepção crítica que estes possuem sobre a Previdência Social. Esta realidade constatada deu-se a partir da experiência isolada de cada servidor sendo sistematizadas e analisadas de forma coletiva, resultando em uma suposta “consciência de classe” acerca de seus direitos que não se revela em outras situações.

Isto reflete a ideologia do capital, quando estabelece estratégias de dominação do trabalhador, tanto na sua vida pública, quanto na sua vida privada, através de tutela e normatização que invadem as duas esferas de existência humana, como afirma Marilda

Iamamoto, *“trata-se de canalizar esforços no sentido de fazer com que a classe trabalhadora interiorize as normas de vida impostas pelo capital, minando suas iniciativas autônomas de organização enquanto Classe”* (Iamamoto, 1992 : 107).

Sabe-se que os Correios possuem um Instituto de Seguridade Social Privada, mantido pelos servidores, chamado - POSTALIS - Objetivou-se, também com esta pesquisa, analisar o nível de filiação, conhecimento, utilização e satisfação dos serviços prestados por esta instituição, através dos seguintes questionamentos:

Quadro 04

<b>Você é contribuinte do Instituto de Seguridade Social - Postalis?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	109	90,08
NÃO	12	9,92
NULO	-	-
<b>TOTAL</b>	121	100

Quanto à filiação os percentuais mostram que a quase totalidade dos trabalhadores da ECT, contribuem para a Previdência Privada - “Postalis” ou poderíamos dizer compulsória, tornando-se “mecânica” a filiação, pois no ato de admissão do servidor ele é convencido a concordar em contribuir para o Postalis, mesmo não compreendendo o significado do desconto em seu contra-cheque todos os meses. Desta forma, o servidor incorpora desconto como sendo mais um dos “impostos” a pagar, sem nenhuma percepção do seu objetivo.

O número de servidores que desconhecem seus direitos junto ao Postalis é tão significativo quanto ao desconhecimento junto à Previdência Social. Em termos percentuais,

dos 121 entrevistados, 67 não conhecem seus direitos junto ao Postalis, equivalendo a 55,37%, ou seja, mais que a metade.

Considerando-se que o Postalis encontra-se mais próximo do Servidor, logo, possui maiores condições de divulgação de seus propósitos e de maior acesso do servidor à Instituição, deparamos com um nível de desconhecimento acerca dos direitos junto ao Postalis que em relação ao da própria Previdência Social que apresentou um índice de 40,5% no desconhecimento da mesma.

Quadro 05

<b>Você conhece seus direitos junto ao Postalis?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	53	43,80
NÃO	67	55,37
NULO	01	0,83
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

É exatamente neste instante que a pesquisa evidência estatisticamente o desconhecimento dos direitos junto ao Postalis na margem de 55,37% dos 121 entrevistados, portanto, mais do que a metade. É preciso, então, resgatar a proposta de intervenção do Serviço Social, especificamente do Programa de Preparação para a Aposentadoria, que diz vigorar entre seus objetivos, proposto pelo módulo 17 - documento normatizador do Serviço Social da ECT -, “Preparar e esclarecer os empregados em fase de aposentadoria, sobre os aspectos Sociais, psicológicos, previdenciários e de Saúde que envolvam essa fase”. Historicamente a profissão tem assumido essa tarefa da seguinte maneira:



*“Um fato interessante em se ressaltar, é a questão das políticas sociais e dos programas delas derivados, que quando em sua institucionalização e administração, são esvaziados de seus componentes políticos, de modo a diluir o conteúdo de classe das lutas reivindicatórias, que são assim “recuperados e apropriados” pelo bloco do poder”.* (Iamamoto, 1992: 106)

Desta forma, a “extratificação” do controle social atinge o controle institucional quando a prática utiliza-se da estratégia de individualização dos atendimentos, viabilizando a atenuação de tensões e insatisfações, dissimulando o caráter reivindicatório coletivo.

São nestas condições em que o P.P.A da ECT depara-se com dificuldades em sua operacionalização, quando não privilegia uma educação previdenciária básica sendo esta indispensável para a efetivação de um bem - estar econômico, psicossocial e físico do aposentado. Cabe, assim, a retomada do grupo de reflexão ponderando junto a estes sobre suas reais necessidades enquanto aposentados e sobre seus direitos sociais em questão.

Quanto à utilização dos benefícios / Serviços prestados pelo Postalis, o quadro esclarece:

Quadro 06

<b>Você já utilizou algum tipo de benefício / Serviço prestado pelo Postalis? Quais?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	76	62,80
NÃO	42	34,71
NULO	03	02,49
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

Observa-se que mesmo com um índice de 55,37% de desconhecimento dos direitos junto ao Postalis, os servidores utilizam seus benefícios / Serviços quase na mesma intensidade em que apresenta o quadro 02 referente à utilização da Previdência Social.

Evidenciamos neste momento, os benefícios / Serviços mais utilizados pelos contribuintes do Postalis por ordem de citação: Empréstimos; material Escolar; auxílio - natalidade; seguros; auxílio - doença; suplementação da aposentadoria; auxílio - nupcial e acidente de trabalho.

Nesta questão aberta, a pesquisa apresentou um perfil de 43,80% dos 121 entrevistados que já se utilizaram dos Empréstimos do Postalis, ficando o benefício/serviço mais cotado.

Este dado reflete a insuficiência salarial dos trabalhadores quando necessitam de empréstimos - estratégia de sobrevivência - para recompensarem momentaneamente o desequilíbrio orçamentário que se manterá como uma constante devido ao juro incorporado na condição que o Postalis impõe para aquisição do empréstimo.

Conforme resultados a seguir no próximo quadro, constatamos o nível de satisfação dos benefícios / Serviços prestados pelo Postalis.

Quadro 07

<b>Os serviços prestados pelo Postalis corresponderam às suas expectativas e necessidades? Por que?</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>%</b>
SIM	43	35,53
NÃO	64	52,89
NULO	14	11,58
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

Os números apontam que o índice de rejeição quanto a qualidade dos serviços prestados pelo Postalis é tendencialmente menor em relação ao índice referente ao quadro 03.

A verificação de que aproximadamente 52,89% dos entrevistados, não estão satisfeitos com os serviços prestados pelo Postalis, sustenta-se na descrição de críticas formuladas pelos servidores na seguinte ordem: Deficiência Administrativa; Taxa de contribuição alta para benefício de baixo valor; burocracia; falta de divulgação dos serviços / benefícios; maior abrangência de benefícios / serviços; suplementação aquém do previsto; não reconhecimento do “pequeno” contribuinte (carteiros); regionalização do Programa de Bem Estar Social Postalis; morosidade quanto ao recebimento dos benefícios;

Aqui transparece a mesma percepção crítica acerca da funcionalidade do Postalis quando aponta um índice de utilização de 62,80% para um índice de satisfação de 52,89%. A mesma comparação apresenta-se nos índices relacionados à Previdência Social, onde 66,94% utilizaram os benefícios/serviços, ficando insatisfeitos em 60,33 %. Então, a insatisfação é generalizada, estando condicionada ao jogo tecnocrático.

A pesquisa retrata a frequência significativa dos serviços tanto no âmbito da previdência pública quanto na privada mesmo estando insatisfeitos.

A origem desta frequência está vinculada no processo de exacerbação da contradição entre o capital e o trabalho que estimula a formulação de uma política social sob forma de previdência e/ou seguros sociais, como estratégia de atenuação dos efeitos imprimidos pela exploração da força de trabalho no cerne da reprodução e subordinação do capital.

Desta forma, Vicente de Paula Faleiros pondera que:

*“Os seguros sociais são políticas de reprodução da força de trabalho, de controle dos movimentos sociais de insubordinação dos trabalhadores à ordem estabelecida, de socialização pelo Estado dos custos de manutenção dos trabalhadores incapacitados ao trabalho, de prevenção das crises econômicas pelo estímulo à demanda e ao consumo, que num momento dado podem representar.” (Faleiros, 1992 : 157).*

Nos plantões realizados nas áreas operacionais onde encontramos, dentre tantas categorias funcionais, a figura marcante dos carteiros, as reclamações giravam em torno das precárias condições de trabalho que vivenciam sobresaindo o impacto da exploração da força de trabalho que monta um quadro decadente quanto à saúde dos servidores gerando um alto índice de absenteísmo.

O “controle do absenteísmo” é trimestralmente levantado pela administração do Setor de Pessoal cabendo destacar a incidência referente ao 1º trimestre de 1995:

Nº de atestado médico no trimestre	489
Nº de dias - licenças médicas no trimestre	1926
Nº de licença gestantes emitidas	03
Nº de empregados encaminhados ao INSS/ auxílio - doença	20

Estes dados reafirmam a freqüência dos servidores quando na utilização dos benefícios/serviços previdenciários, mesmo considerando uma margem em torno de 48% para os entrevistados que não conhecem seus direitos junto à Previdência Social Pública e ao Postalis.

Esta situação reflete na Previdência Social Pública e Privada, quando o servidor ausenta-se pelo prazo de carência de 15 dias consecutivos, vindo a perceber nos moldes críticos por eles mesmos descritos na pesquisa, o auxílio-doença, auxílio doença por acidente de trabalho, auxílio-acidente, etc..., que representam valores bem abaixo dos salários.

Lembro que muitas vezes o Serviço Social foi chamado a participar do conhecimento dos números elevados de atestados médicos, sendo solicitado a realizar intervenções nesta problemática, no sentido de atenuar junto às áreas operacionais a frequência destas ausências, procurando privilegiar a defasagem de mão-de-obra, logo, o controle da baixa produtividade prejudicada pela diminuição temporária do quadro efetivo.

É exatamente neste instante da relação do Capital x Trabalho em que o servidor da ECT especificamente encontra-se inserido, que carece de críticas quanto à necessidade de o Postalis desenvolver uma política de seguro social que venha de real encontro às prioridades trabalhistas.

Quanto a esta questão dos Fundo Privados, Faleiros faz o seguinte comentário:

*“Para compensar tantas deficiências, que o modelo tecnocrático não conseguiu sanar, fala-se e legisla-se sobre os fundo privados de pensão (pension funds). Esta política beneficiará os trabalhadores que podem arear com cotizações superiores, isto é, aqueles que trabalham para empresas multinacionais ou monopólicas que podem suportar novos ônus. As empresas monopólicas e/ ou multinacionais, controlando o mercado, podem repassar ao consumidor custos adicionais.*

*Os fundos de pensão correspondem a uma exigência de renovação de mão- de -obra e de produtividade das empresas, que necessitam ver seu pessoal aposentar-se para dar lugar a*

*gente mais rentável. É a política do capital humano que favorece o desenvolvimento industrial. Hoje em dia mesmo os altamente remunerados temem aposentar-se porque isto significa empobrecer. Os índices de reajuste do INPS são inferiores à inflação e a lei 6025 de 29/04/75 criou o “valor de referência” para cálculo de prestações, inferior ao salário mínimo. Já não se tem em conta o mínimo, mas um valor inferior ao mínimo.”(Faleiros, 1992 : 166)*

A articulação entre a proposta do Serviço Social e a do Postalis faz-se necessária quando se observa estas questões cotidianas pertinentes ao dia-a-dia do trabalhador e, conseqüentemente a ação profissional, tornando-se elemento de análise da natureza contraditória acerca dos limites e possibilidades de uma renovação da atual política previdenciária privada e pública.

O PPA torna-se um veículo para a construção de um espaço alternativo na empresa, podendo contribuir para a Política de Recursos Humanos, uma vez que disponha de apoio técnico para sua operacionalização. Tal desafio se apresenta com uma realidade na demanda para o Serviço Social.

Visando contribuir de forma mais efetiva para a produção de estratégias de trabalho no PPA pelo Serviço Social, procuramos identificar os aspectos positivos e negativos percebidos pelo trabalhadores da ECT, na construção desta estrutura previdenciária - que articula a previdência pública com a previdência complementar de seguridade privada.

Na análise das respostas abertas, os pontos negativos obtiveram ênfase, demonstrando que apesar de 55,37% dos entrevistados não conhecerem seus direitos junto ao Postalis o restante 43,80% que se consideram informados aproveitaram a oportunidade

para expôr suas críticas com os seguintes conteúdos: O Postalis retém o acúmulo dos contribuições das servidores, gerando um alto índice lucrativo, descaracterizando o sentido de seguro social, quando na injusta distribuição de benefícios com baixo valor; necessidade de maior autonomia para os núcleos regionais através da proposta de regionalização; deficiência no plano habitacional; deficiência em divulgação dos benefícios/Serviços; virou especulação imobiliária; fundo de pensão celetista, ou seja, “empréstimos e casa própria só para a burguesia”; muitas limitações - diminuir o limite de 58 anos para obtenção da complementação da aposentadoria; burocracia e juros altos.

Segundo o gerente do Núcleo Regional do Postalis da DR/SC, Sr. Luiz Antônio H. Vidal, o patrimônio do Instituto chega a cifra de 150 milhões de dólares num curso de existência de 14 anos. Os gastos administrativos possuem um teto máximo de receita de despesa em 15% deste patrimônio. O gerente comenta que o “Programa de bem-estar Social Postalis” - utilizado pelo Serviço Social quando na solicitação de ajuda de custo - não defini-se como um serviço estabilizado por oscilar nas variações dos 15% destinados à administração operacional dos núcleos, ou seja, o programa só se concretiza quando na condição de verba disponível para tal eventualidade.

Neste sentido, constata-se que o Postalis não prioriza em sua política interna o cunho Social junto aos contribuintes no momento em que admite um “Programa de Bem Estar Social” como uma ação eventual.

Em seguida oportunizamos maior aprofundamento das críticas tanto ao INSS quanto ao Postalis, por sabermos da dificuldade que o trabalhador tem em se posicionar sobre questões pertinentes acerca de seus direitos.

São nestas oportunidades, onde se privilegiam a fala do trabalhador, que revela-se a expressão do nível de consciência real da sua participação nas políticas sociais e dos

programas das empresas enquanto suprimento de suas necessidades e enquanto empregado de um empresa capitalista.

Diante da questão: “Quais as críticas quanto ao INSS e o Postalis?” - Podemos verificar o potencial negador do trabalhador quando apresenta, em suas respostas na pesquisa aplicada, críticas substanciais e polêmicas cabendo arrolar as mais expressivas: as filas são sinônimo de atraso gerencial; o Postalis não nos informa os direitos; no INSS a aposentadoria é baixíssima devido muita sonegação e corrupção; no Postalis a suplementação fica aquém do prometido; o patrimônio do Postalis deve ser investido na humanização do contribuinte e não como especulação imobiliária ; os juros do Postalis são muito alto, dificultando na quitação dos empréstimos; há grande descaso do governo na política confusa do INSS; no Postalis também há confusão em seus procedimentos e ações; é necessário que a Previdência tanto pública quanto privada invistam na classe menos favorecida; o estatuto do Postalis deve abrir a administração mais direta dos empregados; o Postalis deve diminuir o desconto em folha, pois fica quase o tripulo do INSS; muita burocracia em ambas instâncias (privadas / publicas); aposentadoria deveria ser integral e não percentual; INSS/Postalis - benefícios com valor muito baixo não atingindo a expectativa esperada; cada empresa deve obter um plano de saúde e benefícios para seus trabalhadores; aposentadoria aos 60 anos é sinônimo de escravidão (imagine-se a proposta do governo que é 65 anos); melhorar a distribuição dos recursos; os governos dissiparam o patrimônio dos previdenciários; maior autonomia aos núcleos regionais do Postais; realização de uma auditora fiscal; que a ECT inclua seus aposentados para atendimento no serviço médico-odontológico da Empresa; Postalis deve voltar a ser administrado pelos funcionários da ECT; esclarecimento do Postalis junto aos novos filiados; entre outros...



Como podemos observar o número de críticas e sugestões que se fizeram presentes na pesquisa aplicada retrata o empenho e a real participação dos trabalhadores quando contribuíram com seu potencial negador para subsídio de análise do PPA.

*“Dessa forma, passamos a ver as necessidade do trabalhador não como um retrato de carências de um conjunto de empregados de uma determinada empresa, mas, antes, como elementos concretos do processo de formação de uma consciência de classe; vale dizer, no processo de construção histórica de uma ideologia que possui um potencial negador do sistema dominante”.* (Mota, 1995: 97)

A pesquisa delineou o perfil da percepção dos trabalhadores da ECT acerca de seus direitos previdenciários, demonstrando a expectativa de possuírem um real seguro que lhes mantenha as condições básicas de sobrevivência.

Esta expectativa gerada pelos trabalhadores dissolve-se na atual política previdenciária adotada pelo Postalís, que por hora descaracteriza-se enquanto seguro social por não concentrar seu patrimônio - gerado pela alta contribuição dos ecetista - em benefícios/serviços voltados às reais necessidades trabalhistas da classe.

Esta atitude da Postalís, em não oportunizar um grau de satisfação junto aos ecetistas, vem ferir aos princípios primordiais de seu estatuto quando em seu artigo 1º declara:

*“Art. 1º - O POSTALIS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, doravante designado INSTITUIÇÃO, é uma entidade fechada de previdência privada, constituída sob forma de sociedade civil pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E*

*TELÉGRAFOS - ECT, doravante designada simplesmente PATROCINADORA-INSTITUÍDORA, para atender às seguintes finalidades primordiais:*

*I - suplementar as prestações asseguradas pela previdência oficial aos grupos familiares dos empregados das patrocinadoras da INSTITUIÇÃO;*

*II - promover o bem-estar social dos seus destinatários.*

*§ 1º A INSTITUIÇÃO terá sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, podendo manter representações regionais ou locais.*

*§ 2º O patrimônio da INSTITUIÇÃO é autônomo, livre desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade.*

*§ 3º As obrigações assumidas pela INSTITUIÇÃO não são imputáveis, isolada ou solidariamente, aos seus membros.*

*§ 4º Nenhuma prestação presidencial poderá ser criada, majorada ou estendida na INSTITUIÇÃO sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura”.*

*§ 5º A INSTITUIÇÃO poderá incumbir-se da prestação de serviços assistenciais, desde que as operações sejam custeadas pelas patrocinadoras e contabilizadas em separado.*

*Art. 2º - INSTITUIÇÃO reger-se-á pelo presente Estatuto, bem como pelos regulamentos, instruções, planos de ação e demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, respeitados os dispositivos legais, regulamentares ou normativos emanados do poder público.*

*Art. 3º - A natureza da INSTITUIÇÃO não poderá ser alterada, nem suprimidos seus objetivos primordiais.*

*Art. 4º - O prazo de duração da INSTITUIÇÃO é indeterminado*

*Parágrafo Único - A INSTITUIÇÃO não poderá solicitar concordata, nem está sujeita a falência, mas, tão somente ao regime de liquidação extrajudicial, previsto em lei.” (Estatuto Postalis, 1981: 07)*

Neste sentido, torna-se necessário que o Serviço Social, através do PPA, desencadeie uma ação profissional que oportunize o planejamento e execução de um trabalho centrado no objetivo proposto pelo módulo 17 - a educação previdenciária, - quanto a este programa específico, contribuindo para o processo de superação dessas contradições, bem como para a ampliação do projeto de cidadania e acesso aos direitos sociais nos programas e políticas sociais.

É na observância destes espaços de trabalho que os profissionais que simpatizam com as aspirações de emancipação da classe trabalhadora encontram elementos significativos para potencializarem “*este núcleo de contestação que aparece mesclado com ideologias que lhes são estranhas, estimulando-o, desenvolvendo-o para que os próprios grupos façam deles o motor de sua ação transformadora*”. (Iamamoto, 1995: 110)

Fica claro que este projeto constitui-se em elementos necessários para a construção de novas bases de legitimidade do Serviço Social entre as classes trabalhadoras, abrindo um leque de intervenção em outras instâncias como: sindicatos, organismos populares, associações etc... Também supõe a tentativa de superar a maneira dominante de pensar, de educar, de dirigir, ultrapassando via prática coletiva identificada com os setores subalternos, juntamente com a nova leitura da realidade, comprometida com o desvendamento de suas contradições.

Toda esta proposta de exercício profissional demandará formação técnica necessária para efetivamente ter-se um especialista e um político, com capacidade e expressar os reais interesses majoritários da população.

É necessário apreender-se o caráter contraditório da prática profissional nas relações sociais uma vez que esta pressupõe possíveis interesses divergentes no processo de reprodução desta dinâmica.

De um lado encontramos a expressão de uma visão mecanicista, caracterizando o Serviço Social como instrumento exclusivo a serviço de um suposto poder monolítico, diluindo a possibilidade de o profissional ser sujeito de sua prática.

Por outro lado, encontramos uma visão voluntarista do profissional enquanto agente de transformação, superdimensionando o potencial político da atividade profissional, projetando-se no cenário conjuntural enquanto sujeitos históricos, e não como categoria profissional que adere aos projetos, estes sim dos sujeitos históricos.

Para ambas situações acima apontadas, que se revelam unilaterais e portanto, insuficientes, convém ressaltar a realidade do mercado profissional de trabalho, quando trona-se relevante esclarecer a inserção do Assistente Social como trabalhador assalariado, com vínculo empregatício prestador de serviços à organismos institucionais de caráter predominantemente patronal.

Acredito que a ampliação e divulgação da potencialidade e possibilidade da prática do serviço social esteja nas mãos dos profissionais comprometidos com a luta pela ampliação do acesso ao bem-estar social e assim pela efetiva democratização, dando vazão aos canais de representação das classes subalternas, com sua capacidade de construção do novo e do igualitário, em termos de acesso aos direitos.

Torna-se necessário, por parte deste profissional comprometido, um perfil que delineie *“uma sólida formação intelectual, capacitado teórico e historicamente, para descobrir, na dinâmica cotidiana da vida na sociedade burguesa, o que nela há de inovação, de criação, de possibilidades tendências a serem politicamente impulsionadas pelas forças renovadoras”*. (Iamamoto, 1992: 112)

Finalmente, o que importa apreender nesta dinâmica mesclada por interesses classistas é a existência de possibilidade de um espaço profissional a ser construído, privilegiando a estreita articulação entre Serviço Social e os legítimos interesses dos trabalhadores e os demais setores subalternizados da nossa sociedade possibilitando ao “novo” profissional afirmar-se como educador político, viabilizando o estreitamento entre *“a realidade percebida e aquela efetivamente vivida pelos grupos...”* (Iamamoto, 1992: 112).

Desta forma, o Programa de Preparação para Aposentadoria, admite em sua estrutura “limites” que vão além dos muros da instituição por estar condicionado ao sistema vigente, vindo a refletir em sua menor instância enquanto um programa social básico.

A empresa por si só não constitui-se em uma instância isolada com limitações próprias, devido esta fazer parte de toda uma proposta política e ideológica imposta pelos dirigentes dos grandes monopólios que por sua vez encontram-se inseridos no sistema.

Então, repensar e reconstruir um “novo” PPA, requer apreensão deste movimento social mais amplo, buscando compreendê-lo em sua singularidade para que se possa traçar metas de intervenção que venham ao encontro da possibilidade de se desenvolver um trabalho consciente destas contradições expostas ao longo desta monografia.

Como sustenta Ernesto Cardenal:

*“É necessário conduzir as massas e aprender com as massas para educar as massas (...) O papel de intelectual é devolver às massas o que delas recebeu confusamente.”*  
(Iamamoto, 1992 : 111).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De repente, o trabalho chega ao fim e deparo-me com as considerações finais. Daí, eu me pergunto: como sintetizar uma trajetória acadêmica nestas linhas a seguir? As coisas se apresentam no momento com situações extremas, ou seja, abre-se um horizonte dividido entre a razão e a emoção.

A razão se edifica na intenção da semente plantada ao longo dos quatro anos, e a emoção se fez presente na apreciação face ao fruto que agora faz parte do artifício humano.

Foram tantas pessoas que passaram... tantos valores e costumes adquiridos e trocados, que hoje concentrados em um só corpo e espírito, representam uma das unidades na universalidade. É exatamente na perspectiva da percepção de que somos parte de uma rede universal, logo, importantes por sermos criação divina e exclusiva, é que acredito neste trabalho enquanto resultado de um esforço que particularmente dispendi com ônus e bônus, bem como enquanto uma modesta contribuição à literatura de Serviço Social.

Penso que o importante quanto ao trabalho humano não é a semelhança com o trabalho de outros animais, mas sim, as diferenças essenciais que o distinguem como diametralmente oposto.

Nos fragmentos estudados ao longo do curso da obra de Marx, lembro de uma passagem que o autor se referia quanto ao trabalho da aranha e da abelha.

A idéia era a de se observar a aranha quando desempenha suas funções que se parecem com a de um tecelão, e a abelha que envergonha muito arquiteto na construção de sua colmeia. Face a esta observação continua o autor: “ (...) *mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas, é que o arquiteto figura na mente sua construção antes*

*de transforma-la em realidade. Isto significa que no fim do processo do trabalho apareceu na imaginação do trabalhador, que imprimiu o seu projeto no material trabalhado”.*

Realmente, o processo de produção desta monografia oportunizou-me uma reflexão sobre o que estamos fazendo através da mais alta e pura atividade de que os homens são capazes - a atividade de pensar. Hannah Arendht, em “A Condição Humana”, proporcionou alguns caminhos para essa reflexão. As mãos que constróem o artifício humano através do artesanato irão ser as mesmas que transformarão o pensamento em realidade. A linguagem é o material da poesia, tornando-a mais humana e menos mundana das artes, permanecendo o seu produto final próximo ao pensamento. A fixação do poema na memória é adquirida através do ritmo, sendo que esta intimidade com a lembrança permite que o poema perdure, retendo sua durabilidade fora da página ou imprensa.

A inteligência corresponde aos processos mentais que se alimentam da força intelectual, sendo muitas vezes submetidas à testes, da mesma forma que a força física o é.

Os homens que agem e falam, precisam do auxílio do “homo faber” em sua mais alta capacidade, isto é, a ajuda do artista, poetas, historiógrafos, escritores e construtores de monumentos, devido estes serem responsáveis pela sobrevivência da história encenada por eles.

Gostaria de registrar que o meu campo de estágio - cenário de uma experiência de muitas conquistas e decepções -, nas limitações enquanto estagiária de uma empresa pública, faz parte de minha história de vida quando na oportunidade de conviver e aprender junto a todos os funcionários que são plenamente responsáveis pela minha formação ética-profissional.



Em especial, agradeço aos trabalhadores pela compreensão de minhas limitações enquanto estagiária nos momentos difíceis de nosso trabalho. Acredito que foram nas falas autênticas dos trabalhadores e na reciprocidade de confiança e respeito, que construímos uma relação que transcendeu a mera demanda institucional abrindo um horizonte para sólidas amizades que possuem valor imensurável.

Não precisamos escolher entre um Deus ou um homem para serem a medida certa da coisa, basta confiarmos em nossa intrínseca potencialidade.

Obrigada pela oportunidade!

## BIBLIOGRAFIA

- ARENDHT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
- CARTAXO, Ana Maria Baima. Análise da política previdenciária brasileira na conjuntura nacional da velha república no Estado autoritário. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n. 40, p. 58-80. dez. 1992.
- CFESS - Código de ética profissional do assistente social. Brasília, março, 1993.
- Constituição Federal Brasileira - Título VIII - Da ordem social - Cap. I e II - Seguridade Social.
- Decreto Lei nº 1.410, de 7 de março de 1995 - determina corte nas despesas correntes das Empresas Estatais Federais e das outras providências.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1986, n.168.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. A política social do estado capitalista. 6 ed., São Paulo, Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. Algumas questões sobre a reforma da Previdência. 1995 - Texto.
- GOHN, Maria da Glória. As relações sociais civis e Estado nos anos 90: perspectiva sobre a participação. São Paulo, Cortez, ano XII, ago., 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social. ed. 2, São Paulo, Cortez, 1994.

KARSCH, Ursula M. Simon. O serviço social na era dos serviços. São Paulo: Cortez, 1989.

Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742 de 07/12/93.

LEITE, Celso Barros. Um século de previdência social: balanço e perspectivas no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. Considerações sobre a participação social e a prática profissional. in: Revista do Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, dez. pag.41-52.

Módulo 17 - do MANPES - Serviço Social, Brasília, 28 de abril de 1992.

MOTA, Ana Elizabete da. O pacto da assistência: articulações entre empresas e Estado. in Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 30, p.127-136, abr., 1989.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do serviço social. UFSC, Florianópolis, 1989.

OLIVEIRA, Jaime A. de; Teixeira, Sônia M. F. (in) Previdência social - 60 anos de história da previdência no Brasil. Coleção Saúde e realidade brasileira, ed. 2, Petrópolis, Vozes/ ABRASCO, 1989.

OLIVEIRA, Moacir Velloso Cardoso de. Tendências da previdência social no Brasil. Debates sociais, n. 19. ano X, out. 1974.

PAIVA, Beatriz Augusto. Assistência como política social. Uma contribuição ao estudo da Lei Orgânica da assistência social. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1993.

Relatórios semestrais de estágio curricular.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. et al. Os direitos dos (des) assistidos sociais. São Paulo, Cortez, 1989.

STRALEN, Johannes Cornelis Van. Notas a respeito da participação comunitária em programas de saúde - Mimeo)

## **ANEXOS**

**ANEXO 01**





CT/GEREC/DR/SC-0582/93

Florianópolis, 14 de outubro de 1993.

AO SR.

CARO COLEGA,

Estamos programando um seminário para novembro/93, envolvendo assuntos que visem a uma melhor preparação para a aposentadoria.

Pedimos sua atenção para as informações posteriores, sobre o assunto, mantendo-se atualizado e nos ajudando a divulgar entre seus colegas de trabalho o evento.

Na oportunidade, estamos sugerindo alguns assuntos, solicitando que assinale os que julgar mais convenientes, ou até sugerindo outros:

- ( ) ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO APOSENTANDO E DO APOSENTADO
- ( ) APOSENTADORIA E TRABALHOS VOLUNTÁRIOS
- ( ) SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE
- ( ) LEI 8.529/92, QUE BENEFICIOU AOS EX-1711
- ( ) FGTS/PASEP/POSTALIS E O APOSENTADO
- ( ) APOSENTADORIA E O INSS
- ( ) A UNIVERSIDADE E A TERCEIRA IDADE
- ( ) COMO PREVENIR AS DOENÇAS NA TERCEIRA IDADE
- ( ) A ENERGIA DO SER HUMANO
- ( ) RELACIONAMENTO ENTRE O IDOSO E O JOVEM
- ( ) A FELICIDADE
- ( ) VIDA E MORTE
- ( ) FAMÍLIA E APOSENTADORIA
- ( ) RELIGIÃO E O IDOSO



**ANEXO 02**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
ACADÊMICA: ANA CLÁUDIA DE MORAES

## FORMULÁRIO

1. Você conhece seus direitos junto à Previdência Social?  
 Sim  
 Não
  
2. Você já utilizou algum tipo de benefício/ serviço prestado pela Previdência Social?  
 Sim  
 Não  
Qual(s)?
  
3. Os serviços prestados corresponderam às suas expectativas e necessidades?  
 Sim  
 Não  
Por quê?
  
4. Você é contribuinte do Instituto de Seguridade Social - Postalis?  
 Sim  
 Não
  
5. Você conhece seus direitos junto ao Postalis?  
 Sim  
 Não



6. Você já utilizou algum tipo de benefício/ serviço prestado pelo Postalis?

Sim

Não

Qual(s)?

7. Os serviços prestados pelo Postalis corresponderam as suas expectativas e necessidades?

Sim

Não

Por quê?

8. O quê você vê de positivo ou negativo nessa estrutura previdenciária construída para os trabalhadores da ECT?

9. Quais as críticas quanto ao INSS e Postalis?

10. Sugestões.

**ANEXO 03**

**EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS**

**DIRETORIA REGIONAL DE  
SANTA CATARINA**

**1994**

# **CARTILHA DA APOSENTADORIA**

**TUDO  
O QUE VOCE  
PRECISA  
CONHECER  
E NAO SABE  
A QUEM PERGUNTAR**

## SUMÁRIO

Apresentação	01
Aposentadoria e o Serviço Social	02
Considerações Gerais	03
Aposentadoria - O que é ? Como são ?	04
Aposentadoria - Por tempo de serviço	05
Aposentadoria - Por idade	06
Aposentadoria - Por invalidez	07
Aposentadoria - Por invalidez p/ acidente de trabalho	08
Aposentadoria - Especial	09
Aposentadoria e o Postalis	10
Tabela progressiva p/ carência	11



01

## APRESENTAÇÃO

A iniciativa da elaboração da "CARTILHA DO APOSENTADO" é da equipe do Serviço Social da DR/SC

A necessidade da elaboração deste trabalho, surgiu no momento em que questionou-se o papel do Serviço Social no tocante à educação previdenciária

No entender do Serviço Social, o principal desafio é mostrar que a Previdência pode ser social e seria, publicada e organizada, para atingir o grande objetivo, a dignificação do ser humano

Então, esta cartilha tem por objetivo, ir de encontro ao trabalhador ecetista, quando coloca ao seu alcance orientações e esclarecimentos sobre os serviços e benefícios previdenciários.

Esperamos que ela seja de grande utilidade.

## APOSENTADORIA E O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é parte integrante da Gerência de recursos Humanos, localizando-se à Praça XV de Novembro, 242, 2º andar, sala 208, Centro-Florianópolis

A Assistente Social da DR/SC, Vera Lúcia Coelho, desempenha suas atribuições do cargo que lhe é conferido, juntamente com suas estagiárias

O desenvolvimento das atividades do Serviço Social, dá-se através da utilização equilibrada dos níveis da macro e micro atuação

### MACRO-ATUAÇÃO

- Programa de prevenção e tratamento do alcoolismo e outras drogas.
- Programa de prevenção e acompanhamento da AIDS e DST
- Programa PPA
- Projeto Social Regional.
- Pesquisa Social.

### MACRO-ATUAÇÃO

- Abordagem individual e grupal.
- Atendimento individual e grupal.
- Administração de Benefícios.
- Plantão nas áreas operacionais.
- Assessoria técnica.

Especificamente, o PPA é um dos programas básicos existentes na mesma atuação do Serviço Social, visando orientar os empregados em relação à aposentadoria e a questão ligados ao envelhecimento social

Muitas são as dúvidas que surgem no momento em que começamos a pensar sobre a Aposentadoria.

Não só de questões previdenciárias se constitui este momento da vida, mas paralelamente o envelhecimento social vai apresentando-se de maneira significativa

A PPA, consiste exatamente no equilíbrio destes dois polos, ou seja, é necessário cuidar-se da mente e corpo para atingir-se um padrão de qualidade de Vida

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

A constituição de 1988, em seu artigo 194, definiu a Seguridade Social nos seguintes termos

“ A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social ”

Assim, a Constituição Federal determinou três campos distintos de atuação do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social São eles

- Auxílio doença,
- Auxílio doença por acidente de trabalho;
- Auxílio acidente;
- Auxílio natalidade;
- Salário família;
- Salário maternidade;
- Abono de permanência em serviço

Quando cessa o período de trabalho do beneficiário, seja qual for o motivo, poderão ser requisitados os seguintes benefícios:

- Auxílio reclusão;
- Pecúlios;
- Pensões;
- Auxílio funeral;
- Aposentadorias

( ) 4

## APOSENTADORIAS

O que é ? Como são ?

É um benefício concedido ao segurado após um período de contribuição, a fim de poder o mesmo receber proventos como se estivesse em atividade.

A aposentadoria pode ser

- \* Por tempo de serviço;
- \* Por idade (poderá ser compulsória);
- \* Por invalidez;
- \* Por acidente de trabalho;
- \* Especial

DE QUE FORMA

O TRABALHADOR

TEM DIREITO À

APOSENTADORIA ?

\*\*\* 1 \*\*\*

APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

\*\*\* 2 \*\*\*

APOSENTADORIA POR IDADE

\*\*\* 3 \*\*\*

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

\*\*\* 4 \*\*\*

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR  
ACIDENTE DE TRABALHO

\*\*\* 5 \*\*\*

APOSENTADORIA ESPECIAL

# 05

## APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Poderá ser concedida ao segurado a partir de 30 (trinta) anos de serviço, no caso do sexo masculino, e de 25 (vinte e cinco) anos se do sexo feminino.

O valor da aposentadoria será de 70% (setenta por cento) do valor do salário de contribuição. Exceto em se tratando de professores que, neste caso, receberão 100% (cem por cento) quando comprovado o efetivo exercício do magistério.

**IMPORTANTE** : A cada ano ou mais de serviço, serão acrescidos 6% (seis por cento) do salário de contribuição, de modo que o segurado, quando completar 30 ou 35 anos, conforme o sexo, terá para receber 100% do seu salário contribuição.

	HOMEM	MULHER	(%)
Aposentadoria proporcional	35 ANOS	25 ANOS	70
	31 ANOS	26 ANOS	76
	32 ANOS	27 ANOS	82
	33 ANOS	28 ANOS	88
	34 ANOS	29 ANOS	94
Aposentadoria integral	35 anos	30 anos	100



## QUANDO TEM INÍCIO O BENEFÍCIO ?

A partir da data do afastamento do trabalho.

## QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS ?

- Requerimento em formulário próprio do INSS.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (todas),
- Prova de tempo de serviço mínimo de 30 anos e 25 anos para os segurados do sexo masculino e feminino, respectivamente,
- Relação e discriminação dos salários de contribuição, até o máximo de 36, apurados nos últimos 48 meses (em duas vias),
- Documento de Identidade e CIC/CPF;
- Cartão de inscrição e carnês de recolhimento das contribuições para o contribuinte individual (empresário, empregado, doméstico, autônomo avulso, segurado especial);
- Discriminação, se houver, e desde que seja contemporânea ao fato, das atividades insalubres, penosas ou perigosas, fornecida pela empresa, em formulário próprio do INSS (no caso de aposentadoria especial)

06

## APOSENTADORIA POR IDADE

Poderá ser concedida aos segurados com 65 anos de idade, se do sexo masculino, e 60 anos se do sexo feminino

O valor da aposentadoria sera de 70% (setenta por cento) do salário de benefício, mais 1% (um por cento) deste por grupo de 12 (doze) contribuições mensais, ate o máximo de 100% (cem por cento)

### QUANDO O TRABALHADOR TEM DIREITO ?

Ao completar 65 anos para o sexo masculino e 60 anos para o sexo feminino, desde que tenha a carência necessária conforme a tabela em anexo.

### QUANDO TEM INÍCIO O BENEFÍCIO ?

A partir da data do afastamento do trabalho.

## QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS ?

- Requerimento em formulário próprio do INSS
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (todas)
- Certidão de Nascimento ou casamento (prova de idade do segurado)
- Relação e discriminação de salários de contribuição, até o máximo de 36, apurados nos últimos 48 meses (duas vias)
- Documento de Identidade e CIC/CPF
- Cartão do PIS/PASEP
- Cartão de inscrição e carnês de recolhimento das contribuições para o contribuinte individual (empresário, empregado doméstico, autônomo avulso, segurado especial)

## TODOS OS TRABALHADORES SÓ PODEM REQUERER A APOSENTADORIA POR IDADE AOS 60 ANOS E 65 ANOS ?

- Não, para os trabalhadores rurais os limites são reduzidos em 5 anos. Desta forma, a segurada aposentar-se-á com 55 anos e o segurado com 60 anos.

# 07

## APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Poderá ser concedida ao segurado na primeira perícia médica ou após sucessivas perícias, se ficar comprovada a incapacidade total e permanente para o trabalho

O valor da aposentadoria será de 80% (oitenta por cento), do salário de benefício, mais 1% (um por cento) incluindo-se, se necessário, o período em que o segurado esteve recebendo o auxílio doença (benefício concedido após 15 dias de afastamento por doença, através da perícia médica do INSS)

### QUEM CONCEDE A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ?

O setor de perícias médicas do INSS

### QUANDO O TRABALHADOR TEM DIREITO ?

Independente da idade do segurado, este terá direito ao benefício, após o pagamento de 12 contribuições mensais.

No caso de doenças especificadas em lei, ou ainda acidentes de qualquer natureza ou causa, o segurado terá direito ao benefício independentemente do pagamento das 12 contribuições.

## QUANDO TEM INÍCIO O BENEFÍCIO ?

Caso o segurado já esteja em auxílio doença, este tem início no primeiro dia após cessar o auxílio doença.

Caso não seja precedido do auxílio doença, terá início

- Para os empregados (exceto o doméstico) e empregadores, no 16º dia de afastamento da atividade ou na data da entrada do requerimento, quando requerido após o 30º dia do afastamento da atividade
- Para os demais segurados (inclusive o doméstico), a partir da data do requerimento ou na data da constatação da incapacidade.

## QUAIS SÃO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS ?

- Requerimento em formulários próprios do INSS
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (todas)
- Relação e discriminação dos salários de contribuição, até o máximo de 36 apurados nos últimos 48 meses (em 2 vias)
- Documento de Identidade e CIC/CPF
- Atestado médico
- Cartão de PIS/PASEP
- Cartão de inscrição e carnês de recolhimento das contribuições para contribuinte individual (empresário, empregado doméstico, autônomo avulso, segurado especial).

## APOSENTADO POR INVALIDEZ PODERÁ RETORNAR ÀS ATIVIDADES?

Sim, existe a garantia do contrato de trabalho. Se o segurado quiser voltar ao trabalho, deverá comparecer à perícia médica do INSS, para nova avaliação e seu retorno dependerá do parecer médico.

## QUAIS AS DOENÇAS QUE ISENTAM O SEGURADO DAS 12 CONTRIBUIÇÕES PARA REQUERER A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ?

O segurado é isento da carência de 12 contribuições quando, após o ingresso no regime da Previdência, for acometido de tuberculose ativa, hanseníase (lepra), alienação mental, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave (doença cardíaca), doença de Parkinson, espondilatrose anquilosante (doença nos ossos), nefropatia grave (doença dos rins), osteíte deformante (inflamação dos ossos), síndrome de deficiência imunológica adquirida (AIDS), contaminação por radiação.



## APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR ACIDENTE DE TRABALHO

Podará ser concedida ao segurado (exceto o doméstico), quando o setor de perícia médica do INSS concluir que existe incapacidade total e permanente para o trabalho, em consequência de acidentes de trabalho.

O valor da aposentadoria será de 100% do salário de contribuição do dia do acidente ou do salário de benefício, se mais vantajoso ou ainda o valor do auxílio doença, se por ocasião do reajuste for superior ao salário de contribuição ou salário de benefício.

### QUANDO O TRABALHADOR TEM DIREITO ?

Sendo constatada a invalidez por acidente de trabalho, não haverá necessidade de carência para o segurado obter o benefício.

## QUANDO TEM INÍCIO O BENEFÍCIO ?

No 1º dia após cessar o auxílio-doença-acidentário ou ainda na data da constatação da incapacidade .

- 1 - O segurado poderá retornar ao trabalho quando se sentir apto. Para tanto, haverá necessidade de uma avaliação da perícia médica do INSS.
- 2 - Quando o segurado retorna ao trabalho, voluntariamente, terá sua aposentadoria automaticamente cancelada.
- 3 - Se o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, a critério da perícia médica, o valor do benefício será acrescido de 25 %.



09

## APOSENTADORIA ESPECIAL

Poderá ser concedida ao segurado que tenha trabalhado durante 15, 20 e 25 anos em atividades profissionais consideradas prejudiciais à saúde (serviço penoso: Ex trabalhar em minas, serviço perigoso: Ex trabalhos com alta tensão e insalubres. Ex trabalhos em hospitais)

O valor do benefício será de 85% do salário de benefício, mais 1% desse salário por grupo de 12 contribuições mensais, até completar 100%

### QUANDO O TRABALHADOR TEM DIREITO ?

Comprovado o exercício do trabalho nas condições observadas, o segurado deverá seguir a tabela de carência em anexo

### QUANDO TEM INÍCIO O BENEFÍCIO ?

A partir da data de afastamento do trabalho.

**Importante :** Existem atividades enquadradas para a aposentadoria especial que exigem, além do tempo de serviço (15/20/25 anos), a idade mínima de 50 anos.

## QUAIS SÃO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS ?

Serão os mesmos documentos discriminados para requerer a aposentadoria por tempo de serviço

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE : Quando se tratar de aposentadoria, o segurado deverá ficar atento, tendo em vista que ele poderá optar pelo tipo que venha lhe oferecer financeiramente

## APOSENTADORIA E O POSTALIS

O Postalís é o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Todos os participantes contribuem para o Instituto e em troca tem direito a uma série de Benefícios, entre eles A SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - é o benefício pago ao participante que se aposenta com 30 anos de vinculação ao INSS, 10 ao Postalís e 58 anos de idade. Consiste em uma renda mensal e vitalícia.

Na ocasião, achamos importante lembrar as opções que o Instituto oferece com relação ao seu desligamento.

## 1 - APOSENTADORIA COM MAIS DE 58 ANOS

A) Receber a suplementação de aposentadoria - nesta opção o participante passa a receber a suplementação de aposentadoria por tempo de serviço (SATS), que se constitui numa renda mensal vitalícia, corrigida dentro da legislação em vigor. O participante mantém o seu vínculo com o Instituto permanecendo com os mesmos direitos dos participantes da ativa (seguros, pecúlio, auxílios, etc.)

B) Receber a reserva de poupança - nesta opção o participante cancela o seu vínculo com o Instituto fazendo jus a reserva de poupança (devolução de todas as contribuições corrigidas monetariamente até a data de devolução).

## 2 - APOSENTADORIA COM MENOS DE 58 ANOS

A) Manter o vínculo com o Instituto - nesta opção o participante torna-se permanente, passando a contribuir por carnê até 58 anos de idade. A contribuição será constituída pela parte do participante mais a parte da Patrocinadora (aproximadamente 02 vezes o valor que V. Sa. Pagaria se estivesse em atividade)

B) Receber a reserva de poupança - nesta opção o participante cancela o seu vínculo com o Instituto, fazendo jus a reserva de poupança (devolução de todas as contribuições corrigidas monetariamente)

# POSTALIS

O Postalís é o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Todos os participantes contribuem para o Instituto e em troca tem direito a uma série de benefícios:

## PARTICIPANTE

A) Suplementação de Aposentadoria é o benefício pago ao participante que se aposenta com 30 anos de vinculação ao INSS, 10 ao Postalís e 58 anos de idade. Consiste em uma renda mensal vitalícia.

B) Suplementação de auxílio-doença: é pago ao participante com pelo menos 01(um) ano de vinculação ao Postalís e que se afasta por motivo de Auxílio-doença por período superior a 15 dias. Consiste em uma renda mensal que será paga enquanto durar o afastamento. Documentação a ser enviada: Carteira Profissionais (a última e as anteriores, se houver), xeróx do último contracheque, CREM ou documento do INSS que informe a data da próxima perícia.

## DEPENDENTES

A) Pecúlio por morte é o pagamento único de uma importância em dinheiro (equivalente a 10 vezes o salário do participante falecido) e que é pago aos dependentes inscritos na ficha de Inscrição.

B) Pensão: Consiste em uma renda mensal que será paga aos dependentes do participante falecido. Será vitalícia para a esposa. Para os filhos será paga até completarem 21 anos (ou até 24 anos se estudarem em estabelecimento de ensino superior).

## DIVERSOS

A) Auxílio-Nupcial é pago ao participante com mais de 01 (um) ano de Postalis por ocasião do casamento, no valor de 01 (um) salário mínimo (vigente no dia do casamento) Documentação Xeróx da Certidão de Casamento, xeróx do último contra-cheque

B) Auxílio-natalidade é pago ao participante com mais de 01 (um) ano de Postalis por ocasião do nascimento de filho, no valor de 1/2 (meio) salário mínimo vigente no dia do nascimento Documentação Certidão de Nascimento, xeróx do último contra-cheque

C) Auxílio-Funeral é pago ao participante, com mais de 01 (um) ano de Postalis, por ocasião do falecimento de dependente (cônjuge, companheira ou filhos) No valor de 01 (um) salário mínimo vigente no dia do falecimento Documentação Atestado de óbito, xeróx do último contra-cheque

## EMPRÉSTIMOS

A) Empréstimo Especial conhecido como vapt-vupt é o empréstimo de até 30% do salário bruto do participante O valor será pago de uma única vez por ocasião do crédito do salário Documentação: formulário de empréstimo assinado, xeróx do último contra-cheque.

## DIVERSOS

A) Auxílio-Nupcial: é pago ao participante com mais de 01 (um) ano de Postalis por ocasião do casamento, no valor de 01 (um) salário mínimo (vigente no dia do casamento) Documentação: Xerox da Certidão de Casamento, xerox do último contra-cheque

B) Auxílio-natalidade é pago ao participante com mais de 01 (um) ano de Postalis por ocasião do nascimento de filho, no valor de 1/2 (meio) salário mínimo vigente no dia do nascimento Documentação: Certidão de Nascimento, xerox do último contra-cheque

C) Auxílio-Funeral: é pago ao participante, com mais de 01 (um) ano de Postalis, por ocasião do falecimento de dependente (cônjuge, companheira ou filhos) No valor de 01 (um) salário mínimo vigente no dia do falecimento Documentação: Atestado de óbito, xerox do último contra-cheque

## EMPRÉSTIMOS

A) Empréstimo Especial: conhecido como vapt-vupt. É o empréstimo de até 30% do salário bruto do participante. O valor será pago de uma única vez por ocasião do crédito do salário. Documentação: formulário de empréstimo assinado, xerox do último contra-cheque.

## CONVÊNIO

A) Seguro de Vida: permite ao participante efetuar um dos melhores planos de Seguro de Vida existente no mercado. Segura a vida do participante, de seus filhos e do cônjuge. O custo é baixíssimo (1,6% da faixa salarial do participante), não tem carência e é administrado pelas melhores Seguradoras do país.

B) Seguro de Veículos nas melhores Seguradoras do país, permite fazer o seguro total do veículo do participante, de seus parentes ou amigos. O seguro pode ser pago em até 12 vezes.

C) Seguro de Residência através da Vera Cruz Seguradora, permite efetuar o seguro da residência contra incêndio, roubo, responsabilidade civil, etc, por um custo super baixo.

D) Material Escolar: o melhor em material escolar (kits e itens avulsos), com preços acessíveis e desconto em folha de pagamento

E) Convênio Saúde Unimed: agora voce pode ter assistência médica, laboratorial e hospitalar de primeiro mundo, em todo país, para você e seus dependentes. O plano que faltava para os participantes



## TABELA PROGRESSIVA PARA CARÊNCIA

Ano de entrega do requerimento	Meses de contribuição exigidos
1991	60
1992	60
1993	66
1994	72
1995	78
1996	84
1997	90
1998	96
1999	102
2000	108
2001	114
2002	120
2003	126
2004	132
2005	138
2006	144
2007	150
2008	156
2009	162
2010	168
2011	174
2012	180

## COLABORADORES

* JAIR DUTRA FILHO	-	Chefe SRET
* VERA LUCIA COELHO	-	Assistente Social DR/SC
* ANA CLAUDIA DE MORAES	-	Estagiária Serviço Social
* DANIELA FREITAS	-	Estagiária Serviço Social
* ADRIANA Z WILBERT	-	Estagiária Serviço Social
* LUIZ ANTONIO H VIDAL	-	Gerente NRP/SC
* SONIA Ma S. PASINI	-	Assistente Administrativo
* MARCIO PAULO R. LINHARES	-	Carteiro

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARTILHA da aposentadoria

tudo o que voce precisa conhecer e não sabe a quem perguntar. São Paulo SESC, [s. d]. 42p.

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Módulo 17 do MANPES - Serviço Social ECT/DR/SC - 1992